

**LA CHRONIQUE DES LECTURES**  
*sous la responsabilité de Michel Cahen*

**A lusografia africana\***

Não é no encontro de hoje, aqui, no Rio de Janeiro, que eu pretendo explicar e esclarecer o que se entende por complexidade – ou melhor por complexidades da língua portuguesa. Sabemos que a língua portuguesa foi uma língua em constante expansão e que, numericamente, cada ano, a língua dos portugueses é um idioma mais intercontinental, internacional, universal.

A expansão desse idioma simboliza um dos maiores desafios da história ocidental. Fugiria do nosso tema lembrar e inventariar as etapas, peripécias históricas, culturais, religiosas dessa expansão pluricontinental, na África, na Ásia e na América : expansão da língua oral, isso é da lusofonia. A lusofonia gera a lusografia, que diz respeito não à fala mas à escrita em português.

Cito o título do presente colóquio : *A língua portuguesa no mundo da lusofonia*. O neologismo português « lusofonia » nasceu há uns vinte anos, réplica do conceito, da palavra francesa *francophonie*. Na França foi o geógrafo Onésime Reclus que, em 1880, criou as palavras *francophonie* e *francophone*. Ele definia os falantes, os cultores da língua francesa. Até aos anos 30, o termo é raro. Valéry Larbaud, grande escritor francês, com visões internacionais, o democratiza. Mais perto de nós, Raymond Queneau e Léopold Sedar Senghor o internacionalizam. Hoje a *francophonie*, recuperada pelos políticos, define um espaço mais político, o de países, o de nações, que têm o francês como língua oficial ou utilizada no país. Por exemplo, o Senegal.

Mas Cabo Verde, a Guiné-Bissau entraram na comunidade francófona formada por cerca de quarenta outros países total ou parcialmente francófonos. Hoje em dia, *francophonie* abarca o espaço da língua oral e escrita. A palavra *francographie* nunca vingou no meu país. Não aparece nem no *Robert*<sup>1</sup>, nem no *Trésor de la Langue Française*<sup>2</sup>.

Em Portugal, a lusofonia é uma réplica recente da *francophonie*, aliás pouco fiel à realidade. Com efeito, nem todos os lusófonos falam português. As estatísticas incluem toda a população dos países que têm o português como língua oficial. Sabemos que são por ordem alfabética : Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor. Cinco pertencem a os chamados PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). No dicionário clássico de José Pedro Machado (10 volumes, 1964) encontramos, além dos clássicos vocábulos : luso-africano, luso-brasileiro, luso-ibérico, geograficamente corretos, lusófilo, lusófobo e um curioso lusitanófilo. Lusófono e lusofonia estão ausentes.

\* Comunicação ao Colóquio Internacional da *Língua Portuguesa no mundo da Lusotonia* (30 de Março – 1 de Abril 2005), organizado no Rio de Janeiro pelo Liceu Literário Português

<sup>1</sup> *Le Robert, Dictionnaire de la langue française*, Paris, 9 vol., 1985.

<sup>2</sup> *Trésor de la langue française*, Paris, CNRS-Gallimard, 19 vol., 1992.

A palavra lusofonia não entra tampouco no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*<sup>3</sup>, em 1976, o famoso *Aurélio*. Mas no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*<sup>4</sup> da Academia das Ciências de Lisboa, em 2001, entram lusofonia, lusófono (adjetivo e substantivo) e dezanove palavras compostas com luso-como nome de uma terra ou país, além dos lusófilos e lusófobos e o clássico luso-descendente e para não esquecer o Brasil e Gilberto Freire, o luso-tropicalismo.

Mas falta ainda o luso-falante, presente aliás no dicionário do meu falecido amigo Antônio Houaiss<sup>5</sup> onde estão presentes lusófono, lusofonia mas não luso-descendente. Em nenhum dos dicionários consultados se registra lusógrafo ou lusografia. Há uns vinte anos, depois da independência nos anos 1975 das ex-colônias portuguesas, comecei a utilizar este neologismo e a defini-lo.

\* \* \*

Para compreender a situação e definir a lusografia, conceito que se aplica com muito proveito à África, é preciso evocar a primeira colônia que se desligou de Portugal e conquistou a sua independência, ou seja o Brasil.

É preciso lembrar que, quando se fala de língua « brasileira », ninguém duvida que o idioma ao qual se faz referência seja a língua na qual estou falando hoje e aqui. Até aos anos 1830-1840, quando se aludia à língua « brasileira » ou língua « brasilica » não se tratava nem da língua do Brasil nem da língua falada no Brasil mas sim de uma das línguas dos índios (tupi, língua geral ou outras línguas indígenas). Eram falares desprezados, sem F, sem L, sem R por serem sem Fé, sem Lei, sem Rei. Só os missionários ou colonizadores conheciam, utilizavam, ou faziam estudos sobre os referidos idiomas, meio de comunicação oral. O exemplo mais significativo e inteligente é o do jesuíta Anchieta que catequizou através do teatro, utilizando nos autos as duas línguas, portuguesa e indígena.

No Brasil reinava o multilingüismo : falares indígenas, regionais, línguas diferentes, incluindo o português. O Marquês de Pombal, com uma decisão autoritária, drástica, suprimiu essa rica diversidade. Foi o *Directorio dos Índios* (1757) decisão política contra os jesuítas, mas que impunha também a língua portuguesa como língua exclusiva, proibindo o uso da chamada língua geral. Lentamente, a língua portuguesa se alastrou. Lentamente, pois quase não existiam escolas mas progressiva e, duma certa maneira, definitivamente, a língua portuguesa foi conquistando o campo da escrita.

Atualmente, com exceção de alguns poucos espaços, onde sobrevivem idiomas de origem, reina o monolingüismo da língua portuguesa, que alguns chamam de língua portuguesa do Brasil ou língua brasileira, mas não vamos abrir esta polémica.

Localmente, no Brasil, há também alguns falares africanos, porém em números reduzidos, ilhas ou melhor ilhotas em espaços limitados. Pensamos em estudos

<sup>3</sup> Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1976.

<sup>4</sup> João Malaca CASTELEIRO, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, 2001, 2 vols.

<sup>5</sup> A. HOUAISS, *Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

recentes, por exemplo, os de Vogt<sup>6</sup>, ver também Yeda Pessoa de Castro<sup>7</sup> e Nei Lopes<sup>8</sup> (já na segunda edição). As línguas africanas entram igualmente no ritual das religiões afro-brasileiras como o latim entrou no ritual da religião católica.

\* \* \*

O exemplo do Brasil era necessário para definir a lusografia, e mais concretamente, a lusografia africana. Da nossa análise vamos excluir a Ásia, Macau, Timor e os numerosos crioulos de origem portuguesa apesar de muitas interferências e paralelismos. Trata-se de um outro sistema lingüístico.

Na África encontramos cinco países, ex-colônias portuguesas, que apresentam três casos muito diferentes. Os mais simples são os dois maiores em extensão e população : Moçambique e Angola. Cada um com uma presença forte de línguas africanas indígenas chamadas línguas nacionais. São quarenta em Moçambique e seis reconhecidas oficialmente em Angola. De Norte a Sul : kikoongo, kimbundu, cokwe, umbundu, mbunda, kwanyama. O kikoongo está presente também no Zaire, o kimbundu é a língua da capital Luanda, o cokwe está presente também no Zaire e ocupa o oeste do país, o umbundu (Benguela, Huambo, Bié) situa-se no centro, o mbunda encontra-se presente também na Zâmbia, o kwanyama também na Namíbia. As seis línguas apresentadas, escolhidas como línguas nacionais e reconhecidas oficialmente não cobrem a totalidade do país (um milhão e meio de quilómetros quadrados). A situação lingüística de Angola apresenta algumas complicações : as seis línguas reconhecidas se estendem fora do território nacional mas não cobrem todo o espaço angolano e há espaços interiores com outras línguas não reconhecidas nem nacionais. Não vamos entrar nas complicações moçambicanas, lembraremos apenas que as línguas africanas e dialetos totalizam mais ou menos quarenta. É obvio que cada língua alimenta uma diversidade cultural e, às vezes, religiosa.

Devido à complexidade lingüística, não só de Angola e Moçambique mas também dos outros três países, logo depois das independências, as nações evocadas desenvolveram um imponente programa de escolarização, de alfabetização da juventude e dos adultos que fez crescer o número de luso-falantes e de luso-escreventes. Mas não antecipemos.

Para Angola e Moçambique, o peso da língua portuguesa cresceu, conseqüência da guerra civil, de um importante êxodo rural, do aumento espectacular da população das cidades, especialmente Luanda e Maputo. Como Lisboa, Luanda possui um milhão e meio de habitantes. Por isso, a língua portuguesa adquiriu o estatuto de língua necessária também para a comunicação entre os vários grupos lingüísticos, sem ter aliás um estatuto jurídico definido. Nenhuma das ex-colônias reconhece um estatuto à língua portuguesa. É um problema nunca evocado nas constituições das novas repúblicas. Só para lembrar, no Brasil, só na constituição de 1988 é que a língua portuguesa foi reconhecida como língua nacional.

<sup>6</sup> C. VOGT, *Cafundó : a África no Brasil, linguagem e sociedade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>7</sup> Y. PESSOA DE CASTRO, *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2001.

<sup>8</sup> N. LOPES, *Novo Dicionário Bantu do Brasil*, Rio de Janeiro, Pallas, 2003.

Outra originalidade de Angola é que a concentração urbana em Luanda gerou uma língua específica, uma espécie de gíria ou calão, que uma marginalidade importante ajudou a cristalizar. Embora seja um tema de interesse para a pesquisa universitária, tal gíria por enquanto quase não foi estudada.

Angola e Moçambique, países de grande extensão geográfica e multilingüismo plural, procuraram utilizar a língua portuguesa como fator de unificação política. Samora Machel, que foi Presidente até a sua morte trágica em 1986, sempre clamava nos comícios: « um só povo, uma só língua, uma só nação ». Lutava também contra o « retrógrado tribalismo », símbolo das trevas africanas, para ele talvez tão perigosas como as trevas do colonialismo. Moçambique tem não só a diversidade lingüística evocada mas três outras diversidades: duas religiosas e uma geográfica. O Islão é forte e ativo em certos setores do território nacional. De outro lado, pode-se notar uma impregnação protestante desenvolvida pelas missões desde o século passado. Além disso, vindo da Índia e de Goa, enraizou-se uma presença asiática antiga e profunda.

\* \* \*

Os três outros países, apesar de terem uma superfície muito mais reduzida, apresentam características distintas e originais. A Guiné-Bissau, com os seus 30 000 quilômetros quadrados, espalhada numa pletora de ilhas, tem mais de quinze línguas africanas, uma forte islamização e dois crioulos. É um país marítimo, essencialmente agrícola, pouco urbanizado, com três pequenas cidades: Bolama – antiga capital – Cacheu e Bissau, mas um milhão de habitantes e uma grande diversidade religiosa, étnica e cultural. Foi por este motivo, tipológico, de país pequeno e complicado, que o escolhemos para realizar o nosso primeiro dicionário das peculiaridades da língua portuguesa escrita da Guiné-Bissau (1996). Infelizmente, o dicionário já se esgotou. O país é o exemplo mais evidente da ignorância dos colonizadores, não só portugueses mas ingleses e franceses no final do século XIX. Na conferência de Berlim em 1885, fixaram as fronteiras, com linhas rectas, desprezando ou melhor negando os fatores identitários: língua, religião, esquecendo o animismo e as etnias.

Totalmente à parte encontram-se as duas últimas nações. São verdadeiramente nações, enquanto os três outros países citados são estados e futuramente nações. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, arquipélagos no meio do mar, respectivamente a 500 e 1 000 quilômetros do continente africano não conheciam a presença do homem – ao que parece. Terras virgens, como a Madeira e os Açores. Por isso, colonizados por portugueses e por escravos, construíram logo um sistema novo, original. Não havia línguas africanas com base escrita e tão diversas e faladas por um número reduzido e movediço de falantes que não chegaram a se enraizar. Organizou-se, paralelamente a uma presença lingüística portuguesa fraca, e também essencialmente oral, uma nova língua: o crioulo, ou melhor os crioulos. Dois, se nos referimos a regiões geográficas, norte e sul (Barlavento e Sotavento). Dez, se considerarmos o número das ilhas povoadas. Em São Tomé e Príncipe, um crioulo para cada ilha, e o angolano com base bantu na região oriental de São Tomé.

« E agora José », como dizia o meu amigo Carlos Drummond de Andrade, e a lusografia ?

\* \* \*

Bem se vê que a presença da lusofonia é complexa, diversa e de certa maneira limitada nos PALOPs. Aliás, os interessados utilizam mais a denominação de « os Cinco » em vez de PALOPs. Os Cinco têm línguas nacionais que não são a língua portuguesa. Recentemente, Cabo Verde decidiu fazer do crioulo a língua nacional e ensinar em crioulo. Mas qual crioulo? ainda é um problema a resolver. Assim a língua portuguesa tornou-se primeira língua estrangeira em muitos casos. O seu estatuto gera conflitos, controvérsias, polémicas. É também um problema quente, político além de linguístico. Nos Cinco, constatamos uma pletera de falares e bilingüismo, polilingüismo ou diglossia, sem esquecer o peso modesto mas efetivo do inglês em Moçambique (país que aderiu ao Commonwealth) nem do francês nos outros quatro países com a proximidade fronteiriça da língua francesa através das ex-colónias francesas e belga (Senegal, Guiné ex-francesa, République démocratique du Congo, Gabon). Por isso, a lusofonia como língua falada, usual, quotidiana, maioritária não cobre os espaços todos. Durante a colonização, o português era essencialmente a língua de uma minoria, os portugueses e os assimilados. A rede escolar era fraca e mais aberta aos metropolitanos do que aos indígenas. Em contrapartida, a lusografia tem outro estatuto, outra presença, que vamos definir agora.

Nesse setor, Portugal foi verdadeiramente revolucionário e pioneiro entre todas as outras nações colonizadoras. Com efeito, a partir de 1842, em Cabo Verde, foi criado o *Boletim Oficial* da referida colónia, e importada uma tipografia. Nascia a lusografia na África. As outras colónias, alguns anos mais tarde, tiveram também os seus *Boletins Oficiais*. Decisão e criação pioneiras, já que nas outras colónias francesas e inglesas, as publicações em línguas europeias são muito mais tardias, quase meio século depois. Em 1849, aparece também, em Luanda, o primeiro livro nacional, *Espontaneidades da minha alma*, de José da Silva Maia Ferreira<sup>9</sup> que evoca a realidade angolana. Nasce a lusografia literária e começa a existência de literaturas que não direi autónomas mas já diversificadas.

Na série do *Almanaque Luso-brasileiro de Lembranças*<sup>10</sup>, desde 1851, além de textos produzidos por portugueses, brasileiros, macaenses ou goeses, aparecem também escritores nacionais que mandam das diversas regiões da África textos em prosa e verso para o *Almanaque*. São contistas, poetas, funcionários amadores das letras que propõem textos e depoimentos, quase reportagem sobre costumes... É um património lusógrafo que na nossa universidade de Rennes a nossa equipe de pesquisa vem recolhendo e vai republicar nos próximos anos. Vão entrar numa coleção nossa chamada PLA isso é Património Lusógrafo Africano. A lusografia existe como sistema, quase como estatuto. E vai existir com um conteúdo próprio e com uma criação linguística. Não popular, obviamente, um pouco elitista, mas através dos lusógrafos que são os escritores. No século XIX, mais de uma centena e a pletera de escritores do século XX, já que muito raramente as línguas africanas ou os crioulos foram escolhidos como línguas de criação ou expressão literária.

Os nossos dicionários (são três: Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe esgotados e Cabo Verde disponível) nasceram do estudo e da análise de textos escritos nos

<sup>9</sup> Luanda, 1849 [última reedição: J. da Silva Maia FERREIRA, *Espontaneidades da minha alma*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, pref. Salvato Trigo (« Escritores dos países de língua portuguesa », 30)].

<sup>10</sup> Lisboa, 1851-1936.

referidos países : imprensa, revistas, exercícios escolares, cartas . . . e ainda mais do depoimento de obras literárias de escritores nacionais. Excluimos os traços característicos do estilo próprio de um autor criador de palavras (Luandino Vieira e Mia Couto) e os seus neologismos. No Brasil, pensaríamos em Guimarães Rosa. Mas é de lembrar que, vamos vê-lo, a lusografia africana é evolutiva e criativa.

Podem imaginar que não vamos, hoje e agora, esgotar uma riqueza bissecular de uma língua e literatura escritas no continente africano. Antes do trabalho dos escritores é preciso indicar a presença natural e obrigatória das *realia* de cada país, são os termos que definem a flora, a fauna, os costumes, que existem só no país em questão e que raramente aparecem nos dicionários portugueses ou brasileiros.

Utilizamos os trabalhos científicos dos pesquisadores portugueses ou não portugueses. Recolhemos centenas de palavras. Ninguém imagina que oitenta ornitólogos, só para Cabo Verde, estudaram as aves e registaram os nomes locais. As bibliografias dos nossos dicionários apresentam obras de naturalistas que a partir do século XVIII – Século das Luzes – pesquisaram e publicaram textos agora esquecidos por muitos deles. É uma lusografia que podemos chamar de científica, patrimônio dessas nações.

Descobrimos um outro setor. São termos portugueses do Português metropolitano que evoluíram semanticamente. Não são neologismos mas empréstimos. Eis um exemplo cabo-verdiano : « carinha » : é a fotografia para passaporte ou bilhete de identidade. Os nossos dicionários são também enciclopédicos : recolhem e explicam termos que fazem parte da identidade da terra. Por exemplo, no caso de Cabo Verde, uma palavra como « milho » é um sésamo para compreender a nação. Tem uma presença em muitíssimos aspectos da vida que não tem em outros países e que tem de ser explicada e comentada.

Todos os vocábulos inventariados nos nossos dicionários foram levantados de textos documentados. Correspondem muitos deles a realidades da vida quotidiana : agricultura, pesca, culinária, utensílios e instrumentos, música, cultura, sentimentos – como a famosa *morabeza* cabo-verdiana – etc. É preciso lembrar de novo uma característica e um limite dos nossos dicionários. Por motivos evidentes, a modéstia dos nossos meios financeiros – já que recebemos somente um apoio do Centre National de la Recherche Scientifique que ajudou e apoiou as pesquisas da nossa equipe – impediu que a língua falada, a língua de rua, da televisão, do rádio, fosse contemplada. Já era difícil reunir a documentação escrita, espalhada nos Cinco, com os conflitos e guerra civil que conheciam alguns deles. A nossa universidade reuniu no *Fonds Africain Bernadino Chiche*<sup>11</sup> aproximadamente 10 000 volumes, e dezenas de coleções de revistas antigas e mais recentes, incluindo a coleção completa do *Almanaque Luso-brasileiro de Lembranças* (1851-1936).

Não tinha a pretensão de esgotar uma matéria tão rica. O tempo falta para ir além e aprofundar mais sobre nosso trabalho e metodologia, mas espero que o debate possa continuar a presente exposição, rápida e forçosamente incompleta.

*Fevereiro de 2006, Jean-Michel Massa*

<sup>11</sup> Nome de um estudante nosso, moçambicano, tradutor de Samora Machel, que morreu com ele no crash do avião.

### Comptes rendus

**Atilio BORON, Raul ZIBECHI, Emir SADER, & Francisco Rhon DAVILA (eds), *Mouvements et pouvoirs de gauche en Amérique latine*, Paris, Syllepse – Centre Tricontinental, 2005, 222 p., ISBN : 2-84950-044-5 (« Alternatives Sud », XII-2).**

L'article de Bernard Duterme, « Conditions formes et bilans du retour de la gauche en Amérique latine », analyse le contexte des dynamiques de gauche dans neuf pays : cinq où le pouvoir politique a été conquis par la gauche, Venezuela, Brésil, Bolivie, Argentine, Uruguay et quatre où il pourrait l'être : le Mexique à travers une possible alliance entre le Parti de la Révolution démocratique et l'Armée zapatiste de libération nationale, l'Équateur où le mouvement indigène n'a pas dit son dernier mot, le Nicaragua et le Salvador du fait du poids électoral que représentent encore les anciennes gauches révolutionnaires. Pas d'examen des pays où ces dynamiques sont absentes ou faibles et sur les raisons de ces faiblesses (République dominicaine, Haïti, Paraguay, Pérou, Colombie, Costa-Rica, Honduras, Guatemala, Panama, Belize) ; pas d'examen non plus du Chili qui a récemment confirmé son évolution à gauche, ni de Cuba. On peut le regretter mais c'est néanmoins un panorama très stimulant que nous livre la revue autour des questions suivantes :

– l'hégémonie réelle et symbolique du néolibéralisme aurait-elle fait long feu après deux décennies d'applications pratiques qui ont laissé intactes ou ont aggravé la pauvreté et l'inégalité ?

– est-ce que l'abandon de responsabilités sociales et politiques des États est devenu à ce point insupportable qu'il serait contraint à une intervention de type nationaliste dans l'économie ?

– comment qualifier les nouveaux acteurs qui, souvent à la place des partis et mouvements classiques (ouvriers, paysans, étudiants) agissent dans cette direction ? Sous-prolétariat urbain, femmes, sans-terre, mouvements indigènes ? Ces derniers pourraient incarner la nouveauté politique majeure car ils associent à une résistance culturelle une revendication moderne (révolutionnaire ?), de justice sociale.

Certes, comme les autres mouvements de chômeurs urbains ou de sans-terre, ils oscillent entre une tradition anarcho-syndicaliste et une inspiration sociale-démocrate, mais le problème n'est-il pas qu'ils sont souvent minoritaires au sein de leur propre milieu social ? Les bilans de leurs premières expériences sont encore incertains au Mexique ou en Équateur. Et les nouvelles configurations de la gauche au pouvoir en Argentine, au Brésil, au Venezuela, en Uruguay (en Bolivie et au Chili après la parution de l'ouvrage) sont trop hétérogènes pour être analysées globalement.

Atilio Boron, secrétaire exécutif du Conseil latinoaméricain de Sciences sociales (CLACSO), traite des « défis de la gauche latino-américaine à l'aube du xx<sup>e</sup> siècle » et note la contradiction entre une consolidation du néolibéralisme au plan économique et politique et son affaiblissement, depuis 1995 environ, au plan de la culture et de la conscience civique et politique. Les mouvements sociaux qui illustrent cet affaiblissement et l'échec des capitalismes démocratiques de la région (*piqueteros* argentins, sans-terre brésiliens, « indigènes » mexicains, équatoriens et boliviens) et qui ont pu entraîner avec eux des classes moyennes en voie de paupérisation, trouvent cependant mal leur expression politique dans les partis et syndicats

traditionnels. Comme si les « classes » avaient disparu, du fait de l'impossibilité de leur expression dans le travail, avec le langage d'un xx<sup>e</sup> siècle révolu ; comme si elles étaient seulement capables de s'exprimer, grâce à la crise du néolibéralisme dans la culture et les consciences, de manière déviée, à travers des conditions ou des identités toujours spécifiques ou segmentées (ethniques, linguistiques, de genre, d'âge, de sous-prolétariats divers), parfois prises en relais par des organisations mondialisées. Syndicats et partis sont en difficulté pour prendre en charge ces changements et les synthétiser d'abord à chaque niveau national. En même temps, pour faire face à l'ampleur de la crise, la reconstruction des États et des marchés intérieurs, et l'adoption de politiques fiscales frappant les riches paraissent inévitables. Le Brésil, principal pays qui présente les conditions politiques économiques et culturelles favorables à la mise en œuvre de ces politiques, reste encore timide après deux ans et demi de pouvoir : a-t-il dit son dernier mot ? L'actuel gouvernement argentin semble encore capable de susciter l'imagination, publique et populaire, par-delà le « possibilisme des marchés », parce qu'il est issu d'une crise politique et sociale longue et cruelle. Cuba et le Venezuela peuvent offrir, ouvrir, des voies, même partielles. L'auteur en conclut que sans un volontarisme de tous les instants de la part des pouvoirs politiques élus, il n'y a pas d'avancée.

Quel volontarisme ? C'est cette question qui intéresse Beatriz Stolowics, professeur à l'UNAM de Mexico : « La gauche latinoaméricaine entre épreuve du pouvoir et volonté de changement ». Elle note la montée des forces électorales de gauche depuis 2000 dans toute l'Amérique latine et le développement de mouvements sociaux de résistance, dispersés mais clairement opposés à la mondialisation, en appui de l'État national. Leurs capacités d'action restent cependant limitées, même lorsque des alliances de gauche accèdent au pouvoir, parce qu'elles ne savent répondre ni aux défis « du haut » (présenter des alternatives aux processus de mondialisation) ni aux défis « du bas » (articuler et synthétiser des actions sociales dispersées). Elle en trouve l'explication dans le souci de « la gauche au pouvoir » de conforter les libertés durement acquises après les dictatures en mettant en attente le souci d'égalité pour lequel elle a été aussi élue. Ainsi pourrait-on expliquer que nombre d'expériences de développement et d'administration locales, où les formes d'autogestion populaires alternatives ont pris une réelle ampleur, en restent au plan « pédagogique » en l'absence d'un processus national qui les valorise et les démultiplie. L'idée de gouvernabilité se substitue alors à celle de démocratie, image d'un consensus « post-libéral », nouvel habillage du consensus de Washington.

Emir Sader (Université de Rio de Janeiro) note de son côté trois séries de causes dans l'échec des luttes contre le néolibéralisme : la frilosité des gouvernements de gauche au pouvoir, le manque d'articulation politique des mouvements sociaux, ou à l'inverse la perte d'autonomie de ces derniers. L'articulation vertueuse entre mobilisations populaires, plateformes alternatives, alliances sociales hégémoniques et directions politiques capables d'insuffler une politique nationale fondée sur l'affirmation de droits universels n'est encore réalisée nulle part mais elle apparaît par bribes et semble possible à un horizon peu éloigné. Horizon que Teotónio dos Santos (Université de Rio de Janeiro) voit également de manière assez proche puisqu'il ne s'agit, au fond, que de réactualiser l'agenda « développementiste » des années 1960 et 1970, dans le contexte de nouvelles conditions économiques internationales où la compétition entre nations mettra nécessairement à nu les racines

inégalitaires et autoritaristes de chaque société nationale (on peut se demander par quels processus?).

Hernan Ouviña, sociologue de l'Université de Buenos-Aires s'attache à décrire la nouveauté de quelques-uns de ces mouvements sociaux, *zapateros* mexicains, *piqueteiros* argentins et *sem terra* brésiliens. Leur nouveauté résiderait dans le fait que la protestation sociale dépasse la problématique de la production et du travail en y associant la reproduction (logement, alimentation, écologie, services publics, droits de l'homme, valeurs traditionnelles). Se substituant en quelque sorte aux partis qui ont accepté le processus de recul de l'État, ils associent à leurs formes d'organisation non autoritaires des objectifs de transformation radicaux. Ils diffèrent, selon l'auteur, des nouveaux mouvements sociaux des pays capitalistes du centre (féminisme, écologisme, altermondialisme), parce qu'ils sont issus de la périphérie et des « exclus » de faible niveau éducatif et non de classes moyennes, parce qu'ils rejettent le processus électoral et le parlement comme instance décisionnelle prioritaire (à la différence des Occidentaux), et enfin parce qu'ils mettent en pratique « ici et maintenant » une transformation concrète de la vie par leurs coopératives rurales, industrielles ou urbaines. Marginalités des acteurs, pratiques assembléistes, autogestion productive, souci exigeant de dignité sans nul besoin d'autoproclamation d'une avant-garde, ne facilitent pas les médiations avec les régimes de démocratie représentative de chaque pays. La principale perspective devient, dès lors, internationaliste, malgré les difficultés dues aux différences avec les mouvements occidentaux.

L'examen des conjonctures pays par pays mélange doutes et espoirs. Maristella Svampa (Université General Sarmiento, Buenos Aires) montre la grande diversité des origines des mouvements *piqueteros*, syndicale, politique, locale, corporatiste, et leur efficacité pendant l'année 2001 qui vit le renversement de deux gouvernements en l'espace de six mois. Ensuite, la réponse de l'État, plans sociaux et assistance alimentaire dans un premier temps, stratégies d'intégration, de cooptation, d'isolement, de canalisation dans un second, porta ses fruits : elle fit apparaître l'ensemble du mouvement, avec le temps, comme un simple expert en clientélisme, avant de porter devant la justice certaines de ses actions illégales. Le mouvement *piquetero* se divisa alors entre ceux qui faisaient allégeance au populisme du pouvoir, ceux qui continuaient à croire à la mobilisation permanente, et ceux qui entreprirent un projet de formation politique dans une perspective de plus long terme.

Gilberto Lopez y Rivas (Institut national d'Anthropologie et d'Histoire de Mexico) examine les raisons de l'isolement du mouvement zapatiste au sein des gauches mexicaines et les possibilités d'extension de l'idée de peuple-nation qu'il incarne. Comment les gauches, toutes les gauches, pourraient-elles prendre en compte, outre les contradictions et luttes économiques, les nécessités d'une démocratie pleine où les acteurs les plus faibles ou ignorés doivent prendre place (enfants, femmes, immigrants, minorités sexuelles) ? N'est-ce pas l'abandon de ces prémisses théoriques égalitaires au profit de modèles hypertrophiés de commandement, avec leur cortège de corruptions en tous genres, qui explique la perte des références morales, qu'en revanche l'Armée zapatiste de libération nationale (EZLN) conserve encore, fournissant des stimulants de résistance à toute gauche qui, au Mexique ou dans le monde, se respecte ? Outre l'administration d'un territoire qu'elle gère au mieux de ses principes démocratiques, l'EZLN repousse ou détourne les projets nationaux capitalistes issus de l'État national qui touchent sa région ; cette autonomie concrète

n'est pas négligeable même si la pensée de sa généralisation paraît incertaine. Serait-elle réalisable dans le cadre d'une alliance des gauches qui accéderait au pouvoir national ?

En Uruguay (Raul Zibechi, Université Franciscaine), trois décennies d'hégémonie culturelle de « la » gauche se sont enfin terminées en hégémonie politique aux élections de 2005. Chacun s'attend au renforcement de l'État, à la fin des privatisations, à une participation politique populaire accrue. Chose attendue également, avec plus de pessimisme, au Brésil (Plinio de Arruda Sampaio, directeur du *Correio da Cidadania*) où le gouvernement de gauche arrivé en 2003 poursuit une politique économique libérale pour garder la confiance nationale et internationale, et tarde à se lancer dans les politiques sociales et civiques annoncées.

En revanche, la Bolivie, après quinze ans d'hégémonie néolibérale et une succession de pactes bancals entre gouvernements de droite et forces syndicales en déclin (mineurs en particulier) ou en développement (les *cocaleros*), voit la gauche se recomposer à l'occasion de luttes de résistance nationales (contre la privatisation de l'eau en 2000, celle du gaz en 2003) en même temps que naissent partis politiques et leaders de gauche « indigénistes », plus nationalistes qu'indigénistes semble-t-il si l'on en juge par leur désir de mettre un terme à l'enfermement dans le consensus néo-libéral.

Désirs pas si faciles à réaliser au regard de l'histoire récente de l'Équateur qui après une décennie de dictature (années 1970) et une décennie démocratique (années 1980), voit se développer simultanément l'insertion néolibérale et le mouvement indigène. Ce dernier se constitua au cours de la réforme agraire et de la transition qui vit la décomposition de l'*hacienda* privée dont les Indiens étaient dépendants, en paysanneries autonomes ; il est issu de la démocratie chrétienne des années 1970 présente dans certaines régions rurales, de l'action plus récente des évangélistes organisés en une fédération d'Églises qui entretient des liens étroits avec les gouvernements, des organismes nés de l'extension de la sécurité sociale en milieu rural, et il fut couronné, depuis 1986, par la Confédération des nationalités indigènes d'Équateur (Conaie). C'est dans les luttes de cette transition que le mouvement se forge, dans les différences régionales, et qu'il prend une dimension nationale (prise de position contre les privatisations). D'emblée inséré dans les politiques publiques, il doit faire face aux changements de tendance et de majorités politiques, à l'intervention des militaires, aux manipulations de l'ethnicité, tout en portant l'expression d'une population qui sort d'un quasi-esclavage, et dont personne ne connaît l'exacte importance (entre 10 et 35 % de la population totale), bien qu'elle soit devenue un acteur politique incontournable.

Selon Edgardo Lander (Université centrale du Venezuela), le président Chavez, élu en 1999, met en œuvre une politique économique mesurée fondée sur la nationalisation de l'industrie pétrolière, le développement de l'industrie de substitution d'importations et une politique sociale publique de visée universaliste. L'orientation internationale de la politique économique est orthodoxe : remboursement de la dette et ouverture à l'investissement étranger. Mais l'affichage politique est ouvertement nationaliste et indépendantiste : le risque-pays augmente, la fuite des capitaux aussi, l'investissement et le PIB chutent, le chômage monte. Au lieu de battre en retraite le gouvernement fit approuver des lois garantissant l'exploitation à des fins sociales de la pêche et de l'aquaculture, de la terre et de

l'agriculture (amorce d'une réforme agraire), la troisième mesure stimulant la formation de capital national pour le développement aval de l'industrie pétrolière (50 % de capital national minimum et redevance participative de 30 % pour l'État). Autant d'orientations opposées au néolibéralisme dominant ; la tentative de coup d'État du capital international et des classes moyennes locales, ostensiblement appuyée par les EUA en avril 2002 tourna court et se termina par un plébiscite électoral et l'approfondissement des politiques mises en œuvre avant le coup d'État en matière de santé, éducation et participation populaire à la gestion publique. Si la fragilité de ce système renvoie à la fragilité des relais sociétaux (partis, syndicats, organisations) entre le peuple et le président, il n'en reste pas moins que cet exemple illustre la capacité de la sphère politique à s'imposer face aux « lois » de l'économie, dans un contexte où l'État contrôle la principale ressource nationale.

Mars 2006, **Robert Cabanes**

**Pedro Ramos BRANDÃO, *A Igreja Católica e o « Estado Novo » em Moçambique, 1960-1974***, Lisbonne, Editorial Notícias, 2004, 259 p., ISBN : 972-46-1567-7, note scientifique de António Costa Pinto, préface de José Capela.

Quelles furent les relations entre l'Église catholique et l'État au Mozambique durant les dernières années du régime colonial ? Voilà un sujet passionnant qui n'avait pas encore été traité systématiquement et encore moins à l'aune des évolutions historiographiques de ces dernières années. La période est particulièrement intéressante au Mozambique dans la mesure où le Concile Vatican II remuait alors les esprits catholiques et que les cas de dissidence religieuse, voire politique, se multipliaient au sein de l'Église. On mentionnera ici le cas des Pères Blancs qui finirent par quitter le Mozambique pour protester contre la collusion entre État et Église. On mentionnera aussi le cas de l'évêque de Nampula qui, avec les Pères Comboniens, dénonça publiquement la guerre et le colonialisme, appela à une décolonisation immédiate du Mozambique, et fut expulsé avec ses missionnaires juste avant la chute du régime. La période 1960-1974 est donc une période riche en événements et en retournements, une période que Pedro Brandão analyse en 259 pages. L'ouvrage n'a pas de prétention universitaire, nous dit l'auteur dans l'introduction (quoique ce soit le fruit de son travail de thèse de doctorat en cours). Tout au plus veut-il faire connaître le sujet au grand public et mettre à jour des faits nouveaux.

Le livre de Pedro Brandão est structuré en dix chapitres, dont trois introductifs. Le premier présente l'histoire de l'Église catholique romaine dans le système politique international entre 1940 et 1974 – en particulier autour de la Seconde Guerre mondiale et de Vatican II. Le second chapitre traite des relations entre Église et État dans l'Outre-mer portugais, et au Mozambique plus particulièrement, durant la même période. Le troisième chapitre reproduit des cartes géographiques de l'Annuaire catholique de l'Outre-mer de 1975 et offre des graphiques comparatifs ainsi qu'une rapide analyse des statistiques catholiques de 1960 à 1975. Suivent quatre chapitres qui portent sur le premier évêque du diocèse de Beira (le « libéral » Dom Sebastião), le « cas de l'évêque de Nampula et des Pères Comboniens », le

« cas des Pères Blancs » et le « cas des Pères de Macuti » (jugés par les Portugais pour anticolonialisme). Deux chapitres terminent l'ouvrage avec des extraits du journal intime de l'évêque de Beira et deux documents d'archives – malheureusement sans commentaires et sans croisement avec ce qui est dit dans le texte, et d'une utilité par conséquent limitée. En résumé et autrement dit, après trois chapitres liminaires, l'auteur nous parle des cas de dissidence ou de rébellion du clergé contre l'ordre colonial.

Cette organisation de l'ouvrage pose un premier problème. Dans l'introduction et dans le deuxième chapitre, l'auteur démontre de manière classique mais correcte que l'Église catholique et l'État colonial au Mozambique collaboraient activement – un Concordat et un Accord missionnaire cimentaient légalement leurs relations. Or, dans les quatre chapitres qui suivent, l'auteur abandonne ce sujet pour ne plus discuter que des évêques et des pères qui résistèrent ou s'opposèrent à cette collaboration entre Église et État. L'introduction ne disant rien de l'argument de l'auteur, le livre n'ayant pas de conclusion et l'auteur ne revenant pas sur la question de la nature des relations entre Église et État après son analyse des cas de « dissidence », le lecteur ne sait pas ce que Pedro Brandão veut nous dire. Veut-il corriger l'idée que l'Église aurait seulement collaboré avec l'« État Nouveau » ? Veut-il dire que, si collaboration il y a bien eu, cela n'empêchait pas certains secteurs de l'Église de résister sur le terrain ? Ou veut-il réhabiliter l'Église coloniale portugaise qui aurait été accusée injustement de compromission avec le colonialisme ? La dernière question se pose d'autant plus qu'il n'y a strictement aucune analyse ou discussion dans l'ouvrage des missionnaires favorables au colonialisme (qui constituaient la majorité du clergé). Même si on peut imaginer que l'auteur vise la nuance historique plutôt que la réhabilitation de l'Église, le lecteur est laissé dans le flou et on peut craindre qu'une partie du grand public (à qui le livre est adressé) ne conclue l'inverse.

Un deuxième problème dans ce livre est l'approche de l'auteur et son manque de connaissance de l'Église catholique. Tout d'abord, la lecture de Pedro Brandão est purement politique. Il résume tout à « être pour » ou « être contre » le colonialisme et il omet ainsi de nombreuses nuances quand il ne comprend pas certaines dynamiques de manière simplement erronée. Par exemple, il présente Jorge Jardim comme le défenseur du *statu quo* (p. 200) ; et il affirme que le succès (numérique) de l'évangélisation du diocèse de Beira est le fruit du libéralisme politique de son évêque (p. 112). Pourtant, c'est exactement l'inverse dans les deux cas. Ensuite, Pedro Brandão connaît mal l'Église catholique. Il prend ainsi l'Institut espagnol des Missions étrangères (IEME) des Pères de Burgos (auquel il consacre un chapitre entier !) pour l'Institut catholique de Relations internationales de Londres (CIIR). De même, il ne comprend pas la dynamique « ultramontaine » d'une partie du clergé, dynamique qui fait que beaucoup de missionnaires, et Dom Sebastião Soares de Resende lui-même, s'opposèrent parfois à l'État sans être pour autant contre le colonialisme. Enfin, Brandão ignore superbement la théologie, s'empêchant ainsi de comprendre les motivations des missionnaires. Pour ne donner qu'un exemple, l'auteur ne sait visiblement pas que les Pères de Burgos sont adeptes de la théologie de la libération. Du coup, il parle de leur engagement aux côtés des nationalistes du Frelimo en brochant sur leur orientation en faveur de la « démocratisation au sens large », de leur « attitude extrêmement volontariste et généreuse » et de leur « esprit de groupe très fort [...] qui leur donna une

force unique, créant des problèmes complexes aux autorités portugaises » (p. 75).

Un troisième aspect problématique concerne l'usage des sources – un problème qui n'est pas spécifique à cet auteur, mais qui est particulièrement aigu chez lui. Il est vrai que Pedro Brandão avertit le lecteur dans son introduction que le livre n'est pas destiné au monde universitaire. Toutefois, si cela peut expliquer la quasi-absence de notes de bas de page, cela ne peut pas justifier que l'auteur reproduise des informations sans aucune critique et qu'il ne recoupe pas ses sources. En effet, Pedro Brandão reproduit les chronologies de la Pide telles quelles, sans critiques ni altération, nous présentant du coup une histoire singulièrement colonialiste et policière. Plus grave, prenant les affirmations de la Pide ou de personnes « interviewées » (sans les mentionner) pour argent comptant, l'auteur en arrive à dire des contrevérités et même des choses tout simplement scandaleuses. Pour ne citer que l'exemple le plus choquant, Brandão avance, sur la base de témoignages de « gens présents à cette date dans cette zone du Mozambique » (*sic*) que la « responsabilité morale » du tristement célèbre massacre de Wiriyamu ne peut être imputée directement aux militaires portugais ! En effet, selon lui (sur la base des dires d'un seul militaire portugais *impliqué*...), si les soldats ont bien tué tout le monde, l'ordre de massacrer la population dans ce village aurait été donné par un agent de la Pide – africain et mort depuis longtemps... (p. 176).

Ce compte rendu de lecture pourrait continuer sur d'autres points. Il y a des erreurs typographiques et de sens : l'auteur appelle « colombiens » les Pères Comboniens (p. 61) ; il confond diocèse et mission (p. 171) ; il fait des abus de langage – les Portugais auraient commis « des génocides » durant la guerre (p. 210) ; il fait une utilisation et des interprétations hasardeuses des statistiques (chapitre 3), etc. Mais ces quelques commentaires suffisent pour dire que ce livre a été publié très prématurément. D'une part, l'auteur était en plein dans sa recherche doctorale et son travail d'enquête comme d'analyse était visiblement loin d'être abouti. D'autre part, son travail de rédaction a été précipité au point d'oublier d'adjoindre une conclusion et, surtout, d'explicitier la thèse du livre. On veut bien croire que l'auteur ait été motivé par des intentions honorables. Il n'en reste pas moins que son travail pose plus de problèmes qu'il n'en résout et qu'il introduit au moins autant (si non plus) d'erreurs qu'il n'amène de nouveautés. Par ailleurs, sa perspective étroitement politique est peu appropriée au sujet et historiographiquement dépassée. Avec un tel éditeur et avec l'appui d'historiens aussi prestigieux et compétents que José Capela et António Costa Pinto (préface et note scientifique), Pedro Brandão aurait pu faire mieux. Il aurait dû faire beaucoup mieux.

Février 2005, **Éric Morier-Genoud**

**George E. Brooks, *Eurafricans in Western Africa – Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century***, Athens, Ohio University Press, 2003, 355 p., ISBN : 0-85255-489-3

Cet ouvrage provient de la mûre réflexion d'un historien d'Afrique occidentale, complétant (chronologiquement et thématiquement) son livre précédent *Landlords and Strangers : ecology, society, and trade in Western Africa, 1000-1630*, Boulder, Westview Press, 1993) qui couvrait la période entre l'an 1000 et 1630, et annonçant un

troisième volume sur la période des dix-neuvième et vingtième-siècles. Puisant dans sa spécialité – les communautés hybrides de la côte atlantique –, l'historien montre que l'expansion coloniale ne se résumait pas au contrôle des « Africains » par des « Européens ». Bien au contraire, les dynamiques commerciales et sociales de la côte étaient en général soumises aux coutumes et habitudes locales (jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle au moins) plutôt que l'inverse, et ce livre fait donc écho à d'autres recherches récentes qui suggèrent que les termes « Européens » et « Africains » eux-mêmes devraient être compris comme un produit de ce long processus, plutôt que comme son point de départ. Ce livre contribue donc à briser le mythe de l'omnipotence des colonisateurs (ou plus tard de « l'État colonial »), en montrant que la colonisation était en fait une affaire bien plus complexe que l'image issue de l'idéologie arrogante de l'Europe hégémonique du dix-neuvième siècle, impliquant médiation et conciliation constantes plutôt que conquête et subjugation perpétuelles. Le groupe qui personnifie cette médiation et qui fait ressortir le plus fortement la vulnérabilité des Européens est sans doute celui des Euro-Africains (d'abord Luso-, puis Franco- et Anglo-Africains), un nom sciemment composé de deux termes inégaux pour souligner l'apport prépondérant du second. Ceux-ci jouaient un rôle essentiel dans le commerce de la côte avec les Européens, ayant un avantage considérable sur ces derniers précisément de par leurs liens organiques avec les sociétés locales. Le statut d'« homo economicus » n'est ainsi plus le monopole d'une quelconque rationalité occidentale : États et individus « africains » participent activement à l'histoire qu'écrit Brooks, jouant un rôle déterminant dans l'accroissement des échanges commerciaux dans la région.

Les communautés intermédiaires côtières apparaissent tout au long de ces trois siècles d'histoire comme fermement ancrées dans leur milieu local, « africain », ce qui ne les empêche pas de se démarquer par certaines caractéristiques (« européennes ») dans leurs modes vestimentaires, alimentaires, ou de logement. La catégorie des « Euro-Africains » devrait ainsi être comprise comme un « groupe » parmi d'autres qui participait à la régulation de la vie socio-économique locale, plutôt qu'une greffe allogène. Le détachement des « Euro-Africains » d'une Europe prématurément hégémonique permet également à l'auteur de montrer le rôle crucial qu'ils jouèrent dans la continuité et la persistance des réseaux commerciaux avec l'Afrique de l'Ouest malgré les nombreuses guerres dévastatrices entre États européens.

L'analyse débute par un large panorama des paramètres écologiques, culturels et sociaux de la région. Brooks l'insère ainsi directement dans le cadre historique et géographique locaux – ce qui paraîtrait relever de l'évidence méthodologique méritant à peine une mention, sauf que le paradigme dominant eurocentrique tend à l'ignorer – et adopte une approche méthodologique à la fois régionaliste et spécifique. Cette approche synthétique, alliant une ambition totalisante avec un style accessible au lecteur non spécialiste, est poursuivie tout au long du livre, ce qui n'empêche pas l'auteur d'y intégrer une multitude de détails précis et incisifs – signe supplémentaire, s'il en fallait, de sa maîtrise du sujet.

De plus, le centrage sur une histoire sociale (au sens le plus large) plutôt que sur une simple histoire politique, qui se focaliserait sur « l'État » et ses opérateurs comme agents d'une Histoire hégélienne, lui permet de montrer le dynamisme de la région et de ses différents acteurs. Le résultat est percutant, s'agissant par exem-

ple des femmes euro-africaines, actrices principales de la trame tracée par Brooks. Nous les trouvons en effet faisant preuve d'un dynamisme commercial et politique tel que leurs voix se font entendre par-dessus les obstacles d'archives généralement antipathiques à leur égard (et qui sont produites presque entièrement par des hommes européens).

L'historien fait également ses preuves dans le plus délicat des critères de sa discipline : une habileté et une versatilité dans la découverte et le dépouillement de sources historiques multiples. Si ces sources sont à l'évidence extrêmement problématiques – l'auteur lui-même l'admet dès la préface – l'usage qui en est fait n'en est que plus impressionnant.

Une faiblesse théorique de ce livre est l'utilisation répétée de catégories coloniales, encore courantes et toujours problématiques, comme l'idée de sociétés « acéphales », « animistes », ou « segmentaires ». Mais l'aspect le plus déconcertant du volume est la présence-absence de l'Islam, alors que le rôle d'institutions et de coutumes chrétiennes y est subtilement intégré. En effet, l'islam apparaît dans de multiples détails de la narration historique que présente Brooks, mais demeure remarquablement absent de son analyse systématique. Un exemple typique est l'affirmation de la constitution, à un moment donné, d'un « État fondé sur des principes islamiques » (p. 200) sans explication et sans approfondissement. L'islam est présent de façon centrale dans l'histoire de la région, et d'ailleurs cette présence va croissante au cours du livre, mais les modalités de son introduction, le rayon de son influence, les sources de son dynamisme ne font presque jamais l'objet d'une analyse : l'index en fin de volume ne recense d'ailleurs même pas de manière systématique les mentions de cette religion dans le texte. Brooks affirme en fin de compte que « l'expansion de l'islam s'avéra incompatible avec les intérêts des Luso-Africains » (p. 249) – rien de plus central, donc, et rien de moins discuté . . .

Enfin, le dénouement de ce livre remarquable se clôt malheureusement de manière brusque et abrupte – les derniers mots annoncent un âge d'or pour les Euro-Africains ! – ce qui laisse le lecteur sur sa faim, que l'annonce d'un prochain volume peine à pallier.

*Jun 2006, Alexis Wick*

**J.P. de Oliveira MARTINS, *Portugal e Brasil***, Introdução e notas de Sérgio Campos Matos (fixação do texto de Bruno Eiras & Sérgio Campos Matos), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005, 148 p., ISBN : 972-99298-7-4.

Há desde logo dois motivos que nos levam a saudar vivamente esta nova publicação dos onze originais vindos a lume na *Revista Ocidental*, em 1875, entretanto esquecidos e difíceis de obter. O primeiro reside no próprio autor, pela importância determinante que o pensamento e acção de Oliveira Martins (1845-1894) tiveram na cultura e na vida portuguesa, designadamente ao nível da elite política, que ultrapassaram em muito o seu tempo e se repercutiram até aos nossos dias ; mais, embora as suas posições tenham sido objecto de muita e desejável controvérsia, como poucas vezes aconteceu, nem sempre o foram nos melhores termos. O segundo prende-se com o próprio título, *Portugal e Brasil*, isto é, um dos tópicos

mais centrais e duradouros da agenda portuguesa de relações externas, aqui analisadas pouco mais de meio século depois da independência *de jure* da nova nação e na época em que se estava ainda nas décadas iniciais da chamada « primeira vaga da globalização » (se tomarmos como marco do seu começo o Tratado Franco-Britânico de Comércio Livre de 1860, período que se estenderá *grosso modo* até 1913).

Na presente recensão, seguiremos esta ordem de análise, pois como observa o organizador dos textos Sérgio Campos Matos, o tema Portugal e Brasil do título, acaba por ser relativamente ofuscado nestas crónicas, e, embora elas tenham contribuído para a presença do Brasil na obra posterior de Oliveira Martins, foram mais utilizadas para divulgar as suas posições sobre política interna (relações entre Estado e Igreja a propósito da agitação levantada pelo clero ultramontano no Brasil e em Portugal, questões sobre o parlamentarismo e a reforma eleitoral, política de ensino, críticas à política de transportes do governo fontista, em particular no domínio da construção de caminhos-de-ferro – um dos temas mais constantes –, etc.)<sup>1</sup>. No entanto, deve-se desde já sublinhar que apesar do Brasil ser uma referência relativamente menor, já não o era na importância que Oliveira Martins lhe atribuía para Portugal, apresentando a sua matriz desta relação na terceira crónica : « Lembremo-nos ainda de que, financeira e até economicamente a nossa existência depende da do Brasil. É ele quem nos cota os nossos fundos, quem nos compra a máxima parte dos nossos produtos, quem alimenta boa porção das nossas indústrias. O mínimo desarranjo da máquina de lá, desorganiza logo a máquina de cá . . . » (p. 75)<sup>2</sup>. Aliás, ele volta várias vezes à ideia da vulnerabilidade de portuguesa face a acontecimentos que possam ocorrer no Brasil.

Seguidamente, respigamos alguns exemplos que achamos representativos, numa perspectiva de actualidade, das teses fundamentais de Oliveira Martins, embora com o ónus de perdermos toda a diversidade do seu pensamento, e que, ao mesmo tempo, ilustram o seu modo ver a relação entre Portugal e o Brasil : empréstimos externos/construção de caminhos-de-ferro, emigração/agricultura e pequenas/grandes nações.

Aparentemente, a sua grande reserva quanto aos empréstimos externos (principal meio de financiamento do relativo crescimento que Portugal conheceu nas décadas de sessenta e setenta de oitocentos ; prática também seguida por outros países nesse tempo, que nem correu da melhor maneira) pode de um ponto de vista histórico fazer algum sentido na medida em que os que foram contraídos pelo Estado português inscreveram-se numa sucessão de desequilíbrios financeiros tendencialmente incontroláveis ao longo das décadas seguintes. No entanto, em termos teóricos, não há nada que desaconselhe o recurso aos financiamentos externos quando a poupança interna, e em particular pública, se revela insuficiente, desde que o produto futuro gere rendimento necessário para o seu reembolso em condições normais. Porém, Oliveira Martins mostra-se extremamente cauteloso : « oxalá que o governo, aceitando o mais prudente e racional dos alvites, começasse a construir de conta

<sup>1</sup> Não faltam sequer referências à falta de água e às secas em Portugal, p. 126-127, e noutras passagens.

<sup>2</sup> As citações cujas páginas que não têm outra referência são tiradas de *Portugal e Brasil*.

*própria* a linha da Beira Alta, e fosse levantando os capitais de que necessita para o caminho, preferindo à fantasmagoria a realidade das finanças. As empresas temerárias trazem consigo tristes consequências ; um *nada* transtorna os mais bem arquitetados planos » (sublinhados nossos, 4º texto, pp. 83-84). Esse « nada », como explica, pode muito bem ser uma « complicação » no império brasileiro do qual no seu entendimento, e tal como referimos mais atrás, Portugal estava de todo dependente. O mecanismo funcionava na medida em que os *brasileiros* (« como nós lhes chamamos », escreve) eram os grandes compradores dos títulos de dívida pública, mas Oliveira Martins não coloca a questão da diversificação das fontes de financiamento<sup>3</sup>, de forma a evitar o tipo de risco que constata existir.

À margem, note-se que, sendo a história financeira portuguesa do último século e meio uma oscilação entre dois pólos extremos, o do descontrolo e da imprudência e o da ortodoxia mais rígida, Oliveira Martins alinhou claramente pelo último<sup>4</sup>, favorecendo a lógica dos extremos em vez de procurar uma via realista que acelerasse o desenvolvimento dentro de desequilíbrios que se podem gerir (um país mais rico é também um Estado que tem ao seu alcance mais recursos). Não se pense que esta dicotomia está assim tão ultrapassada pois, apesar do Tratado da União Europeia, ter-lhe posto algum travão nos anos 1990, Portugal seria o primeiro país a violar os critérios ditos de Maastricht em 2001 e o que até agora o fez com um valor mais expressivo em 2005 (défice público de cerca de 6 % do PIB).

O seu pouquíssimo entusiasmo, para não dizer pior, face ao lançamento das redes de transportes modernos tinha como contrapartida a sua veneração pela agricultura salvadora, pretendendo que « pelos caminhos-de-ferro, esquecemos a terra, mãe omnípara de toda a riqueza »<sup>5</sup>. Assim, na primeira crónica, chamando a atenção para as desvantagens que a emigração para o Brasil comportava para Portugal<sup>6</sup>, Oliveira Martins escrevia « nós portugueses, que *aramos apenas dois quintos da superfície do nosso solo*, consentimos numa exportação de braços talvez proporcionalmente maior do que a da Inglaterra onde, à falta do chão produtivo, se criam artificialmente campinas sobre o que antes foram rochas escalvadas » (sublinhado nosso, p. 46-47). Em 1700, já a Holanda tinha apenas cerca de um terço da sua população activa na agricultura, e uma percentagem semelhante foi alcançada pela Grã-Bretanha em 1820<sup>7</sup>, é assim estranho que Oliveira Martins,

<sup>3</sup> Por outro lado, não propondo que fossem os capitais privados a fazer as obras ou qualquer outra alternativa do género, Oliveira Martins, indirectamente, sugere que fosse o Estado a arranjar mais recursos próprios, e portanto a aumentar o seu papel, estando-lhe mesmo vedada a ida ao mercado financeiro.

<sup>4</sup> Aliás, não sem fundamento A. TELO considera Oliveira Martins como precursor de Salazar e da sua « ditadura financeira » nos finais dos anos 1920 (ver « A obra financeira de Salazar: a "ditadura financeira" como caminho para a unidade política, 1928-1932 », *Análise Social* (Lisboa), 4ª série, XXIX (128/4), 1994).

<sup>5</sup> Citado a partir de M.F. MÓNICA, *Fontes Pereira de Melo, Afrontamento/Assembleia da República/Caminhos de Ferro Portugueses*, Lisboa, 1999 : 179 (« Colecção Parlamento »).

<sup>6</sup> Este é um tema recorrente nas crónicas, por exemplo, mais adiante escreve: « Não há dúvida que a emigração portuguesa para o Brasil é por todos os lados um mal para nós, e um bem para o rico império americano » : 104.

<sup>7</sup> I. ADELMAN, « The Genesis of the Current Global Economic System », *Handbook on the Globalization of the World Economy*, Cheltenham (RU), Amnon Levy-Livermore-Edward Elgar, 1998 : 9.

que escrevia numa época que esta tendência era já patente, desde há várias gerações, em diversos países do Norte da Europa, ainda sonhasse com uma agricultura absorvendo a oferta excedentária de trabalho<sup>8</sup> (através da utilização das terras de menor produtividade marginal!). Isto é, só via saída dentro da agricultura para um problema que já tinha sido ou estava a ser historicamente resolvido na Europa de outro modo (indústria e depois serviços).

Ao mesmo tempo, tirando conclusões talvez demasiado apressadas da unificação tardia de países como a Alemanha e a Itália, ou então, da existência do Império Austro-Húngaro, Oliveira Martins enredou-se nas malhas de uma teoria dos « grandes conjuntos regionais médios » e subestimou o papel das pequenas nações. Em particular, cultivou um iberismo que, na perspectiva europeia, não conduzia nem conduz a parte alguma, a não ser acentuar o provincianismo e a periferização portugueses, senão mesmo a votar o país à impotência estratégica. Assim, ele escreveu : « Muita gente pensa, e eu conto-me entre esses . . . que para o equilíbrio (europeu) nada contam as pequenas nações » (sublinhado nosso, 4<sup>a</sup> crónica, p. 77). Ora, como mostrou Paul Bairoch, na sua obra de referência sobre o desenvolvimento económico europeu no século XIX, várias pequenas nações com estratégias de internacionalização diversas, mas em geral modernizando-se e concorrendo, tiveram excelentes resultados e convergiram com os países mais avançados<sup>9</sup>, enquanto Portugal divergiu<sup>10</sup>. Aliás, como mostraram Alesina e Spolaore, a estratégia mais ampla, não regional é especialmente recomendável para as pequenas economias abertas no contexto das « globalizações »<sup>11</sup>. Assim, não surpreende que países como a Noruega e a Suécia que, quando Oliveira Martins nasceu, se podiam considerar mais « atrasados », não se deixaram cair nas teias da dependência regional e integraram-se plenamente nas correntes europeias e mundiais, convergindo com os países dianteiros e ultrapassando Portugal<sup>12</sup>. Aliás, o pouco caso que fazia das pequenas nações, também era visível no seu entendimento da relação Portugal Brasil, escrevendo com aprovação : « Já é hoje felizmente vulgar esta opinião de que a nossa vida económica depende organicamente das condições da sociedade brasileira » (p. 145). Em termos puramente lógicos é óbvio que uma pequena nação deve diversificar o seu relacionamento internacional e não concentrá-lo. No entanto,

<sup>8</sup> Na década de 1870, cerca de dois terços da população activa portuguesa ainda trabalhava na agricultura. Neste domínio, uma percentagem semelhante à da Holanda no início do século XVIII só será atingida por volta de 1970, o que dá bem a ideia da lentidão com que todo o processo se desenvolveu em Portugal (para já não falar da fraca produtividade na agricultura que ainda hoje persiste).

<sup>9</sup> Para detalhes, ver deste autor *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX<sup>e</sup> siècle*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales/Haia, Mouton, 1976.

<sup>10</sup> Este ponto está detalhado em A. MADDISON, *L'économie mondiale 1820-1992*, Paris, OCDE, 1995.

<sup>11</sup> Ver A. ALESINA & E. SPOLAORE, *The Size of Nations*, Cambridge (MA), MIT Press, 2003.

<sup>12</sup> A importância dos pequenos países no equilíbrio europeu e não de nebulosos regionalismos peninsulares foi aliás bem entendida por Andrade Corvo, exactamente ministro dos Negócios Estrangeiros na altura em que as crónicas foram escritas, mas a sua posição mais subtil e elaborada não teve o eco de Oliveira Martins. A principal obra de Andrade Corvo neste domínio, data de 1870 e foi republicada recentemente : *Perigos : Portugal na Europa e no Mundo*, Porto, Editores Fronteira do Caos, 2005.

este parece não ser um problema para o nosso autor, quando muito o da troca de uma dependência por outra.

Não surpreende assim que a sua curta passagem pelo governo em 1892 tenha resultado num forte aumento das tarifas aduaneiras, num movimento que havia de ter efeitos durante mais de meio século e atravessar três regimes políticos<sup>13</sup>. Se levarmos em conta que a elevada pauta martiniana, surgiu logo após o abandono do padrão-ouro (em 1891)<sup>14</sup>, estas medidas contribuíram para que a economia portuguesa se isolasse das correntes mundiais em aspectos decisivos, com as consequências duradouras que todos conhecemos.

Isto é, Oliveira Martins fazia propostas para a economia portuguesa, sem considerar o núcleo duro dos ensinamentos da economia política clássica e dos seus avanços posteriores (especialização internacional, abertura à concorrência, desenvolvimento industrial na base da divisão de trabalho, inovação), nem sequer das suas excepções mais notáveis como o argumento do protecçãoismo educador (isto é, como forma de apoio às «novas indústrias», com potencial competitivo esperado, e não aos sectores em declínio, com procura em abrandamento e fracassos efeitos tecnológicos, como a agricultura em geral), neste último caso, a exemplo do que fizeram por essa época, os grandes países em ascensão, em particular os Estados Unidos e a Alemanha. Estas objecções podiam não fazer sentido quando dirigidas a outro tipo de autor da «Geração de 70», mas não certamente para Oliveira Martins que almejava ter uma palavra influente a dizer no domínio da regeneração económica portuguesa.

A nossa crítica às concepções martinianas, não quer dizer que não reconheçamos muito valor e mérito ao seu autor, até pela sua clareza invulgar no contexto português (o que facilita a crítica e o debate aberto), ou que consideremos que ele não levasse a sério a busca de soluções para os graves problemas nacionais da 2ª metade do século XIX. Aliás, as posições concretas que assume são muitas vezes justas e bem observadas, como por exemplo quando chama a atenção dos brasileiros que promoviam sentimentos anti-portugueses (aqui, ele distingue este grupo das autoridades brasileiras) para o facto dessas actuações terem como consequência o retorno a Portugal dos emigrantes ricos, e representarem portanto uma perda para o Brasil.

Através de alguns exemplos vimos o grande interesse que há em examinar, numa perspectiva actual, as teses martinianas fundamentais, designadamente expressas nestes crónicas. Aliás, um dos maiores enigmas portugueses do último século é sem dúvida a incrível boa fortuna da abordagem extremamente tímida e reticente do desenvolvimento económico moderno, e ao funcionamento do capitalismo em geral que Oliveira Martins tão bem representa (a aversão à especulação aflora em várias passagens, por exemplo, p. 108, e o receio dos efeitos de falências como a

<sup>13</sup> Ao ponto do industrialista J.N. Ferreira DIAS, JR., secretário de Estado do Comércio e Indústria em 1940-1944, na sua obra principal *Linha de Rumo*, escrita em 1945 (ver deste autor a colectânea de *Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos*, 3 vols, Lisboa, Banco de Portugal, 1998), lamentar a pauta excessivamente elevada que tinha herdado dos «homens de 1892» e o seu desinteresse pela tecnologia.

<sup>14</sup> Ver E. MATA, «Exchange Rate and Exchange Rate Policy in Portugal 1891-1931 Revisited», *Estudos de Economia* (Lisboa, Instituto superior de economic gestão), XII (1), Out.-Dez., 1991.

do Banco Mauá no Brasil). Quando, ainda hoje, um amigo ou colega estrangeiro chega a Lisboa e, restrições ambientais à parte, nos pergunta porque discutimos tão apaixonadamente e durante tanto tempo a construção de um algum novo aeroporto, duma nova barragem ou de uma ponte um pouco mais extensa, parecendo impossível chegar a consensos em torno destas iniciativas, talvez seja difícil explicar-lhe imediatamente toda a história, mas sentimos o eco longínquo da grande resistência de Oliveira Martins às estradas e caminhos-de-ferro, da sua linguagem proteccionista<sup>15</sup> e financeira extremamente cautelosa, e da sua aversão geral a riscos e à mudança.

*Março de 2006, Joaquim Ramos Silva*

**Françoise MASSA (ed.), *Le Portugal et l'Espagne dans leurs rapports avec les Afriques continentale et insulaire*, Rennes, Université Rennes 2 – Haute Bretagne, 2005, 324 p., ISBN : 2-911257-07-3.**

Cette publication présente les actes du colloque international organisé par l'équipe de recherche ERILAR (Équipe de Recherches en Langues Romanes) à Rennes, en 2001, sur les rapports du Portugal et de l'Espagne avec l'Afrique, ou mieux, avec certaines de ses parties continentales et insulaires, au cours de divers contextes historiques. De nature interdisciplinaire, ce colloque avait réuni des chercheurs de diverses nationalités, historiens, linguistes, géographes, économistes, etc., ayant abordé une vaste gamme de sujets. Il est toujours difficile de faire un compte rendu complet d'un ouvrage réunissant trente communications d'une grande diversité. Quoi qu'il en soit, il s'est agi d'une initiative extrêmement louable, fournissant un tour d'horizon sur un aspect important, mais souvent négligé, des rapports euro-africains, celui des liens entre les deux pays ibériques et les régions africaines avec lesquelles ils ont eu un contact étroit au cours de l'histoire, tel que le souligne Françoise Massa dans sa brève introduction aux textes (p. 7) et le maire de Rennes, Edmond Hervé, dont l'intervention d'ouverture est reproduite (p. 9-11). En même temps, quelques contributions examinent des aspects triangulaires avec la France, ou d'après des sources françaises (Jean-Marc Delaunay, « La complicité africaine de l'Espagne et de la France, 1900-1962 » : 31-42 ; René Burguera, « Expérience éducative et socioculturelle franco-capverdienne à l'île de Sal » : 67-70 ; et Françoise Massa, « L'image du Cap-Vert au XIX<sup>e</sup> siècle à travers le regard d'un lieutenant de vaisseau français » : 163-172). C'est donc justement dans la diversité et dans le croisement des champs et des perspectives nationales que réside l'intérêt principal de cet ouvrage.

<sup>15</sup> Prolongando as posições manifestadas nestas crónicas, no preâmbulo que elaborou para a Lei de Fomento Rural de 1887, Oliveira Martins escreveu : « Quando nós em Portugal acordámos para a vida económica, despertou-nos o silvo agudo da locomotiva, e, estonteados por ele, supusemos que todo o progresso económico estava em construir estradas e caminhos-de-ferro. Esquecemos tudo o resto. Não pensámos que as facilidades da viação, se favoreciam a corrente de saída dos produtos indígenas, favoreciam igualmente a corrente de entrada dos forasteiros, determinando internacionalmente condições de concorrência para que não estávamos preparados e para que não soubemos preparar-nos . . . », in M.F. MÓNICA, *op. cit.* : 179.

Deux régions sont particulièrement visées dans l'ensemble des communications : l'Afrique du Nord et les archipels et les petits pays, surtout de la côte atlantique comme les Canaries, le Cap-Vert, la Guinée-Bissau, São Tomé et Príncipe. Le Cap-Vert et São Tomé et Príncipe sont, chacun, l'objet principal de cinq contributions. En ce qui concerne le premier, outre les textes de Burguera et Massa que l'on vient de mentionner, signalons Victor Reis (« Cabo Verde, desenvolvimento e integração na economia mundial » : 61-66), Roberto Francavilla (« Pós-colonial. Neo-colonial. Reflexões sobre o caso caboverdiano » : 105-113) et Maria Turano (« La Commission mixte à Boa Vista (Cap-Vert, 1843-1851) » : 157-162). À São Tomé sont consacrées les contributions de Maciel Santos Morais (« La rentabilité du cacao de São Tomé e Príncipe : hypothèses d'explication » : 115-135), de Iolanda Trovoada Aguiar (« Mondialisation, circulation des plantes et production des espaces locaux » : 137-148), de Ezequiel Baptista de Sousa (« São Tomé et Príncipe, colonie sans état d'âme face à l'invasion hollandaise de 1641 » : 173-183), Jacques-Dominique Benoist (« Loyaux sujets, vassaux turbulents, esclaves révoltés : les rapports des santoméens avec la couronne portugaise jusqu'en 1820 » : 185-203), et enfin Arlindo Caldeira (« Podemos falar de protonacionalismo em São Tomé e Príncipe nos séculos XVII e XVIII? » : 205-217). Aux travaux précédents centrés sur ces deux territoires, il faut encore ajouter des références secondaires et des approches générales comme dans Jean-Michel Massa (« Leonardo Fea, un naturaliste italien éclairé en Afrique » : 149-155) et António de Almeida Mendes (« Éléments pour l'histoire socio-économique de la "Guinée du Cap-Vert" aux xv<sup>e</sup>-xvii<sup>e</sup> siècles » : 229-237).

L'importance accordée à ces petits pays est d'autant plus remarquable que, de par leur dimension, ils sont souvent marginalisés dans nombre d'ouvrages et analyses abordant les rapports euro-africains. Pourtant le cas du Cap-Vert et de São Tomé furent hautement représentatifs, bien que pour des raisons différentes, des vicissitudes de la colonisation portugaise. Les travaux ici publiés permettent d'analyser des questions essentielles telles que les premiers temps de l'implantation coloniale, la traite des esclaves et son abolition, les révoltes anticoloniales et l'émergence du nationalisme, l'insertion mondiale de ces petites économies dans la longue durée (le cacao pour São Tomé, les transports maritimes pour le Cap-Vert), l'évolution post-coloniale et leur position à l'égard de la mondialisation. Des sujets non proprement politiques ou économiques ne sont pas non plus oubliés comme l'intérêt pour le naturalisme (deux articles).

Dans le même sens, mais peut-être, à plus forte raison, on doit souligner un courageux article sur la décolonisation du Sahara espagnol vue par la presse de ce pays plus d'un quart de siècle après la « Marche verte » (1975-1976) et son annexion par le Maroc. Cette affaire est devenue assez incommode en termes de *realpolitik*, et pour cela même sa présence dans l'ouvrage était tout à fait justifiée du point de vue de la recherche (François Malveille : « La décolonisation du Sahara espagnol : une perception de la "Marche verte" en 1975 et une approche de la conscience du problème sahraoui en 2001 » : 13-29).

Une autre question incontournable est le rôle de l'influence religieuse dans les rapports ibéro-africains. Elle est au centre de trois contributions, celles d'Youssef El Alaoui (« L'Afrique dans la stratégie jésuite de prise à revers de l'Islam » : 219-227), de José Júlio Esteves Pinheiro (« A visão do africano na obra de António Vieira » : 239-248), et d'Yvette Cardaillac (« De la péninsule ibérique à l'Afrique

du Nord : musulmans et chrétiens, conflits et cohabitations, xv<sup>e</sup>-xvii<sup>e</sup> siècles » : 249-255). En effet, ces auteurs revisitent quelques-uns des grands thèmes sur ce point fondamental et il faut souligner l'analyse de l'œuvre du Père António Vieira (également un jésuite et, sans aucun doute, une des plus grandes références de la culture du Portugal et du Brésil pendant le xvii<sup>e</sup> siècle, qui a perduré jusqu'à nos jours) et de sa vision de l'Africain, où José J.E. Pinheiro soutient l'idée que les historiens n'ont pas toujours bien compris son attitude à l'égard des esclaves parce que, peut-être, ils ignorent les textes de Vieira et font des critiques sur la base de préjugés idéologiques (p. 240). Je dois rappeler que la discorde sur ce point consiste dans l'idée que, Vieira ayant unanimement été reconnu comme un très ferme défenseur des populations autochtones du Brésil, il le serait relativement moins des esclaves africains.

Au-delà des contributions déjà évoquées, les relations avec l'Afrique du Nord, sous plusieurs perspectives, sont encore l'objet de Catherine Gaignard (« La fin du rêve héroïque de Sébastien du Portugal en terre d'Afrique : la défaite d'Alcazar-Quivir » : 257-263), Ana Maria Binet (« Voyages interinsulaires dans l'imaginaire luso-maghrebain (viii-xvi<sup>e</sup> siècles) » : 287-297) et Jane El Kolli (« Interférences Maghreb/Al Andalus, architecture et arts décoratifs xi<sup>e</sup> siècle » : 299-307). Dans un contexte un peu plus large et de contacts plus anciens, on compte Paul Fabre (« Les origines antiques des expéditions maritimes ibériques en Afrique » : 309-318) et Albert Foulon (« Aux confins de la mythologie et de la géographie : évocation de l'Atlas (ou d'Atlas) [sic] par les auteurs anciens » : 319-324).

Il s'agit d'un ouvrage opportun qui tire d'un oubli trop fréquent de petits pays et régions, et relance le débat sur quelques thèmes majeurs de la présence portugaise et espagnole en Afrique. Cependant, on regrettera une faiblesse dans l'analyse comparative des rapports actuels des anciens colonisateurs ibériques avec les pays africains, c'est-à-dire, dans le nouveau contexte de rapports entre États indépendants (mais non point égaux, compte tenu de leurs possibilités et ressources disponibles). On aurait aimé, par exemple, une comparaison de la politique extérieure des deux pays ibériques membres de l'Union européenne envers leurs partenaires africains, notamment les petits pays insulaires, enclavés ou voisins d'autres plus puissants. Il serait également intéressant d'approfondir les possibles différences entre les approches portugaise et espagnole de l'Afrique, un peu comme l'a fait le sociologue brésilien Sérgio Buarque de Holanda, il y a plus d'un demi-siècle, sur l'Amérique latine (voir *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1936 ; *Visão do Paraíso*, São Paulo : Saraiva, 1958).

24 avril 2006, Joaquim Ramos Silva

**Salim MIGUEL (ed.), *Cartas d'África e alguma poesia***, Rio de Janeiro, Topbooks, 2005, 188 p., ISBN : 85-7475-110-3.

Au Brésil, ainsi qu'en Afrique, l'histoire demeure trop souvent enfouie dans les cartons oubliés de caves poussiéreuses de maisons de particuliers. Dans ces pays qui manquent de musées, d'archives, de centres de recherches, voire d'universités, et qui restent exposés aux mythes produits par des historiographies imposées, l'histoire se cache dans des lettres, des photos, des objets, des récits oraux, bref, dans

des documents en général sensibles à l'érosion du temps car dépourvus de moyens de préservation. L'importance du livre *Cartas d'África e alguma poesia* réside justement en ce qu'il représente pour la conservation de l'histoire d'un épisode des relations entre le Brésil et les anciennes colonies portugaises d'Afrique, qui a été largement oublié. Pourtant il peut transformer la vision que nous avons habituellement de ces relations.

*Cartas d'África e alguma poesia* est un recueil de documents, organisé par l'écrivain brésilien Salim Miguel, à propos du contact établi entre des écrivains d'Angola, du Mozambique et de São Tomé e Príncipe et un mouvement de jeunes intellectuels de la ville de Florianópolis, au Sud du Brésil, dans les années 1950. D'un côté, des écrivains importants comme António Jacinto, Luandino Vieira, Viriato da Cruz et Augusto Abranches. De l'autre, le groupe *Sul*, formé par des intellectuels comme Salim Miguel (chargé par le groupe d'établir les liens avec l'étranger), Eglé Malheiros, Walmor Cardoso da Silva, Aníbal Nunes Pereira, Ody Fraga, entre autres. Pendant plus d'une décennie, des lettres ont été échangées, des discussions littéraires ont été tissées, des originaux ont été envoyés pour publication de part et d'autre et des amitiés se sont construites. Le livre se compose donc d'une sélection de soixante-deux de ces lettres écrites entre 1952 et 1964 (et conservées « à la maison » par Salim Miguel et son épouse, Eglé Malheiros), de quatorze poèmes d'écrivains africains qui ont été publiés par la revue culturelle du groupe *Sul*, d'un conte, resté inédit en Angola ou en Europe, de Luandino Vieira également publié à l'époque par cette revue (« O homem e a terra », daté de 1957), et de quelques témoignages sur cette relation. En ce qui concerne les lettres proprement dites, celles en provenance d'Angola sont d'António Jacinto, Luandino Vieira (à ce moment appelé encore José Graça), Américo de Carvalho, Mário Lopes Guerra, Viriato da Cruz, Garibaldino de Andrade ; celles en provenance du Mozambique ont été envoyées par Augusto dos Santos Abranches (leur ont été adjointes celles qu'il envoya de São Paulo, quand il partit vivre Brésil en 1955), par Orlando Mendes, Manuel Filipe de Moura Coutinho, Domingos de Azevedo, Domingos Ribeiro Silveira, Dulce dos Santos ; celles en provenance de São Tomé e Príncipe sont de Fernando Reis.

L'importance de ce contact s'éclaire à la lecture de ce matériau composite. En premier lieu, les lettres envoyées à Florianópolis dans les années 1950 démontrent la maturité de la réflexion politique de certains de ces jeunes écrivains africains, qui étaient déjà conscients du potentiel de l'action culturelle pour la transformation politique nécessaire à l'émancipation de leurs peuples, notamment, l'urgence de l'indépendance envers le Portugal. Luandino Vieira, redécouvrant ces lettres presque quarante ans après les avoir écrites, a ainsi déclaré :

« Je me souvenais les avoir écrites, je gardais en mémoire cet épisode historique. Mais je m'attendais à des lettres bien plus naïves. Les premières sont très formelles. Mais ensuite, à partir de 1957, j'ai commencé à recevoir la revue et à lire les livres de Salim. Je vois que j'écrivais alors ces lettres avec beaucoup de précaution. Derrière ce discours culturel, il y avait une préoccupation politique. À première vue, il semble qu'il s'agit de jeunes qui veulent une place dans le monde des lettres. Mais dans l'une de ces lettres j'ai trouvé une référence qui m'a étonné à "l'asphyxie du monde colonial". Dans une autre, j'ai trouvé les termes suivants : "des jeunes qui veulent chanter les thèmes de leur terre et de leur peuple". Je ne m'attendais pas à ce que

cette conscience fût déjà insérée dans une pensée de lutte nationaliste, qu'il ne s'agissait pas seulement d'une lutte littéraire. [...] J'ai été surpris par la présence de cette conscience politique dans les lettres envoyées au Brésil.»<sup>1</sup>

Effectivement, les discours émaillant ces lettres permettent déjà de percevoir la formation de la conscience politique d'une génération qui plus tard, et spécialement en Angola, prendra la tête du mouvement indépendantiste apparu dans les villes côtières. Leur analyse aide à la compréhension de la manière dont leur idéal de nation s'est construit.

En deuxième lieu, ces lettres nous apprennent comment ces jeunes intellectuels africains construisaient leur conscience politique, quelles étaient leurs sources de documents et de bibliographie, où ils puisaient du matériel pour développer leurs idées politiques. Dans cette correspondance, nous retrouvons des demandes explicites de matériel marxiste à Salim Miguel, qui essayait de trouver les exemplaires souhaités et de les envoyer par courrier. António Jacinto écrivait :

« Une fois de plus, je viens solliciter votre aide aimable. J'ai besoin de *Trente ans du parti communiste chinois*, de Hou Kiao-Mou et de *How the tillers win back their land* de Hsiao Chien. » (p. 27)

Dans une lettre de 1953 de Viriato da Cruz demandait aussi certains ouvrages :

« Je me suis permis de vous envoyer un chèque dont la valeur doit être d'environ deux cents et quelques cruzeiros. C'est pour que vous me rendiez le service d'acquiescer auprès de l'agence *Farrouvilha* les livres suivants (classés ici par ordre d'intérêt pour moi) : *Dialética de la naturaleza*, d'Engels ; *O marxismo e o problema nacional e colonial*, de Staline ; *El metodo dialetico marxista*, de Rosental (Iudin), *Diccionario filosofico marxista (idem)* ; *Sobre os fundamentos do leninismo*, de Staline ; *Lenin e o leninismo leninismo (idem)* ; *Sobre o problema da China (idem)* ; *Marxismo e liberalismo (idem)*, *Lénine, Stalin e a paz (idem)*. » (p. 42)

En troisième lieu, les lettres laissent transparaître l'environnement politique de répression auquel les intellectuels des colonies portugaises en Afrique étaient soumis. On y voit la détresse d'Augusto Abranches (p. 62) devant l'environnement de persécution politique (qui finit par l'emmener au Brésil, où il vivra jusqu'à sa mort), les recommandations de Viriato da Cruz pour que Salim Miguel prenne soin de masquer les indices de littérature marxiste dans les paquets envoyés en Angola (p. 43) ou même le sentiment de découragement exprimé par l'écrivain Fernando Reis, de l'île de São Tomé à propos des difficultés trouvées dans sa lutte culturelle :

« Je coordonne ici à São Tomé, une page littéraire dans notre hebdomadaire, me heurtant sans cesse à l'incompréhension de beaucoup de gens qui ne voient notre Afrique qu'avec des yeux mercenaires. » (p. 137)

Finalement, les lettres montrent que le contact avec le groupe *Sul* constituait un véritable échange entre le Brésil et l'Afrique. Si, d'un côté, les écrivains africains envoyaient des originaux pour publication au Brésil, demandaient l'envoi de matériel littéraire et politique à partir du Brésil et cherchaient dans ce contact un moyen

<sup>1</sup> Entretien de Juliana Santil avec Luandino Vieira, le 2 et le 4 février 2004 à Lisbonne, et le 5 mars 2004 à Vila Nova de Cerveira.

d'ouverture culturelle, de l'autre, pour les jeunes intellectuels brésiliens, le contact avec les Africains était aussi une source d'enrichissement. Salim Miguel envoyait aussi des originaux des écrivains du groupe *Sul* pour publication dans des journaux culturels du Mozambique et d'Angola. Il demandait à ses interlocuteurs africains des ouvrages, des exemplaires de magazines et des journaux. Il cherchait aussi dans ce contact de l'épanouissement culturel des écrivains de Florianópolis.

C'est en ce sens, que le rapport entre *Sul* et les écrivains africains subvertit le paradigme des relations établies entre le Brésil et les pays colonisés par le Portugal en Afrique au long de leur histoire. Le Brésil a toujours été vu par ces pays comme modèle d'indépendance, d'autonomie culturelle, comme un frère aîné à copier. De même, le Brésil a toujours propagé cette « auto-image » pompeuse. Or, dans le contact avec *Sul*, il n'y avait pas de rapport de supériorité : il s'agissait de deux groupes de jeunes intellectuels en quête d'ouverture, d'auto-affirmation, d'épanouissement.

L'absence de rapport de supériorité, habituellement présent dans les liens entre le Brésil et l'Afrique mène à une interrogation qui vient à l'esprit quand on lit *Cartas d'África e alguma poesia* : pourquoi cette liaison s'établit-elle avec Florianópolis ? Dans le livre, Salim Miguel présente cette interrogation dès l'introduction « Reflexos de um intercâmbio » : « Pourquoi Florianópolis, ville de faible présence africaine, et pas Rio ou, plus spécialement, Bahia ? » (p. 8). Effectivement, Florianópolis, bien qu'étant une des villes les plus importantes du Brésil, ne fait pas partie de l'axe culturel central (São Paulo, Rio de Janeiro et Salvador). De plus, c'est une ville qui se situe dans un État ayant eu peu de liens historiques avec l'Afrique : sa population a été largement formée d'immigrants allemands, italiens et açoriens, installés dans un régime de colonisation de peuplement, très différent de la colonisation d'exploitation qui a implanté des monocultures de canne à sucre (et plus tard, de café) à grande échelle au Nord et au Sud-Est du Brésil, et pour lesquelles les esclaves africains avaient été amenés. Pourquoi cette relation avec l'Afrique s'est-elle établie justement avec un groupe de jeunes intellectuels de Florianópolis ?

Dans les années 1940 et 1950, le Brésil voit une multiplication de groupes culturels et l'apparition de plusieurs revues culturelles, semblables à la revue *Sul*. Les plus célèbres parmi elles étaient naturellement celles produites dans les centres culturels, tels que Rio et São Paulo. Ces revues plus connues ne cherchaient pas de contacts avec l'extérieur – cela ne les intéressait pas, elles n'en avaient pas besoin pour attirer l'attention. La revue *Sul* dans sa quête d'affirmation dans le paysage des mouvements intellectuels brésiliens, a trouvé dans le contact avec l'étranger un moyen d'autolégitimation. Le contact avec l'Afrique, quoique le plus long et le plus fructueux, n'a pas été le seul. Salim Miguel conserve aussi des lettres échangées avec l'Espagne, la Chine, la Tchécoslovaquie, l'URSS, les États-Unis, l'Uruguay, l'Argentine, le Portugal.

Leur condition périphérique dans l'environnement culturel du Brésil a conduit ces jeunes de *Sul* à l'ouverture à l'extérieur. De plus, elle a façonné un comportement d'égalité envers les interlocuteurs africains : le groupe *Sul* avait aussi soif de ce qu'il pouvait apprendre dans ce contact. Sa condition périphérique a ainsi produit un renversement des paradigmes de relations entre le Brésil et l'Afrique. La partie brésilienne n'a pas agi comme si le Brésil était le centre du monde, comme

s'il était un pays où la littérature était plus développée, où la politique était plus démocratique, où il y avait des exemples à copier. Leur Brésil était une entité en formation, qui voulait apprendre des expériences racontées par des Africains.

Cette liaison entre Florianópolis et l'Afrique synthétise ainsi tout le potentiel de la relation entre deux entités périphériques et, en dernière analyse, entre deux entités du Sud. Il est vrai, d'un côté, que la condition périphérique peut provoquer un comportement très propice à la domination : à force de subir autant de violences, l'être périphérique est contraint de reproduire les structures de la violence. Ce mécanisme de reproduction de la violence est ce que Pierre Bourdieu a appelé « violence symbolique »<sup>2</sup>. Mais inversement, quand cette condition est profondément radicale ou quand elle est exercée avec radicalité (ce qui peut vouloir dire liberté, créativité, fraîcheur ou sagacité), une rupture par rapport au centre s'opère, les positions du centre deviennent peu importantes, elles perdent le caractère de « référentiel » et la condition périphérique peut devenir vecteur d'une subversion profonde envers les paradigmes de comportement. C'est pourquoi la périphérie a un potentiel de renouvellement, ce qui fut largement démontré par les acteurs sociaux qui firent partie de ce contact entre *Sul* et les intellectuels africains.

Cela ne veut pourtant pas dire qu'il s'est agi d'une relation complètement détachée des paradigmes des relations paternalistes entre le Brésil et l'Afrique. On lit, par exemple, en filigrane de certains discours des interlocuteurs de Salim Miguel, des images rêvées du Brésil, très semblables aux visions chargées d'idéologie qui propagent un Brésil « plus mûr » et « plus développé » que l'Afrique. On voit un enchantement inconscient pour le Brésil, ainsi qu'une vision selon laquelle le Brésil de l'époque était un lieu de liberté et de bonheur. La position occupée par les interlocuteurs africains de Salim Miguel au sein de leurs sociétés d'origine peut nous aider à expliquer et à comprendre certains traits de mythification dans les discours de ces lettres. Qui étaient les personnes qui, au sein des sociétés des colonies portugaises en Afrique, pouvaient écrire des lettres pour discuter de littérature avec des intellectuels brésiliens ? Dans la plupart des cas, il s'agit de personnes liées aux élites de ces sociétés, parfois des intellectuels issus des familles créoles, parfois de Portugais tout court (des immigrants enracinés dans les colonies), parfois tout simplement des personnes qui, pour une raison quelconque, avaient bénéficié d'un processus d'enrichissement et acquis une culture portugalisée. Cela veut dire que cet échange relaté par le livre *Cartas d'África e alguma poesia* ne représente pas un échange entre « le Brésil » et « l'Afrique », mais entre un Brésil très spécifique (élitaire, en quelque sorte, même si périphérique culturellement) et une Afrique tout autant spécifique (celle, constituée par une élite portugalisée qui bien que n'ayant pas d'autre patrie que l'Afrique, ne pouvait « synthétiser » cette dernière, en tant que telle, en dépit de ses propres prétentions, en tant qu'élite).

Malgré ce conditionnement socioculturel, ces jeunes intellectuels africains exprimèrent dans ces lettres une grande ouverture à l'autre. La jeunesse de ces interlocuteurs, les espoirs qu'ils nourrissaient dans leurs esprits, la distance qui les sépare les uns des autres et qui séparaient chacun de ces jeunes du « centre du monde » (soit l'Europe ou les États-Unis, soit Lisbonne ou São Paulo), la fraîcheur

<sup>2</sup> P. BOURDIEU, *Langage et pouvoir symbolique*, Paris, Éditions du Seuil, 2001.

de leur trajectoire artistique, la fraîcheur de leur trajectoire existentielle – tout cela contribua à ce qu'ils entretenissent, pendant ces échanges de correspondance une relation d'égal à égal.

On parle surtout de littérature dans cette correspondance. De Guy de Maupassant à Graciliano Ramos, de Miguel Torga à Louis Aragon, de Noêmia de Sousa à Machado de Assis. Mais, en réalité, les choses dites ont une signification profondément politique, car nous sommes devant des personnes qui cherchent le droit de s'exprimer sur ce qu'ils souhaitent pour leurs sociétés. Des deux côtés, en dépit des différences de contextes politiques, il s'agit de personnes en quête de légitimité avec leurs propres mots.

Le recueil de *Cartas d'África e alguma poesia* est précieux parce qu'il informe et préserve la mémoire de cette relation. Salim Miguel et Eglê Maheiros étaient déjà habitués à faire des photocopies de leurs archives personnelles pour les rares chercheurs qui arrivaient à avoir des informations sur cet échange et qui se penchaient sur cette histoire. Maintenant, avec ce petit livre-musée, ces documents sont accessibles à tous. Désormais, nous pouvons tous y entrer et connaître les pièces rares et précieuses qui y sont – précieuses parce qu'elles portent la mémoire d'un passé qui peut changer l'avenir des relations entre le Brésil et l'Afrique.

17 février 2006, Juliana Santil

**Ana SANTOS, *Heróis desportivos : Estudo de caso sobre Eusébio – de corpo a ícone da Nação***, Lisboa, Instituto do Desporto de Portugal, 2004, 135 p., ISBN 972-8460-76-7 (« Estudos »).

Em *Heróis Desportivos*, Eusébio é um estudo de caso. A autora fixa o olhar na sua etnografia e a partir dela traça o percurso que o tornou num herói desportivo e num ícone da nação. O sucesso de Eusébio, a sua elevação de campeão desportivo à condição de herói dos nossos dias acontece porque, escreve a autora, « continua a existir uma relação muito forte entre o seu sucesso e um público que continua a admirá-lo » (p. 24). Trata-se de uma etnografia construída a partir da observação das *performances* dos adeptos de futebol nos lugares de emoção partilhada, de entrevistas feitas a campeões desportivos e de uma vasta pesquisa realizada na hemeroteca, centrada nos artigos escritos sobre Eusébio e publicados em revistas e jornais desportivos. A tese desenvolve-se em torno do ideal da nação que é suportado pelo corpo dos heróis desportivos.

No primeiro capítulo a autora procura, através das ideias que circulavam na imprensa escrita na década de 1960, dar resposta à função do desporto, questionando o seu papel no estabelecimento da ordem do mundo. O desporto é visto como um agente civilizador e muito útil num Portugal ultramarino. A sua função é consolidar a coesão nacional em torno da disciplina e da organização por ele imprimidas e veicular valores morais e éticos.

A prática desportiva está ao alcance de todos, mas a heroicidade só é acessível a alguns. Os heróis desportivos são os eleitos que se impõem « pelo seu brilho perturbante » (p. 24). na medida em que cada herói desportivo tem uma dose de sobre-humanidade que faz com que cada um deles seja capaz de se exceder a si próprio.

Aplica-se esta singularidade a Eusébio. Ele excede-se a si próprio. Para além de bom no que faz, ultrapassa os seus próprios limites. Foi difícil a Eusébio chegar ao topo. Excedeu-se e sofreu. É com o sofrimento infligido ao seu copo pelo trabalho realizado que Eusébio atinge o olimpo dos heróis. De origem humilde, ele consegue, através dos seus feitos desportivos, alcançar a fama e o prestígio.

A heroicidade de Eusébio assenta num vastíssimo feixe de boas virtudes: trabalhador, humilde, possuidor de robustez física, próximo da natureza, capaz de chutar a bola com a força de um de uma pantera « negra », qualidades inatas de um herói. Em Eusébio até a sua cor é uma mais valia num Portugal colonizador, de costas para a Europa, mas orgulhoso em ter um herói de origem africana.

Na década de 1960 o desporto passa a ser visto como um espaço social capaz de ordenar hierarquias sociais. Mas paradoxalmente Eusébio coloca em causa uma hierarquia social estabelecida, colocando-se como agente de fractura. Eusébio promove uma nova ordem social baseada em valores morais e éticos e, porque não, raciais, bem úteis na década de 60. Eusébio chega ao topo sem possuir uma origem social desafogada. Torna-se um homem de sucesso sem ter grandes conhecimentos académicos. Os seus atributos são a força, a habilidade e a entrega e com isso ele consegue ficar muito próximo do ideal de perfeição e por isso mesmo, do ideal de nação.

No segundo capítulo a autora desenvolve a ideia central da obra, a antropomorfização da ideia da nação, ilustrando etnograficamente o comprometimento do desporto com os projectos do estado, desde a sua função moral (Brohm 1974)<sup>1</sup> ao exercício do auto controlo individual (Elias 1989)<sup>2</sup>, desde o seu poder de disciplinar (Foucault 1986)<sup>3</sup> à sua implicação com os processos de cidadania e de identidade nacional (Bourdieu 1994)<sup>4</sup>, que alimentam de igual forma um eventual processo de antropomorfização da ideia de nação. (p. 57). Escreve a autora, « deste modo, o corpo do herói desportivo tende a ser visto como um projecto nacional que pode ser trabalhado e acabado como parte de uma auto-identidade nacional » (p. 61). O seu corpo « serve, muitas vezes, de alegoria à boa "boa forma" e saúde da nação » (p. 51) e, por isso mesmo, imprescindível na antropomorfização da ideia de Nação.

Daqui a necessidade da criação de exemplos, os heróis desportivos, mas no seu sentido mais estético, o da libertação. Eles passam a ser também uma representação da cultura de massas que, com escreve autora citando Leal (2000)<sup>5</sup>, é suportada por « uma das vertentes mais fortes da objectificação da cultura popular, os jornais desportivos » (p. 75).

A ideia de comunidade imaginada é realçada através de encontros desportivos internacionais, na medida em que a equipa nacional é vista como uma representação fidedigna da nação. Através dos jogadores em campo a ideia de nação incorpora

<sup>1</sup> J.M. BROHM, *Corps et politique*, Paris, Jean-Pierre Delarge éditeur, 1974.

<sup>2</sup> N. ELIAS, *O processo civilizacional*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.

<sup>3</sup> M. FOUCAULT, *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*, Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

<sup>4</sup> P. BOURDIEU, « Le sport et le sacré », *Actes de la recherche en sciences sociales – Le commerce des corps*, Paris, Seuil, 1994 : 102-104.

<sup>5</sup> J. LEAL, *Etnografias portuguesas (1870-1970), Cultura popular e Identidade nacional*, Lisboa, Dom Quixote, 2000.

o perfil psicológico do estereótipo português e para além disso « ganha corpo físico e as respectivas qualidades salutareas de força e garra que são os genes herdados dos grandes heróis, outros, fundadores e descobridores, dos quais a Pátria tanto se orgulha » (p. 75).

O terceiro capítulo construído a partir da imprensa desportiva, evidencia a função do futebol enquanto agente disciplinador, comprometido com a construção da ideia de nação, uma vez que é nos momentos de competição que as pessoas têm mais a noção da nacionalidade (Archetti 1994)<sup>6</sup>. Particularmente, o futebol exhibe em simultâneo a nação, fazendo-a emergir do perímetro simbólico do relvado para onde todos olham e uma moldura humana que manipula os símbolos de identidade nacionais (p. 88).

Também a partir dos registos escritos da época é mais uma vez mostrada a forma de construção de um herói, neste caso, Eusébio, e a forma como a sua identidade se confunde com a ideia de nação portuguesa. A sua biografia evidencia os seus momentos de glória, a sua pedagogia, o seu amor a Portugal, a África e ao Mundo. Para Malheiro (2000)<sup>7</sup>, Eusébio « irrita-se com as fronteiras. Com as guerras. Com a fome. Faz rígido apelo à liberdade. Eusébio ganhou para o futebol, para Portugal, para si próprio, o direito à imortalidade » (p. 109).

Para Ana Santos a força de Eusébio continua. A sua transformação em ícone nacional torna-o atemporal. Ele representa um passado glorioso, mas para além disso ele continua a ser um intermediário que consegue fazer a reconciliação entre um Portugal Colonial e um Portugal Europeu, deixando a ideia que esta passagem só é possível através do futebol (p. 120).

Abril de 2006, **Manuela Raminhos**

**Jorge ZAVERUCHA, *FHC, forças armadas e polícia, entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)***, Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Record, 2005, 288 p., ISBN : 85-01-07449-7.

Jorge Zaverucha poursuit avec ce livre l'examen des rapports civils-militaires au Brésil, initié lors de l'analyse de la transition démocratique exceptionnellement longue entre régime militaire et civil. Le présent ouvrage présente d'emblée un intérêt dans un pays où les forces armées, pourtant historiquement importantes dans la politique nationale, constituent l'objet d'études trop peu nombreuses. La situation de paix depuis plus d'un siècle et demi et l'absence de menaces externes expliquent en partie ce désintérêt. Vingt ans après le « retour aux casernes » des militaires, la consolidation de la démocratie brésilienne semble faire l'objet d'un consensus dans la communauté scientifique nationale et internationale, les médias et la classe politique. Zaverucha ébranle ce consensus en qualifiant cette affirmation de mythe : comment affirmer que la démocratie brésilienne est consolidée, si une

<sup>6</sup> E. ARCHETTI, « Masculinity and Football: the Formation of National Identity », in Sugden & Tomlinson (eds), *Hosts and Champions*, Aldershot, Arena, 1994.

<sup>7</sup> J. MALHEIRO, *Obrigado Eusébio*, Lisboa, Estar, D.L., 2000.

enquête d'opinion réalisée en 2003 en Amérique latine révèle qu'à peine 37 % des Brésiliens voient en la démocratie le meilleur système de gouvernement ? L'auteur s'attache alors, par le biais de l'analyse des relations entre civils et militaires, à démythifier cette représentation.

Le politologue met tout d'abord en garde quant aux ambiguïtés du terme démocratie. Se pose le défi de concilier démocratie formelle – ou de droit – et démocratie de contenu – ou de fait. Cet avertissement initial s'impose en raison de la situation politique dans le tiers-monde où ce terme est évoqué par les médias seulement pour qualifier le bon déroulement des scrutins électoraux. Pour comprendre cette vision minimaliste, l'auteur renvoie à Schumpeter qui ne concevait la démocratie que comme une méthode. Cependant, en fondant l'idée de liberté politique aussi simplement que celle de liberté économique, Schumpeter ignore les nombreux cas où existe un gouvernement de par la loi (*rule by law*) au lieu d'un gouvernement de la loi (*rule of law*). En d'autres termes, l'existence de lois ne garantit pas une situation d'État de droit ; sans l'assurance d'exercice des droits civils, les droits politiques ne peuvent qu'être fragilisés. Or au Brésil, de nombreux droits ne sont de fait assurés que pour une minorité. On peut alors tout au plus parler de semi-démocratie.

Après avoir éclairci ces divergences sémantiques, Zaverucha s'attache alors à analyser l'état de la démocratie au Brésil sous l'optique des relations entre civils et militaires. La fragilité de la démocratie brésilienne est révélée sous ses aspects normatifs, institutionnels, fonctionnels et géographiques, résultat illustré par d'abondants exemples concrets.

Sur le plan normatif, plusieurs questions soulignent des contradictions constitutionnelles. Comment la Constitution votée en 1988 et qualifiée de « citoyenne » peut-elle entendre l'armée à la fois comme responsable du maintien des institutions gouvernementales et soumise à ces dernières ? Un lobby militaire spécialement bien organisé se charge de convaincre un nombre suffisant de parlementaires de maintenir intactes certaines clauses héritées du régime antérieur. Rappelons que la transition démocratique se déroula lentement et graduellement pour assurer le maintien d'une marge de manœuvre politique à l'armée pour les questions relatives à la défense nationale (Zaverucha 1994).

Par ailleurs, l'auteur dévoile comment l'indéfinition de certains concepts dans les textes de loi se traduit par des risques sérieux pour la démocratie : en raison de la polysémie du terme « ordre » dans la Constitution, les limites de la loi et de l'ordre ne sont pas définies. Ce vide peut laisser cours à une interprétation selon laquelle l'armée est chargée de définir quand l'ordre est en danger, ouvrant ainsi l'hypothèse d'un coup d'État militaire . . . constitutionnel ! Cette indéfinition se retrouve aussi dans le statut de l'Agence brésilienne de renseignement (*Agência brasileira de inteligência*, ABIN) en ce qui concerne le concept d'« intérêt national », concentrant en la seule personne du chef de l'État la compétence pour le définir. En outre, la notion de renseignement (*inteligência*) n'est pas non plus définie, ce qui entraîne la prise en charge tant du renseignement civil que militaire, ainsi qu'une confusion entre information et renseignement, activités qui ne sauraient être exécutées par une même organisation dans un souci de démocratie.

L'auteur souligne également des absences normatives lourdes de conséquences : sans loi fédérale concernant les crimes politiques, la Loi de Sécurité nationale

(LSN), promulguée pendant le régime militaire, est restée en vigueur sous les gouvernements civils ultérieurs et s'applique tant aux militaires qu'aux civils, et ce, même pour des crimes ordinaires. Certains exemples d'actions à l'encontre du Mouvement des Paysans sans terre (MST) illustrent le maintien en vigueur de la thèse de l'« ennemi intérieur » dans la doctrine militaire. La LSN apparaît donc comme un instrument utilisé par l'armée pour conserver ses activités d'espionnage en raison de « forces adverses » – associations et mouvements sociaux –, comme l'illustrent ses actions dans la région de l'Araguaia pendant des décennies après la liquidation de la guérilla des années 1970. Pour une majeure protection de l'armée, un décret, promulgué en 2002, prolongea le caractère confidentiel des documents de sécurité nationale au-delà du délai de 30 ans – mesure typique des dictatures. Plus récemment, le gouvernement Lula a rétabli le délai de 30 ans pour l'ouverture de ces archives et a créé une commission de vérification des processus d'indemnisation des familles des victimes du régime militaire. Pendant ce temps, l'armée entrave toujours la transmission aux familles des informations sur les corps des disparus, informations qui leur sont nécessaires pour obtenir réparation.

Sur le plan institutionnel, Zaverucha analyse plusieurs organisations liées à l'armée. En conservant la police militaire (PM), la Constitution de 1988 homologua l'exercice d'activités de police par une organisation militaire, bien que celle-ci soit source potentielle de danger explosif en cas de conflit entre États fédéral et fédérés, puisqu'elle est placée sous le contrôle de ces deux niveaux de pouvoir. L'armée est certes considérée comme une force de réserve de la police, mais l'auteur met en garde contre des lectures trop rapides et optimistes car la PM continue d'être étroitement soumise au contrôle de l'armée et sa structure fortement militarisée.

Quant à l'ABIN, le président F.H. Cardoso a réalisé un recul institutionnel en transférant son contrôle de la Présidence de la République au Cabinet de sécurité institutionnelle, dirigé par un général. Cet acte allait contre l'esprit de la loi, puisque l'organisme de collecte des informations était désormais celui-là même qui décidait des mesures à prendre, illustrant le maintien d'une optique de type « ennemi intérieur ». L'auteur met l'accent sur les risques démultipliés, pour la démocratie, en raison de la forte concentration de l'information : les États fédérés sont indirectement obligés de collaborer à la fourniture d'informations sous peine de se voir supprimer des subventions fédérales.

L'auteur signale d'un œil critique le manque d'intérêt de la classe politique pour les questions militaires et de défense nationale. Plusieurs dénonciations de la presse sur des cas d'espionnage politique ont été nécessaires pour provoquer la création d'une commission parlementaire de surveillance des activités de l'ABIN. Cette innovation tardive positive n'a pas fonctionné dans la pratique. L'auteur propose alors la création d'une commission permanente formée de parlementaires spécialisés dans les thèmes de défense nationale, incluant la surveillance des services d'information des trois branches des forces armées et de la police. Sans cela, les gouvernements brésiliens ne pourront que continuer à confesser, à l'instar de celui de F.H. Cardoso, le manque de contrôle de l'État sur l'Agence.

Une autre innovation institutionnelle introduite par le président Cardoso a résidé dans la création du ministère de la Défense (MD), saluée comme indicateur de consolidation démocratique. Elle est pourtant insuffisante en soi pour assurer le progrès du contrôle civil sur les forces armées. L'état-major des Forces Armées

(EMFA), organisme chargé de son élaboration, imprima une vision militaire, mais en marqua aussi les limites : hiérarchiquement inférieur aux anciens ministres militaires, il n'a pas le commandement des trois branches. Malgré l'intronisation d'un civil à la tête du MD, les commandants respectifs ont ainsi gardé leur statut de ministre et siègent dans les instances gouvernementales majeures qui traitent de la défense nationale. L'absence d'une personnalité forte dans les ministres civils a déjà engendré plusieurs crises, certaines d'entre elles tout à fait sérieuses. Le choix d'hommes politiques sans envergure fut ressenti par les états-majors comme une expression de la carence d'intérêt des civils pour les questions militaires, d'où la conclusion (dangereuse) que l'armée est de fait la plus à même de s'occuper directement des questions la concernant. Enfin, d'autres éléments comme l'inexistence d'une politique de défense nationale claire et le maintien du cumul de l'opération et du contrôle de certaines activités d'ordre civil, tel le contrôle de l'espace aérien et de la flotte maritime, prouvent encore la difficulté d'établir un équilibre démocratique dans les relations civils-militaires.

Du point de vue du fonctionnement de l'armée, un rapide examen sur les effectifs des troupes et les budgets annuels fait apparaître des chiffres surprenants. Dans la décennie 1990, alors que la majorité des États voisins diminuait le nombre de leurs soldats respectifs en raison de la disparition de l'hypothèse de la menace d'un ennemi intérieur, le Brésil augmentait le sien, même en l'absence de menaces extérieures. Je fais observer que les états-majors brésiliens justifièrent leur refus de se soumettre à la volonté des autorités américaines de réduire les troupes et de ne les orienter que vers des missions internes comme la guerre contre le narcotrafic et le combat anti-guérilla afin de ne pas compromettre le devoir de garantie de la souveraineté nationale et la professionnalisation. Toutefois, Zaverucha nous apprend que l'armée est encore organisée pour une guerre conventionnelle, signe de la représentation durable par l'armée de son rôle de maintien de l'ordre interne.

Sur le plan financier, l'image véhiculée auprès de l'opinion publique transmet une armée bien mal en point, pénurie de fait manifeste dans son précaire état d'équipement. Toutefois, comment expliquer que l'institution militaire ait joui d'une remarquable régularité dans ses dotations budgétaires dans la seconde moitié des années 1990, bien que le pays traversât une sérieuse crise fiscale ? La majeure partie du budget sert à payer les soldes et les retraites, trop peu restant effectivement pour l'équipement et l'armement, d'où, selon l'auteur, un manque de professionnalisation et de mobilité stratégique. Ainsi l'armée dispose d'une logistique non seulement onéreuse, mais de surcroît lente et très peu efficace.

Enfin, du point de vue géographique, Zaverucha met l'accent sur les déséquilibres de la distribution militaire avec une concentration autour des grandes villes côtières, montrant le souci de préserver l'influence interne de l'armée auprès de la majorité de la population brésilienne. Le poids de l'histoire est ici visible, puisque les troupes d'élite se situent à Rio de Janeiro, à des milliers de kilomètres de l'Amazonie, région pourtant présentée par les états-majors comme vulnérable face à des menaces d'ordres divers.

On peut regretter de ne pas lire plus de considérations d'ordre géographique. Bien que l'auteur soit politologue, la dimension du territoire brésilien méritait que l'on s'y arrêtât quelque peu. Il serait juste par exemple d'informer que le déséquilibre géographique des troupes demeure certes en faveur du littoral, et en particulier de Rio de Janeiro – mais aussi du Rio Grande do Sul en raison d'une histoire

particulière de conflits. Toutefois, depuis que l'Argentine est devenue un État allié au sein du Mercosul, l'organisation géographique de l'armée a subi une évolution. Le chiffre de 25 % des troupes en Amazonie reste faible, mais il représente une augmentation de 15 % depuis le début des années 1990. L'auteur note avec pertinence la localisation d'unités stratégiques comme les troupes d'élite, mais il est bon de n'omettre ni l'ampleur de la distribution nationale de l'armée ni le redéploiement en cours des troupes vers l'Amazonie, obéissant une fois de plus à une stratégie de contrôle du territoire national.

Les priorités et les actions de l'armée en Amazonie auraient mérité plus d'exemples puisque ce thème revient avec fréquence dans les prises de position des militaires pour justifier notamment un rééquipement et une professionnalisation accrue. Sur le plan opérationnel, les problèmes de logistique déjà cités s'aggravaient dans un théâtre amazonien plus difficilement pénétrable et d'autant moins contrôlable. Certes, la responsabilité de l'armée dans la résolution des problèmes aux frontières doit être relativisée puisque nombre d'entre eux sont de la compétence de la police fédérale et du Trésor (*Receita Federal*). En revanche, en raison de la logique de l'ennemi intérieur, les décisions de l'armée dans la région méritent d'être examinées. L'Amazonie se distingue des autres régions brésiliennes de par la situation, plus que fragile de l'État de droit qui y prévaut. Rappeler que la moitié des assassinats dans les conflits de terre se passent dans l'État du Pará donne une idée de la fragilité de la démocratie.

Zaverucha conclut en affirmant que la notion de consolidation démocratique comme troisième phase d'un processus de démocratisation – après la libéralisation et la transition – pêche par manque de rigueur scientifique puisque les deux premières phases ne fondent l'idée de démocratie que comme compétition électorale. Plusieurs faits empêchent en effet de considérer cette notion limitée de la démocratie comme satisfaisante : l'application de l'État de droit est rendue plus difficile avec le maintien de clauses autoritaires dans la Constitution de 1988 ; il n'existe toujours pas de claire séparation entre l'armée de terre et la police militaire ; enfin, le ministère de la Défense agit plus comme agent de l'armée que comme représentant du gouvernement et concepteur de la politique de défense. Ces conditions rendent alors possible la militarisation d'institutions et de politiques gouvernementales, telle que Zaverucha l'illustre abondamment dans un chapitre consacré au gouvernement Cardoso. L'auteur conclut donc sa recherche par une mise en garde : se satisfaire d'une démocratie minimaliste revient à accepter une apparence de démocratie, ce qui constitue une menace pour la démocratie elle-même.

Le livre est donc aussi un appel à la citoyenneté, que la classe politique brésilienne devrait prendre en compte. Cependant, une telle mutation semble peu probable dans l'équation actuelle des forces politiques représentées au parlement. Même si Lula a été élu président, le Parti des travailleurs ne regroupe qu'environ le quart des parlementaires. Le manque manifeste de volonté politique du gouvernement Lula pour approfondir le contrôle de l'armée par les civils a éloigné la perspective d'un changement sensible et rapide issu d'une initiative gouvernementale. Reste, pour les citoyens intéressés, cette lecture d'un des aspects les moins commentés de la démocratie au Brésil, afin que l'on ne puisse pas dire que l'on ne savait pas.

6 mars 2006, Catherine Prost

### Notes de lecture

**Maria Fernanda Afonso**, *O conto moçambicano, escritas pós-coloniais*, Lisbon, Caminho, 2004, 495 p., ISBN 972-21-1634-7.

With Lusophone African studies gaining significant prominence in academe, this volume is a welcome addition to the field. It contributes a debate on short story writing in Mozambique within the framework of the country's internal tensions, social and political.

The book is divided into three sections. Part I, "O conto: espaços e linguagens", opens with a brief account of the emergence and evolution of the short story in Europe and South America, and then concentrates on an assessment of the propitious ground this genre enjoys in Africa, including Mozambique, a land where story telling is deeply rooted. Part II, "O conto moçambicano: as margens do texto", focuses on Lusophone short story production in Mozambique as a continuum in a hybrid combination of European and African elements, in which the former provide literary expression through which the latter's oral tradition is revisited and highlighted. Part III, "O conto moçambicano: memórias e discursos", looks at the Mozambican short story as a tool for cogitation on both colonial times and a post-independence experience marked by hope, disenchantment and search for national identity.

Two principal themes run through the different sections of the book. The first encapsulates the notion that narrative is at the core of the Mozambican way of life, with a didactic function. Mythical tales of primordial eras are the preferred means for the transmission of group heritage and values. The other main theme spanning the book's sections is articulated around the notion of the Portuguese presence and its European impact in an African context. It considers biological and cultural miscegenation. In addition to these two overarching themes, a number of other threads weave through the leading argument, as diverse as political unrest or the penetration of local popular speech into the Portuguese linguistic norm.

This volume is a commercial version of a doctoral dissertation. Despite skilful editorial work, there is a certain amount of repetition and redundancy, as often is the case in a text that was originated in another format. Notwithstanding, most pages make interesting reading, notably those on Mia Couto and Lília Momplé, amongst other writers. A particularly effective component is the reference section at the end of the book, where readers are offered a choice of trajectories. For example, one may track an itinerary through an index of authors or an index of topics. There is also an extensive classified bibliography, which provides a wealth of suggestions for additional reading on related issues. Overall, this is a unique contribution to Lusophone African studies, which also contains many pointers inviting scholars to pursue further the investigation of short story writing in Mozambique and its socio-cultural and political significance.

March 2006, **Manuela Cook**

**Francisco BETHENCOURT (ed.), *La Diaspora des « Nouveaux-Chrétiens »***, Paris, Publications du Centre culturel Calouste Gulbenkian, 2004, 316 p. (« Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian », XLVIII)

In a forthcoming volume of essays (*Empire in Africa: Angola and its Neighbours*) the present reviewer is heard to complain that not enough is known about the role of Jews in the Portuguese African empire. Such shameful ignorance is brought to light by the brilliant volume of essays which Francisco Bethencourt edited before he ended his distinguished term of office as director of the Gulbenkian centre in Paris. This stunning tome is a dense, scholarly, wide-ranging, path-breaking collection written by specialists for specialists. But it is also a book for those, like the present reviewer, who are woefully ignorant about the diaspora of Jews, New-Christians, Marranos, New-Jews and all the other restless migrants and asylum-seekers that left Portugal, or left Spain via Portugal, in the early modern era. There is matter here to engage everyone, intellectual history, cultural history, musical history, artistic history. There are also essays on all the regions touched by the diaspora, Mexico, Morocco, India, Brazil, the Netherlands, Arabia, France, and not least Tuscany where the port of Leghorn had 3000 Portuguese émigrés in the mid seventeenth century, almost as many as the 4000 in Amsterdam. But the chapter which most vividly drew the attention of this reader was the one relating to Hamburg by Michaël Studemund-Halévy and Jorum Poettering.

In the early seventeenth-century the Van Dunem family of traders in Angola – ancestors of the ruling families of the twenty-first century – claimed that they had come from North Germany. With their Dutch-sounding name they wished to avoid being linked to the rebellious city of Amsterdam which was at war with Angola's imperial Habsburg masters. The Sephardic Jews of Hamburg were, at the time, one of the largest communities of Portuguese émigrés in Europe and their sphere of influence stretch from Emden in East Friesland to Danzig and Copenhagen in the Baltic. When they began arriving in the 1590s Hamburg (unlike Amsterdam) was at peace with Portugal. The man-in-the-street, and the Lutheran pastors, did not appreciate the new strangers, but the city Senate enthusiastically welcomed the arrival of men with scarce skills. The “Portuguese”, unlike German Jews, were given permission to settle within the city walls and many of them built fine residences adjacent to their commercial premises. Local neighbours were deeply shocked to see Jews riding high in smart carriages driven by Christian coachmen and foot-lackeys, but the ruling class needed Jewish administrative skills to help run their bureaucracy – just as Christian governors in the Portuguese colonies needed Jewish book-keepers to manage their exchequers. The trades open to Portugal's New Christians, and to its New Jews who had openly reverted to their ancestral faith or even been converted from Christianity, were banking and insurance but they also deal in colonial produce and above all – from the point of view of a city harbouring families of noble and even royal refugees – jewellery.

By 1652 Hamburg – like Angola – had secret synagogues and the three for which records survive had 1,212 adherents. Education was one of the strengths of the members of the diaspora and medical education was especially prized. Officially Hamburg, like Amsterdam, frowned on Christians who resorted to Jewish surgeons and pharmacists though many were French-trained. In 1631 Hamburg officially

condemned persons who frequented Jewish or Egyptian (Gypsy) medical doctors but the city élite insisted that "Portuguese" practitioners be exempt from any ban. In addition to practicing the professions the Portuguese were permitted a limited freedom of worship. Preaching was not permitted lest it should subversively lead to the conversion of good Christians, but Jews were allowed to read the Psalms and also the writings of the prophets in the Old Hebrew Testament.

One day it might be possible to find out more about the religious practices of the Jewish diaspora in Portuguese Africa. The Van Dunems of Emden, for instance, seem to have been active in their new Christian practices in Africa and were at times in dispute with the Catholic church as to whether or not their *mestiço* children should be allowed to ride in the funeral hearse of the Christian brotherhood when being taken to the Luanda cemetery.

22 March 2006, **David Birmingham**

**João M. CABRITA**, *A morte de Samora Machel*, Maputo, Edições Novafrica, 2005, xx + 82 p., glossaire des termes techniques, index des noms et thèmes, pas d'ISBN.

Ce petit livre de João Cabrita est, parfois, d'une technicité déconcertante pour le profane. En effet, afin de tenter de démêler le vrai de l'incertain et l'incertain du faux, dans un drame hautement polémique – la mort du président Samora Machel dans l'accident d'avion de Mbuzini, à 150 mètres de la frontière sud-africano-mozambicaine, du côté sud-africain, le 19 octobre 1986 – l'auteur est avant tout retourné aux éléments matériels de l'histoire du vol. Il n'en reste pas moins que l'accident est survenu alors que la situation politico-militaire du Mozambique était très difficile, avec l'extension de la guérilla à presque tout le territoire mozambicain et des divisions croissantes au sein des cadres moyens et supérieurs du Frelimo, comme le montra la « Lettre des Anciens Combattants », et alors que l'URSS déjà gorbatchévienne avait signifié la diminution de son aide à des pays comme le Mozambique. À propos du contexte politique de l'époque, curieusement, J. Cabrita n'aborde pas du tout la fameuse alerte donnée, quelques jours avant le drame, par Carlos Cardoso, le meilleur journaliste mozambicain (plus tard assassiné), qui avait voulu prévenir le président qu'il était désormais une « cible ». La presse officielle n'avait pas considéré son article comme crédible et ne l'avait pas publié, le faisant seulement après le drame (sur cet épisode, cf. par exemple l'article de Cláudio JONE, « "Les gauchistes" orphelins. Presse et pouvoir dans le Mozambique indépendant (1975-1990) », *Lusotopie 2005* : 281-294). Cependant, si les dangers politiques qui s'accumulaient certainement autour de Samora Machel, et si l'hypothèse que sa personne même pouvait être en danger, sont des facteurs parfaitement plausibles, cela n'en fait nullement une cause directe de l'accident et encore moins une preuve qu'il s'est agi d'un attentat.

L'auteur ne conclut d'ailleurs pas et l'essentiel du livre (si l'on fait exception de l'introduction, pp. xi-xx) ne « parle pas de politique ». Quand il le fait, c'est sous forme de question. L'auteur a fouillé quatre types de sources : celles de la commission internationale d'enquête, les sources sud-africaines, mozambicaines et

soviétiques. Outre la reconstitution critique du déroulement du drame, il analyse aussi son instrumentalisation politique ultérieure, avec les diverses rumeurs qui coururent – et courent encore : l'existence d'un faux phare radio volontairement allumé par les Sud-Africains pour augmenter la dangerosité du vol ; d'un faux phare, mais qui aurait été monté sur le sol mozambicain, par des acteurs inconnus ; d'un complot dans lequel le futur président, Joaquim Chissano, aurait été mêlé, etc.

De tous ces éléments, l'ouvrage penche quand même implicitement en faveur d'une hypothèse : loin de tout complot (y compris interne au Mozambique), il s'agirait de l'accumulation d'une suite atterrante d'erreurs humaines de la part de l'équipage soviétique, pourtant formé de pilotes expérimentés mais, semble-t-il peu concentrés sur ce vol qui était pourtant par excellence VIP, et – ce que l'auteur du livre ne dit pas mais que je tiens d'un ancien coopérant soviétique – fortement alcoolisés . . . De ce fait, on pourra toujours « accuser » João Cabrita d'exonérer l'Afrique du Sud raciste et de mettre sa position en rapport avec son hostilité connue au Frelimo. Ce serait un bien mauvais procès. L'histoire reste toujours à faire, certainement, mais ce petit livre y contribue très honnêtement.

Mai 2006, Michel Cahen

**Manuel Pedro DIAS, *Aquartelamentos de Moçambique. Cabo Delgado 1964-1974***, Odivelas (Portugal), éd. de l'auteur, 2006, 138 p., nombreuses photos, préface de Germano de Jesus Barge Rio Tinto, ISBN : 972-99921-0-X.

Cet ouvrage fait partie de tous ces livres nostalgiques non point tant de la guerre coloniale, mais du Mozambique colonial. Il n'y a aucune critique envers le Frelimo ni envers les Africains en général (la guerre est finie !), mais le conflit est présenté simplement comme une lutte entre « braves ». Le préfacier présente cependant une vision nettement plus connotée et « légitimante » du conflit : « . . . a valorosa presença dos militares portuguesas em terras macondes, permite evidenciar a nobreza desse Opositor, por excelência não muçulmano, digno herdeiro do contributo missionário católico em terras de Cabo Delgado ». La lutte anticoloniale menée par les « nobles Macondes » – nobles parce que non musulmans ? – est ainsi faite produit de l'action missionnaire catholique (dont le préfacier omet de dire qu'elle fut hollandaise et point portugaise !). Il pousse plus avant le raisonnement, considérant que tous (Portugais et Macondes) luttaient pour leur patrie, mais de patries elles-mêmes « *filhas da Mãe-Pátria* ». Le planalto maconde, ou même le Mozambique en général, patries filles du Portugal ? La captation d'héritage est plaisante. Elle n'est d'ailleurs pas tout à fait fautive, c'est bien le colonisateur qui a créé l'espace « Mozambique », non pertinent (au moins au départ) pour les peuples africains ! Mais le lien ne vient donc pas du « *conteúdo criador da presença lusitana* », mais à l'inverse de l'opposition à ce « lien créateur » (p. 7) !

L'ouvrage, après cette envolée lyrique du préfacier lusotropicaliste, passe en revue les casernements et les installations des divers bataillons présents au Cabo Delgado de 1964 à 1974. Il constitue ainsi lui-même une source primaire pour l'histoire technico-militaire. Dommage que l'auteur, qui a travaillé à l'Arquivo Histórico-

Militar, n'ait pas utilisé ces sources pour aborder aussi la vie quotidienne des soldats, leur mentalité, leur vision de la guerre et de l'ennemi. Néanmoins, ce « catalogue » des cantonnements portugais au cœur de la terre africaine révoltée n'est pas sans intérêt.

Mai 2006, Michel Cahen

**Mafalda DUARTE, *Aid Policy in War-Torn Countries. Promoting Development in Conflict Situations : The Case of Angola*, Lanham (Maryland), University Press of America, 2003, 77 p.**

Ce petit livre est le prolongement d'une recherche sous forme d'enquête sur le terrain en Angola et qui avait pour thème les mesures d'aide au développement dans les pays en conflits armés. Il s'agit d'un travail universitaire pour l'obtention du *Master's Degree* aux États-Unis d'Amérique.

L'enquête a été réalisée uniquement à Luanda, mais on a du mal à savoir exactement quand. Par recoupements, on devine que les interviews des soixante-dix personnes ont été faites à la fin des années 1990, peut-être en 2000. Les personnes interviewées, curieusement, ont toutes fait des études supérieures ou tout au moins des études jusqu'à un niveau avancé. L'auteure le déplore mais en même temps déclare que ses questions n'auraient pas été comprises par des témoins d'un autre profil. Il s'agissait de les soumettre à un questionnaire sur les mesures d'assistance favorables ou non au développement en temps de guerre.

L'ouvrage commence par une exposition assez longue par rapport à l'ensemble de l'arrière-plan théorique, qui permet de constater l'ampleur de la recherche dans ce domaine particulier de l'assistance aux pays déchirés par la guerre, et surtout son caractère récent, puisqu'aucun titre cité n'est antérieur à 1991. L'étude du cas angolais vient ensuite, introduite par des données générales sur l'Angola (avec une erreur d'un an sur la date de l'accord de Bicesse, 1992 au lieu de 1991), et entrecoupée de quelques tableaux et diagrammes pertinents. L'analyse proprement dite des réponses de l'enquête n'occupe que 14 pages. Enfin, après un nouveau point sur les recherches les plus récentes sur la question et une conclusion, le questionnaire utilisé pour l'enquête et l'analyse de la population interviewée terminent le volume.

Les domaines pour lesquels les vœux des personnes interrogées s'expriment le plus fréquemment sont d'abord l'éducation qui arrive largement en tête des réponses, puis la santé, l'agriculture et l'industrie. Les séries de mesures souhaitées pour chaque domaine sont énumérées, allant de la construction d'écoles au soutien des compagnies théâtrales. Une coïncidence est constatée en conclusion de cette analyse avec le rapport de la Banque mondiale de 1998, notamment sur le rôle de l'aide en contexte difficile : éduquer les futures générations de dirigeants ; informer sur la politique ; stimuler le débat public.

Si on se fonde sur la conviction que ce qui marche le mieux, c'est ce que les gens souhaitent et ce à quoi ils participent, une telle étude est loin d'être insignifiante même si elle confirme quelques évidences. L'auteure montre beaucoup de modestie et est consciente que le meilleur moment pour attendre des réponses logiques n'est

pas une situation de conflit – ceci d’autant plus que les aides déjà apportées au moment de l’enquête n’avaient donné que peu de résultats.

Quoi qu’il en soit, c’est un matériau plutôt brut qui nous est livré dans cette étude, somme toute de peu d’ampleur mais ouvrant des perspectives. La défiance que les interviewés montrent à l’égard des réfugiés pour la reconstruction du pays, par exemple, est peut-être un objet d’étude à part entière, dans le cas de l’Angola.

Mars 2006, **Jean-Pierre Chavagne**

**João LOUREIRO, *Memórias de Lourenço Marques: uma visão do passado da cidade de Maputo***, Lisbon, Maisimagem, 2003, 127 p. illustrated.

For those who frequent the internet there is alleged to be a site called <postaisultramar.com.pt> which tells of João Loureiro’s eleven thousand postcards which photographically span the Portuguese empire from the final days of the last Saxe-Coburg king through to the insurrection of the army captains and the subsequent decolonisation of 1975. Samples of this visual record have already been published dealing with Luanda City, with Mozambique Island, with the Atlantic archipelagos, even with little Guinea. Now Loureiro has brought out a volume of photographs, each telling a story, each with a minimal explanatory caption, on the late-colonial railway port of Maputo, then known to Mozambicans and their South African clients as Lourenço Marques. One of the first pictures shows an electric streetcar cruising past the rickshaws down Prince Miguel Avenue which (after the revolution of 1910) became October the Fifth Avenue and (after the revolution of 1974) changed again to Patrice Lumumba Avenue. In 1904 the trams reached the ocean shore on which the massive shanks of the Polana Hotel were raised to serve as residence for generations of spies, revolutionaries and secret agents. The trams continued to serve the city’s people until 1936.

At the other end of the town the Transvaal railway arrived in 1894 and by 1910 the temporary goods sheds had been replaced by a massive monumental passenger station and the square fronting the edifice had been named in honour of Mac Mahon, the French veteran of the Crimean War who caused much fluttering in the imperial doves by deciding that Delagoa Bay should be Lusitanian rather than Britannic. Another highly ornate building which celebrated the rise of Lourenço Marques to city status was a mosque topped at each corner with triple-decker minarets and lit by single-arched and double-arched fan windows. The mosque was frequented by the Indian merchant community while the Chinese had their own pagoda just off what is to-day Samora Machel Avenue. An even more interesting postcard features the Wesleyan Methodist chapel, the Presbyterian Swiss mission church, and a small snap of Lourenço Marques’ apparently newly-built synagogue as it appeared in 1929 with a square-columned frontage and a rose window. It raises interesting questions as to who built a synagogue on Portuguese soil and who frequented it.

By the 1960s Lourenço Marques had become the exotic lure for South Africans wishing to escape the puritanistic strictures of the Dutch Reformed Church and the fanatical ideologies of apartheid. A poster of 1965 makes so bold as to picture

a beach damsel in a bikini at a time when the metropolitan beaches of Portugal often required even gentlemen to wear full, two-piece, swim suits providing cover not only for the torso but also for the arms. Such bold advertising drew attention not only to “golden mornings” on the beach but in one of Loureiro’s 1940s posters also hinted at “silver nights” with the lace-trimmed silhouette of a slim female figure.

9 March 2006, **David Birmingham**

**Catherine Prost**, *L’armée brésilienne : organisation et rôle géopolitique de 1500 à nos jours*, Paris, L’Harmattan, 2003, 354 p., ISBN : 2-7475-5192-X, (« Recherches-Amériques latines »).

Catherine Prost a livré un travail original basé sur une recherche doctorale réalisée sous la direction d’Yves Lacoste. Original, puisque l’auteur tout en se basant sur un travail d’érudition couvrant la longue durée d’une institution aussi spécifique que les forces armées brésiliennes, dépasse l’étude structuro-fonctionnaliste des latino-américanistes classiques. En effet, elle propose au lecteur averti une recherche des articulations entre l’histoire du développement de l’armée, son rôle politique et la définition même du territoire national brésilien. Or, il apparaît que ce triptyque repose pour une large part sur l’intégration, puis sur la production d’un dispositif théorico-pratique très spécifique : la géopolitique ratzelienne, reprise et reformulée par les intérêts spécifiques de l’institution militaire, représentés par des grands intellectuels prétoriens de la période de la Guerre froide, tels que le général Golbery do Couto e Silva.

Ce projet, Catherine Prost en signale tant les origines que ses réalisations pratiques qui marquent la particularité de l’armée brésilienne par rapport aux autres institutions sœurs d’Amérique latine, en particulier l’armée argentine – du moins telle qu’elle se positionne après son rôle de conquête territoriale entre la fin du XIX<sup>e</sup> et le début du XX<sup>e</sup> siècle, avec la *Conquista del desierto*, qui voit la modernité technicienne occidentale avancer sur des territoires contrôlés par des *caudillos*, des Indiens et des métis, voire, les lambeaux de la société coloniale. Ce que met en relief Catherine Prost est que, contrairement à sa rivale argentine, l’armée brésilienne n’a jamais abandonné sa vocation « impériale », de conquête interne du territoire brésilien qu’elle entend, tout au long du XX<sup>e</sup> siècle, encore modeler et moderniser selon des critères qui *in fine*, ont somme toute vocation à faire perdurer une tradition technicienne et autoritaire en son sein.

L’originalité réside, comme le démontre l’auteur, dans la projection territoriale et administrative militairement contrôlée de ce projet. Celui-ci est par ailleurs, il faut le souligner, porté à la connaissance du public français dans une description précise des deux grandes projections élaborée par des militaires brésiliens dans les années 1970 : celle de la modernisation du Nord brésilien (projet « Calha Norte ») et surtout celui de surveillance et de protection de l’Amazonie (SIVAM/SIPAM). Catherine Prost, y décèle une sortie évidente du projet idéologique de la *geopolítica* des années de la dictature, qui définissait l’ennemi intérieur (le communisme international) et celui de l’extérieur (l’armée argentine), au profit d’un redéploiement

vers l'intérieur du pays qu'elle contenait également. C'est sans doute pour cela que cette modernisation continue à s'inscrire sous le mode autoritaire. Ainsi, si l'accent est mis sur les ruptures entre les différentes périodes, en particulier les plus récentes, telles que la sortie de la Guerre froide, Catherine Prost pointe aussi les continuités. On ne se débarrasse pas aussi facilement des ressources doctrinales qui légitiment l'action et les pratiques. Surtout celles qui apparaissent comme des ressources de légitimation importantes constructivistes et volontaristes, car, assurant la cohésion et la mobilisation internes de l'institution. C'est ce « noyau dur », que le travail de Catherine Prost rapporte : l'armée brésilienne se situe toujours à l'intérieur du projet géopolitique brésilien qui, au demeurant montre, en tant que ressource idéologique, une forte plasticité. C'est ainsi que relativement à l'organisation territoriale, administrative spécifiquement militaire, mais également technicienne – en particulier lié aux différents projets de voies et de systèmes de communication trans-amazoniens – la géopolitique, au-delà des conjonctures, continue à proposer une *praxis* de la projection d'une institution dont on aurait pu croire que la fin de la Guerre froide marquerait le déclin, comme dans le cas argentin par exemple. Ceci pour dire que Catherine Prost éclaire de façon documentée et précise ce qui constitue aujourd'hui un pan des interrogations relatives à la vie politique du continent américain, du nord au sud, à savoir : l'intégration dynamique du projet national brésilien et sa modernité, dans lequel les Forces armées, non sans tensions intrasectorielles, jouent leur rôle de ressource d'autorité sur des territoires déterminés.

Le projet idéologique d'une certaine géopolitique ne rejoindrait-il pas, par ce canal, les interrogations, si ce n'est les convictions de Max Weber, en montrant que l'État brésilien est toujours en construction ? Ce stimulant ouvrage permet de s'interroger et affûte le regard sur une institution qui reste, malgré les avancées récentes et fragiles de la démocratie, toujours autoritaire. Une inconnue tout de même : qu'en est-il aujourd'hui de la coordination continentale des forces armées latino-américaines ? Si elle perdure, au-delà de la Guerre froide, a-t-elle adopté d'autres formes que le système de la *Junta Interamericana de Defensa* ? Et quelle place spécifique y occuperaient les forces armées brésiliennes ? Ce sont des questions que nous posons à Catherine Prost en la remerciant pour son travail.

14 avril 2006, Gabriel Périès

**Jean-Louis ROUGÉ, *Dictionnaire étymologique des créoles portugais d'Afrique*, Paris, Karthala, 2004, préface d'Alain Kihm, ISBN : 2-84586-493-0 (« Dictionnaires et langues »).**

Voici un nouveau dictionnaire créole-français, bien précieux. D'une part parce qu'il aborde trois grandes familles de luso-créoles (les créoles capverdiens, guinéens et santoméens) sans sous-estimer leur diversification interne respective ; d'autre part, parce que, comme son titre l'indique, il s'agit d'un dictionnaire étymologique. L'auteur le dit lui-même, ce n'est pas une somme achevée, et cela apparaît dans la structure même de l'ouvrage puisque toute une sous-partie porte sur les mots d'étymologie inconnue.

L'ouvrage est cependant étrangement construit. En effet, au lieu de procéder comme dans un dictionnaire étymologique ordinaire – liste des mots, sens, explications, étymologies –, l'auteur a divisé les entrées en deux grandes parties : celles d'étymologie portugaise avérée, celles d'étymologie non portugaise (surtout africaine) ou inconnue. On peut déjà questionner cette division, qui divise la liste des mots en deux grands registres et ne facilite donc pas la recherche. Mais au sein du premier registre (mots d'étymologie portugaise), les entrées ne sont pas les mots créoles, mais les noms portugais, avec leurs correspondances dans les divers créoles étudiés. Certes, l'auteur a ainsi évité d'avoir à lister, en entrées successives et fort proches dans les divers créoles, une même étymologie (par exemple, ce sera le mot portugais « cabeça » qui sera une entrée, et il sera indiqué ce qu'il a donné dans les divers créoles, et non le casamançais « kabesa »). Mais on a, pour la moitié du dictionnaire, non point une démarche étymologique, mais « contre-étymologique » (ce que l'origine portugaise a donné dans les divers créoles). Ainsi, pour trouver l'étymologie d'un mot créole, il faut déjà connaître son . . . étymologie ; ou alors, il faudra aller, en annexe, dans les lexiques qui, eux, donnent l'ordre habituel. Je comprends d'autant moins cette démarche que, pour les mots dont l'étymologie n'est pas portugaise, c'est la démarche habituelle qui est adoptée. L'auteur a sans doute eu ses raisons, mais il ne les explique pas dans l'introduction, pourtant fort détaillée (p. 11-35).

Malgré ces réserves quant à une certaine lourdeur de maniement, reconnaissons très volontiers qu'il s'agit d'un gros travail, ainsi mis à la disposition du public, un public qui n'a pas besoin d'être spécialisé pour l'utiliser.

16 mai 2006, **Michel Cahen**

**Carlos Alberto VIEIRA (photos) & Ana Paula LEMOS (texte), *Recordações de Lourenço Marques*,** Lisbonne, Alêtheia Editores, 2005, 168 p., ISBN : 989-622-022-0.

**Pascal LETELLIER & Jordane BERTRAND (textes), Luís BASTO (photos), *Voyage au Mozambique. Maputo*,** Paris, Éditions du Garde-Temps, 2005, 96 p., très nombreuses photos, ISBN : 2-913545-36-X, traduction en portugais d'Ana de Carvalho.

Voici deux ouvrages en principe opposés, puisque portant, l'un sur la Lourenço Marques coloniale et constitué de photographies tout autant coloniales, l'autre sur la Maputo indépendante avec textes et photos post-coloniaux, et qui finalement se ressemblent à plus d'un titre . . .

Pour le premier, on pourra dire : « encore un livre de souvenirs coloniaux ! ». En effet, ces toutes dernières années se sont multipliés, à un rythme jamais connu auparavant au Portugal, des ouvrages d'anciens militaires ou civils des colonies, racontant, désormais sans l'inhibition que la Révolution des Œillets avait produite, la vie qu'ils eurent dans l'*Ultramar*. Il y aurait toute une étude à faire sur cette nouvelle littérature. Le cas présent est un peu différent car Carlos Alberto Vieira, bel et bien photographe de la vie coloniale, est toutefois resté au Mozambique jusqu'à sa mort, acceptant le nouveau cadre politique et social. Par ailleurs, à la

différence des ouvrages désormais bien connus de João Loureiro (*Lusotopie* 2003 : 520-522 et *supra* dans ce volume la note de David Birmingham), il s'agit ici non point de cartes postales, mais de photographies d'auteur. Carlos Vieira, né à Xai-Xai (pardon ! . . . João Belo !) est décédé à Maputo en 1995. Comme nous en prévient Ana Paula Lemos, les photos à présent publiées ne représentent qu'une très petite partie de son œuvre, qui fut multiforme : des grandes entreprises à la faune sauvage, des projets sociaux aux villages de brousse, de la guerre coloniale à la guerre civile, des portraits de Samora Machel à ceux des *caniços* (« quartiers du roseau ») laurentins. Les photos sont ici toutes en noir et blanc et – il n'y a pas tromperie sur la marchandise – représentent « Lourenço Marques », la ville coloniale. « *Aqui é Portugal* », rappelle d'ailleurs la vue de la place Mouzinho de Albuquerque (p. 15). Les voitures sont omniprésentes dans le livre – peut-être plus nombreuses que les êtres humains ! Est-ce pour rappeler que Lourenço Marques était la « ville portugaise » au plus fort taux d'automobiles pour 100 habitants dans les années 1960 ? Les Portugais prennent des consommations aux belles terrasses des cafés, les Africains cirent leurs chaussures (p. 29, p. 158), le béton envahit la ville et donc les photos de Vieira . . . Le petit peuple africain n'apparaît que pour le carnaval (p. 84), les quartiers du *caniço* sont à peine évoqués (p. 79). Il s'agit bien de souvenirs de la vie coloniale, charmante et insupportable ! Pourquoi ne pas publier un ouvrage parallèle avec des photos du même C.A. Vieira, mais sur la ville africaine, en croissance rapide des années 1960 et jusqu'en 1974 ? On peut se demander si le choix exclusivement colonial de la teneur des photos était vraiment justifié, surtout quand on connaît l'engagement ultérieur de l'auteur dans le Mozambique indépendant. Mais admettons que tout, dans cet ouvrage, et jusqu'à la typographie de son titre, nous replonge dans l'atmosphère d'une modernité des années 1950-1960 qui était bel et bien celle d'un autisme colonial enkysté au cœur d'un pays africain.

Après la vie coloniale, la vie post-coloniale. L'ouvrage *Voyage au Mozambique. Maputo*, qui a bénéficié de l'aide de la Coopération française, est un cri d'amour lancé à Maputo, par deux Français, P. Letellier et J. Bertrand, et le photographe Luís Basto. Les textes sont bilingues français-portugais grâce à la traduction d'Ana de Carvalho. On sent encore, dans la patte photographique des vues sensibles et réalistes de L. Basto, l'école de Cartier-Bresson naturalisée au Mozambique par Ricardo Rangel. Un superbe ouvrage assurément. Cela dit, le titre est, cette fois-ci, trompeur. Non seulement il ne s'agit pas du Mozambique mais de Maputo, mais, de celle-ci, presque exclusivement de la « ville de ciment ». Les immenses *caniços* ne sont pas abordés et le petit peuple de la périphérie (soit 80 % de la population), n'est entrevu – cité dans les textes ou photographié – que lorsqu'il vient dans la ville de ciment. L'ouvrage est ainsi une ode à la créolité mozambicaine et à cette charmante petite-bourgeoisie urbaine qui est le cœur de la base sociale du Frelimo. Cela n'enlève rien à la beauté du livre, mais en souligne l'angle de vue.

Population coloniale dans le premier ouvrage, monde social créole et urbain du cœur de la capitale post-coloniale de l'autre, les deux livres montrent avant tout le rêve d'un Mozambique diversement mondialisé, mais point bantou. Ce Mozambique (post-) colonial existe et il est superbement photographié. Cependant, on attend que l'autre aussi le soit !

Mai 2006, Michel Cahen

### Ouvrages reçus qui pourront faire l'objet d'un compte rendu

- Sérgio ADORNO *et al.*, *Dialogues franco-brésiliens sur la violence et la démocratie*, Paris, L'Harmattan, 2005, 210 p. (« Cultures & Conflits »).
- William BAER (ed.), *Luís de Camões. Selected Sonnets*, A Bilingual Edition, Chicago, The University of Chicago Press, 2005, 199 p.
- António BARRETO (ed.), *Globalização e migrações*, Lisbonne, ICS-Instituto de Ciências Sociais, 2005, 289 p. (« Estudos e Investigações », 38).
- Bastidiana*, « Roger Bastide : un bilan », Actes du colloque de Caen-Anduze, 51-52, juillet-décembre 2005, 210 p.
- Michael G. COMERFORD, *The Peaceful Face of Angola. Bibliography of a Peace Process (1991 to 2002)*, Luanda, 2005, 297 p.
- Júlia COSTA, *Inventário de Timor*, Lisbonne, Instituto português de apoio ao desenvolvimento – Centro de documentação e informação, 2003, 199 p.
- Teresa CRUZ e SILVA, Manuel G. Mendes de ARAÚJO & Carlos CARDOSO (eds), « Lusofonia » em África. *História, Democracia e Integração Africana*, Dakar, CODESRIA, 2005, 249 p., ISBN : 2-86978-174-1.
- Manuel Braga da CRUZ & António Costa PINTO (eds), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974 : A – L*, Lisbonne, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República 2004, 864 p. (« Parlamento ») [Av. Professor Anibal de Bettencourt, 9].
- Mafalda Soares da CUNHA & Teresa FONSECA (eds), *Os municípios no Portugal moderno. Dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisbonne, Ed. Colibri/CIDEHUS-UE, 2005, 274 p.
- Olivier DABÈNE, *Exclusion et politique à São Paulo. Les outsiders de la démocratie au Brésil*, Paris, Karthala, 2006, 248 p., ISBN : 2-84586-739-5.
- Guy FARGETTE, *Pedro II, empereur du Brésil (1840-1889)*, Paris, L'Harmattan, 2005, 300 p.
- Clinton FERNANDES, *Reluctant Saviour : Australia, Indonesia, and the Independence of East Timor*, Melbourne, Scribe Publications Pty Ltd, 2004, 138 p.
- Cristina FERREIRA-PINTO (2004) *Gender, Discourse and Desire in Twentieth-Century Brazilian Women's Literature*, Purdue University Press, 2004, ISBN 1-55753-352-0.
- Teresa FONSECA, *Bernardino Manuel da Costa Lima e a « Memória acerca da vila de Redondo »*, Lisbonne, Ed. Colibri, 2005, 170 p.
- Dulce FREIRE, Inês FONSECA, Paula GODINHO, *Mundo Rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisbonne, Colibri/Centro de estudos de etnologia portuguesa, 2004, 290 p., ISBN : 972-772-473-6.
- Francisco Manuel GOMES, *Memórias de uma Guerra Inacabada. Portugal, os Estados Unidos e o Processo de Descolonização Angolano*, 2006, Lisbonne, Ed. Colibri, 241 p.
- António Custódio GONÇALVES (ed.), *O racismo, ontem e hoje*, Actas do VII Colóquio internacional : « Estados, Poderes e Identidades na África subsariana », Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005, 167 p.
- Jonuel GONÇALVES, *Valoração da água em economia de desenvolvimento : Estudo com base em trechos dos rios Cunene e Uruguai*, Luanda, Editorial Nzila, 2005.
- Miriam Pilar GROSSI, Antonio MOTTA, Julie Antoinette CAVIGNAC (eds), *Antropologia francesa no século XX*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2006, 352 p., ISBN : 85-7019-439-0
- André KISALU KIALA, *Le drame angolais*, Paris, L'Harmattan, 2005, 313 p. (« Espace Afrique Australe »).
- João Luís LISBOA, Tiago C.P. dos Reis MIRANDA & Fernanda OLIVAL (eds), *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1732-1734)*, Lisbonne, Ed. Colibri e CIDEHUS-UE, 2005, 274 p.

- Lusophonie et Multiculturalisme*, Paris, Centre culturel Calouste Gulbenkian, XLVI, 2003, 294 p. (« Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian »), 294 p.
- Manuela MARUJO, Aida BAPTISTA & Rosana BARBOSA (eds), *The Voice and Choice of Portuguese Immigrant Women – A Vez e a Voz da Mulher Imigrante Portuguesa*, Proceedings 1<sup>st</sup> International Conference, Toronto, 2003, 207 p.
- Fernando MARTINS & Pedro Aires OLIVEIRA, *As revoluções contemporâneas*, Lisbonne, Colibri, 2005, 258 p.
- J.P. de Oliveira MARTINS, *Portugal e Brasil (1875)*, édité et introduit par Sérgio Campos Matos, Lisbonne, Centro de História, Universidade de Lisboa, 2005, 148 p.
- Michel MEYER, *La nouvelle diplomatie commerciale brésilienne. Lula : danse avec le Sud*, Paris, L'Harmattan, 2005, 166 p., ISBN : 2-7475-9909-4 (« Diplomatie et Stratégie »).
- Maria Helena Mira MATEUS & Luísa Teotónio PEREIRA (eds), *Língua portuguesa e co-operação para o desenvolvimento*, Lisbonne, Colibri – Cidac, 2005, 211 p., mars 2006.
- Miguel MONTENEGRO, *Les « Bruxos », des thérapeutes traditionnels et leur clientèle au Portugal*, Paris, L'Harmattan, 2005, 309 p.
- Vital MOREIRA, *Crise e reforma da democracia*, Lisbonne, Colibri, 2005, 160 p.
- Roberto MOTTA (ed.), *L'Actualité de Roger Bastide : race, religion, saudade et littérature*, Actes du colloque de Récife, juin 2004, *Bastidiana*, n° 49-50, 2005, 255 p.
- Joseph NEVINS, *A Not-so-Distant Horror. Mass Violence In East Timor*, Ithaca (NY) et Londres, Cornell University Press, 2005, 273 p. ISBN : 0-8014-8984-9
- Angelina PEALVA et al., *Dialogues franco-brésiliens sur la violence et la démocratie*, Paris, L'Harmattan, 2500, 210 p. (« Cultures & Conflits », 59).
- Le Portugal et le Monde. Lectures de l'œuvre de Vitorino Magalhães Godinho*, Paris, Centre culturel Calouste Gulbenkian, 2005, 180 p. (« Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian »).
- Dominique QUÉNUM, *Ouidah au cœur de son destin*, Paris, L'Harmattan, 2005, 146 p.
- Reevaluating Mozambique*, « Portuguese Literary & Cultural Studies », 10, Dartmouth, University of Massachusetts Dartmouth, 2004, 291 p.
- André Heráclio do RÊGO, *Famille et pouvoir régional au Brésil. Le coronélisme dans le Nordeste (1850-2000)*, Paris, L'Harmattan, 2005, 322 p., ISBN : 2-7475-9448-3 (« Recherches Amériques latines »).
- Cristina ROCHA, *Zen in Brazil : The Quest for Cosmopolitan Modernity*, Honolulu, University of Hawai'i Press, 2006, 256 p.
- Maria Beatriz ROCHA-TRINDADE & Maria Christina Siqueira de Souza CAMPOS (eds), *História, Memória e Imagens nas migrações. Abordagens Metodológicas*, Oeiras, Celta, 2005, 218 p.
- Moisés Espírito SANTO, *Cinco Mil Anos de Cultura a Oeste, Etno-história da religião popular numa região da Estremadura*, Lisboa, Editora Assírio & Alvim, 2005.
- Ana Clara SANTOS, *Relações literárias franco-peninsulares*, Lisbonne, Colibri, 2005, 534 p.
- Teresa SERUYA & Gerd HAMMER (eds), *Literatura e Migração*, Lisbonne, Colibri, 2005, 117 p.
- Andrée Mansuy-Diniz SILVA, *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812. II. L'homme d'État 1796-1812*, Paris, Centre Culturel Gulbenkian, 2006, 758 p.
- Patrick A. SMYTHE, *"The Heaviest Blow" – The Catholic Church and the East Timor Issue*, Münster, Lit Verlag, 2004, 234 p.
- Sociabilités intellectuelles (xvi<sup>e</sup>-xx<sup>e</sup> siècles)*, Paris, Centre culturel Calouste Gulbenkian, 2005, 230 p. (« Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian », XLIX).
- Mário Moraes VALENÇA & Rita de Cássia da Conceição GOMES, *Globalização & Desigualdade*, Natal, A.S. Editores, 2002, 338 p., ISBN : 85-88302-10-1.
- Xavier VATIN, *Rites et musiques de possession à Bahia*, Paris, L'Harmattan, 2005, 234 p.
- Laurent VIDAL, *Mazagão, la ville qui traversa l'Atlantique. Du Maroc à l'Amazonie (1769-1783)*, Paris, Flammarion, 2005, 314 p.

### Revue des revues

*Accord* (Londres, Conciliation Resources), XV, 2004, « From Military Peace to Social Justice ? The Angolan Peace Process », 100 p., ISSN : 1365-0742.

Ce numéro de la revue *Accord* pose la question de l'avenir de l'Angola après le mémorandum de Luena signé en 2002, après les accords de paix faillis de Bicesse et de Lusaka. Cette revue est spécialisée dans les initiatives de paix. Elle a déjà, en 1998, étudié la dynamique de paix au Mozambique. Elle décrit et analyse, en anglais (une version papier en langue portugaise de ce numéro est disponible), les processus de paix et les situations particulières de conflits armés dans le but de constituer un outil de réflexion pour la construction de la paix dans le monde. La totalité du texte se trouve sur Internet en anglais et en portugais à l'adresse <www.c-r.org>. En 100 pages d'un format A4, il s'agit d'un dossier consistant et bien fourni sur la question angolaise, et constitue un document autonome par ses annexes : une carte, un répertoire des sigles, une chronologie à partir de 1884-85, des notices sur les mouvements et les principaux acteurs angolais et internationaux du conflit, des extraits significatifs des textes des accords de paix, et une vingtaine de photos en noir et blanc qui illustrent le texte avec pertinence.

Le premier article est une rétrospective essentielle pour qui connaît peu l'histoire de l'Angola. Suivent des articles couvrant des domaines particuliers de la société angolaise et permettant de comprendre l'œuvre de destruction des années écoulées et l'incertitude de la situation actuelle. L'échec des accords de Bicesse (1991) et de Lusaka (1994) sont analysés sans complaisance par Christine Messiant et Manuel Paulo qui y mesurent aussi l'engagement de l'ONU. L'histoire du conflit armé et des échecs diplomatiques répétés en Angola est longue et complexe, et il n'est pas évident qu'on puisse dire que l'Angola connaisse aujourd'hui une paix véritable, d'autant que Cabinda se trouve encore une situation de guerre ou plutôt de « non-paix » comme le décrit ensuite Jean-Michel Mabeko-Tali. Les contributions de Fernando Pacheco et de Tony Hodges démontrent dans les articles suivants comment les ressources naturelles angolaises ne pourront être un tremplin pour le développement que dans un pays gouverné de façon participative, transparente et responsable. L'espoir principal est ainsi mis dans la dynamisation de la société civile, qu'on imagine soutenue par des médias libres et compétents, puisque l'Angola a aussi des ressources humaines, culturelles et sociales, tout aussi mal exploités que ses ressources naturelles. La série d'articles d'Ismael Mateus, de Michael Comerford, de Carlinda Monteiro, et de Henda Ducados, nous en convainquent et donnent des pistes pour l'instauration d'un nouveau climat de réconciliation.

On ne sort pas aussi facilement une société de tant d'années de guerre. Filomeno Vieira Lopes et Imogen Parsons nous aident enfin à prendre la mesure des efforts qui doivent être faits pour la préparation d'élections sérieuses et pour la restructuration d'une société au fort taux de réfugiés et d'anciens combattants.

Mars 2006, Jean-Pierre Chavagne

*Africa Yearbook. Politics, Economy and Society South of the Sahara*, 2004, Leyde, Boston, Brill, 2005, 496 p., Andreas Mehler, Henning Melber & Klaas van Walraven (eds), ISBN : 90-0414462-5, ISSN : 1871-2525.

L'*Africa Yearbook* publié à partir de 2005 par les éditions Brill prend la suite de l'*Afrika Jahrbuch* publié depuis 17 ans par l'IAJK (Institut d'études africaines de Hambourg). La différence, outre la langue, est que la nouvelle série est le fruit de la coopération entre l'IAK, l'ASC (Centre d'études africaines de Leyde) et le NAI (Institut scandinave d'études africaines d'Uppsala). Les trois centres, membres du réseau AEGIS (Africa-Europe Centre for Interdisciplinary Studies), ont par ailleurs bénéficié de nombreuses collaborations prises dans ce réseau et ailleurs. La facture du livre est classique : après deux introductions, l'une sur l'Afrique subsaharienne en général (par les trois éditeurs, p. 1-14) et l'autre sur les relations euro-africaines, qui n'oublie pas le Portugal (par Sven Grimm, p. 15-25), quatre grandes parties abordent successivement l'Afrique occidentale, l'Afrique orientale et l'Afrique australe, chacune étant introduite par un article mettant l'accent sur les organisations et problématiques sub-régionales (respectivement par Klaas van Walraven, p. 27-38, Andreas Melhler, p. 175-184, Rolf Hofmeier, 247-258 et Henning Melber, p. 375-386).

Les cinq Pays africains de langue officielle portugaise (PALOP) sont traités respectivement par Carlos Lopes (Cap-Vert), Carlos Lopes et Martim Faria e Maia (Guinée-Bissau), Gerhard Seibert (São Tomé e Príncipe), Steve Kibble (Angola) et Joseph Hanlon (Mozambique).

Dans la fiche « Cape Verde » (p. 55-58), Carlos Lopes insiste sur l'avertissement donné au gouvernement du PAICV par les élections locales de 2004 (ce qui, notons-le, n'a pas empêché le président Pedro Pires d'être réélu en 2006), sur le maintien de liens étroits avec l'ECOWAS et le Portugal, et sur la décision historique prise par l'ONU de retirer le Cap-Vert de la liste des pays les moins développés. Si celui-ci garde une économie au haut degré de vulnérabilité, son revenu moyen *per capita* et l'indice du développement humain ne justifiait plus cette « catégorisation ». Afin d'éviter que ce progrès ne se concrétise par une aide diminuée, la Banque mondiale et le PNUD ont renouvelé leur soutien au plan de réduction de la pauvreté. Dans un pays paisible, quelques problèmes de sécurité urbaine, dus notamment au trafic de drogue, ont suscité une certaine préoccupation.

Dans la fiche « Guinea-Bissau » (p. 95-99), Carlos Lopes et Martim Faria e Maia brossent rapidement l'évolution depuis la brève guerre civile de 1998 ayant écarté du pouvoir Nino Vieira et notamment sur la gestion chaotique généralisée du pays sous la présidence de Kumba Yala menant au coup d'État du général Verissimo Seabra du 14 septembre 2003, à la présidence transitoire de Henrique Rosa et enfin aux législatives de mars 2004. Celles-ci instaurent un pacte entre le PAIGC et le PRS, fort instable, troublé par la mutinerie du 6 octobre et l'assassinat de Verissimo Seabra par des soldats mécontents face à une hiérarchie corrompue. Les élections présidentielles de 2005 ont commencé à se préparer dans un climat de tension (qui devait mener, en 2005, à la surprenante alliance entre Kumba Yala et Nino Vieira et à la victoire de ce dernier, sept ans après avoir été chassé par la révolte militaire et civile !). L'image internationale du pays reste déplorable, et sa situation économique et sociale désastreuse.

Dans la fiche « São Tomé and Príncipe » (p. 241-246) Gerhard Seibert signale la persistance des scandales de corruption et l'instabilité, que la découverte du pétrole n'a évidemment pas amoindrie. Malgré le Forum national pour la réconciliation (ouvert le 16 juin 2004), les accusations de corruption, atteignant le Premier ministre Maria das Neves lui-même, démis par le Président Menezes . . . Une nouvelle loi sur les revenus du pétrole a été votée, sous la pression du FMI. Les États-Unis accordent une attention croissante à São Tomé, stratégiquement placé au cœur du Golfe de Guinée. Les 26 et 27 juillet, le pays reçut le VI<sup>e</sup> Sommet de la CPLP, en présence du président Obiang de Guinée équatoriale, invité d'honneur malgré ses atteintes aux droits de l'homme. La perspective du pétrole stimule les investissements touristiques haut de gamme et la multiplication des banques. Il n'est pas précisé si cela est de l'intérêt des paysans des anciennes *roças* . . .

Dans la fiche « Angola » (p. 387-431), Steve Kibble souligne qu'en 2004, l'Angola jouissait seulement de sa deuxième année de paix, après la défaite militaire de l'Unita. il considère que l'Angola est un bon exemple du « désordre comme instrument politique » au service de l'accumulation au profit de l'élite. Le président José Eduardo dos Santos a gardé tous les pouvoirs, y compris sur le parti. L'Unita, maintenant parti civil légal, a réussi sa réunification et a fait quelques tentatives de lien avec la société civile. le FNL souffre de ses luttes internes. Le 2 juillet, le leader d'un petit parti, le *Partido democrático para o progresso*, Mfulumpinga Lando Victor, a été assassiné, alors qu'il avait dénoncé des . . . assassinats préalables d'opposants. L'opposition a boycotté la commission de révision constitutionnelle, dont le pouvoir s'est servi pour repousser les élections (ces dernières devant se tenir après la révision). De son côté le PNUD a poursuivi son programme de déminage, même si le retour des réfugiés sur leurs terres d'origine ne se fait pas à la hauteur voulue. On signale toujours des violations des droits humains à Cabinda, et contre certaines sections de l'Unita. Cela n'empêche pas les États-Unis d'Amérique de renforcer leurs liens avec le pays en raison de leur intérêt géostratégique pour le Golfe de Guinée. Les relations financières internationales du pays restent freinées par le manque de transparence. Le taux de diffusion du sida est très sous-estimé (de 5 à 10 %) et, d'une manière générale, les services de santé et sociaux restent à des années lumière des besoins . . .

Dans la fiche « Mozambique » (p. 434), Joseph Hanlon note évidemment que le fait marquant de l'année a été l'élection d'un nouveau président de la République, Armando Guebuza (1-2 décembre). La Renamo a perdu plus d'un million de voix (sans que, notons-le même si J. Hanlon ne fait pas la remarque, le Frelimo n'en gagne de son côté) dans un contexte d'abstentionnisme croissant. Une tentative de troisième force a complètement échoué. J. Hanlon note que le Mozambique est devenu « un État de parti unique élu ». Auparavant, les municipalités élues en nombre 2003 ont été intronisées les 5 et 10 février 2004. La Constitution a été révisée, même si la Justice reste une préoccupation constante. En 2002 et 2003, le principal suspect du meurtre de Carlos Cardoso, « Anibalzinho », réussit à s'échapper deux fois de suite de la prison de . . . haute sécurité [il n'a été ramené dans le pays, expulsé du Canada, qu'en 2005]. En dépit de cela, le Mozambique reste un pays considéré comme bon élève par les donateurs internationaux. Le Mozambique garde une politique étrangère éclectique (Portugal, Brésil, Chine, Afrique du Sud, Zimbabwe). Les investissements extérieurs restent concentrés dans les secteurs énergétique et des minerais, ainsi que dans le sucre (Maurice). Le chô-

mage continue de croître et le sida touche 15 % des personnes de 15 à 49 ans. Même si le PIB augmente, la consommation *per capita* diminue.

Est-ce qu'un annuaire tel que *Africa Yearbook* est une bonne solution pour suivre l'actualité africaine ? Si l'on en croit les éditeurs, chaque volume contiendra des analyses entièrement renouvelées chaque année. Mais une année n'est pas, bien souvent, une unité de temps satisfaisante pour comprendre des phénomènes politiques. Les fiches pays ressemblent de ce fait à de simples chroniques assez peu analytiques. Une périodicité par exemple tri-annuelle ne serait-elle pas plus féconde ? Je laisse ici la suggestion. En attendant, profitons de ce nouvel outil, écrit par des chercheurs en direction d'un public élargi.

21 mai 2006, **Michel Cahen**

*Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, Revue annuelle publiée par l'association les Anneaux de la Mémoire de Nantes, Nantes, Unesco, 2001, III, « La traite et l'esclavage dans le monde lusophone : la révolution française et l'esclavage. Les débats d'aujourd'hui », Yvon Chotard (ed.), 420 p.

Cette livraison déjà ancienne, outre deux articles consacrés à la Révolution Française et à l'esclavage, contient un riche et volumineux dossier sur la traite et l'esclavage dans le monde lusophone. C'est ce dernier dossier, composé de douze contributions abordant principalement trois grandes thématiques, qui a retenu notre attention.

Une première série d'articles met en avant la capacité d'initiative que surent préserver les sociétés africaines face aux Portugais. À partir de l'étude de la traite dans le golfe de Guinée, aux xv<sup>e</sup> et xvi<sup>e</sup> siècles, Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda (« Africains et Portugais : tous des négriers aux xv<sup>e</sup> et xvi<sup>e</sup> siècles dans le Golfe de Guinée ») montre que, loin de passer d'emblée sous la coupe des Portugais, les différentes entités africaines disposent d'une réelle marge de manœuvre. Ainsi, dès leur arrivée sur la côte de l'actuel Ghana, les Portugais, se contentent de s'insérer, en le faisant changer d'échelle, dans un trafic d'esclaves que les sociétés Fanti pratiquent de longue date dans la région.

John K. Thornton (« Les premiers contacts entre le Portugal et le royaume d'Angole »), quant à lui, prend le contre-pied de la thèse traditionnelle selon laquelle le royaume du Congo serait passé sous la domination des Portugais, dès les premiers contacts, au xvi<sup>e</sup> siècle. Au contraire, il considère que, jusqu'au xvii<sup>e</sup> siècle, on est en présence d'une monarchie forte, centralisée et indépendante qui résiste aux Lusitaniens. Selon lui, de telles erreurs d'interprétation s'expliquent par l'usage exclusif des sources portugaises qui tendent naturellement à faire la part belle à la suprématie précoce des colonisateurs.

De son côté, Roger Botte (« Le Portugal, les marchés africains et les rapports Nord-Sud (1448 ca-1550) ») considère qu'à partir du xv<sup>e</sup> siècle, et une partie du suivant, les Africains sont encore maîtres de leur propre histoire et maîtrisent parfaitement leurs relations avec l'Europe. Préservant souverainement leur contrôle des marchés et de leurs profits, ils ne sont des partenaires ni subalternes ni dépendants, et les Européens n'ont pas les moyens de les contraindre à participer à quelque type de commerce que ce soit. Ce sont bien les États et les sociétés

africaines qui, en fonction de leur dynamisme interne et de leurs intérêts commerciaux, décident de participer à la traite aussi longtemps que les prix sont attractifs.

L'article de Zacharie Saha (« De l'esclavage coutumier à la traite transatlantique dans la région de Dschang au Cameroun : un aspect des circuits terrestres en amont du Golfe de Guinée aux XVIII<sup>e</sup> et XIX<sup>e</sup> siècles ») invite, au contraire, à fortement nuancer cette continuité entre traite africaine et européenne. Étudiant la transition de l'esclavage coutumier à la traite transatlantique dans la région de Dschang (Cameroun), il incite à ne pas mettre sur le même pied d'égalité l'esclavage coutumier, qui prévalait en Afrique avant l'intrusion arabe et européenne, dont la fonction était essentiellement sociale, et la dimension manifestement économique de la traite transatlantique. Alors que les traites externes, tant arabes qu'européennes, avaient pour objet de réduire l'esclave au rang de marchandise, l'esclavage coutumier, écrit-il, intégrait les individus, à plus ou moins long terme.

Le second groupe de contributions éclaire la question de l'esclavage et de la traite vus du côté luso-brésilien. Didier Lahon (« L'esclavage au Portugal. Utopie et réalité ») met l'accent sur un aspect en général peu connu : la présence d'esclaves africains au Portugal. Débarqués principalement dans les ports de Lagos (Algarve) et Lisbonne, dès les années 1440, ces captifs supplantent en quelques décennies ceux provenant des razzias effectuées sur les côtes d'Afrique du Nord. En 1550, la population totale de Lisbonne (100 000 hab.) comptait 10 % d'esclaves presque tous noirs ou mulâtres. Jusqu'au début du XIX<sup>e</sup> siècle, les récits de nombreux voyageurs étrangers attestent de leur pénétration croissante dans le tissu social de la capitale et de certaines provinces.

On sait l'antériorité et la primauté des Portugais en matière de traite transatlantique, au moins jusqu'à la fin du XVI<sup>e</sup> siècle. Nicolas Ngou-Mve (« São Tomé et la diaspora Bantou vers l'Amérique hispanique. ») aborde le thème à partir d'une étude de cas : celle de l'île de São Tomé, au large du Gabon, dont le rôle fut important dans la traite négrière, dès le XV<sup>e</sup> siècle. Les recherches d'archives menées par l'auteur, tant à Vera Cruz qu'à Carthagène, montrent qu'au début du XVII<sup>e</sup> siècle, peu avant son déclin, São Tomé, approvisionnait encore généreusement le marché américain.

Premiers acteurs de la traite transatlantique, les Portugais furent aussi parmi les derniers à y renoncer, dans les années 1860, ce que nous rappelle fort opportunément João Pedro Marques (« Le Portugal et la traite illégale, une affaire de complaisance »). Au titre des facteurs susceptibles d'expliquer cette attitude très complaisante et « tolérante » de la métropole, il retient l'existence d'une forte communauté portugaise résidant au Brésil, l'activité des trafiquants portugais fixés sur les côtes d'Afrique, la complicité et la corruption des autorités coloniales portugaises. Au point que Lisbonne, un demi-siècle durant, résiste de mille manières aux injonctions britanniques auxquelles elle se contente d'acquiescer sans jamais beaucoup œuvrer pour les mettre en application.

La stratégie brésilienne, face aux pressions britanniques, telle que la décrit Oruno D. Lara (« La traite luso-brésilienne après l'abolition anglaise de 1807 »), n'est pas sans similitudes. Les autorités du Brésil indépendant, en dépit de tous les traités signés avec Londres, ferment continûment les yeux sur la poursuite de la traite clandestine. Ainsi, le traité signé en 1826 entre l'empereur Dom Pedro et le roi

Georges d'Angleterre, portant sur la suppression de la traite négrière, ne fait guère obstacle au maintien de la traite brésilienne. Encore entre 1846 et 1849, malgré une efficacité croissante de la chasse britannique aux navires négriers, débarquent chaque année au Brésil de 50 000 à 60 000 esclaves. Si, en 1850, la loi Eusebio de Queiroz abolit définitivement la traite, en dépit de la forte opposition de l'oligarchie esclavagiste, celle-ci se poursuit encore clandestinement pendant la décennie suivante, il est vrai à moindre échelle.

Un troisième groupe d'articles évoque, tout particulièrement, certaines identités héritées de l'esclavage. Ainsi, Shihan de Silva Jayasuriya (« Le rôle des esclaves africains dans les comptoirs portugais du Sri Lanka et de l'Extrême-Orient ») ramène-t-elle à l'existence les Cafres de Ceylan, cette minorité oubliée dont les ancêtres vinrent d'Afrique, il y a quatre siècles et s'établirent dans l'actuel Sri Lanka. Longtemps, leur l'adhésion au catholicisme romain qu'ils partagent avec les descendants de Portugais, les distingue du reste de la population. Le créole portugais de ces populations d'origine africaine devient même une véritable *lingua franca* de l'île et sert de moyen de communication entre les différentes autorités coloniales (portugaises, hollandaises et anglaises) et la population de Ceylan. Aujourd'hui, les Cafres forment une communauté en voie d'extinction d'à peine quelques dizaines de familles dont les enfants ont cessé de parler le créole portugais mais n'en participent pas moins aux prières et aux psalmodies.

Tania Risério d'Almeida Gandon (« L'Indien et le Noir : une relation légendaire au Brésil »), qui s'intéresse aux pôles indiens et noirs de l'identité métisse brésilienne, en relève deux aspects fondamentaux. Le premier tient à la contradiction qui se fait jour au lendemain de l'indépendance entre, d'un côté, l'exaltation de la figure mythique de l'Indien, transformé en emblème de la libération et du nationalisme autochtones et, de l'autre, le mépris à l'endroit de l'Indien en chair et en os, en voie d'extinction. Le second aspect insiste sur la situation actuelle d'effervescence afro-brésilienne qui, tout à sa célébration de l'Afrique et de la négritude, tend à oublier la forte ascendance matrilineaire indienne de très nombreux Brésiliens.

Pour sa part, Maria Inês Côrtes de Oliveira (« La grande tente Nagô : rapprochements ethniques chez les Africains de Bahia au XIX<sup>e</sup> siècle ») a analysé, à Salvador, les processus de construction identitaire de la « nation » nagô, terme qui désigne en fait l'ensemble des groupes yoruba culturellement dominants dans la ville. Les dénominations ethniques attribuées aux Africains, nous rappelle l'auteur, proviennent d'appellations issues de la traite et ne correspondent jamais aux désignations courantes en Afrique. Toutefois, en partant de ces assignations qu'ils assument les esclaves réussissent à promouvoir des identités bien spécifiques, avec leurs frontières, par l'appropriation d'ethnonymes ayant cours en Afrique.

Carine Durand (« Mémoires et oublis des résistances esclaves au Brésil. Vers une réinterprétation théâtralisée des processus de domination »), qui a aussi choisi Salvador comme terrain, s'interroge sur la réactualisation de la mémoire de l'esclavage dans la période récente marquée par une forte revalorisation de l'identité afro. Elle le fait à partir de l'étude d'un vecteur bien particulier de cette mémoire : les projets éducatifs théâtraux développés dans les communautés noires à partir des années 1990, à destination des enfants et des adolescents. Elle relève combien cette démarche est inspirée du Théâtre Expérimental du Noir créé par

Abdias do Nascimento en 1944 et souligne la place essentielle qu'y occupent quelques figures héroïques promues en quelques années en références de la négritude. Entre toutes, celle de Zumbi, qui dirigea le quilombo de Palmares au XVII<sup>e</sup> siècle, est de très loin la plus populaire.

Au total, ce dossier sérieux, solide et distancié, loin de la vaine polémique, apporte très utilement sa pierre à la connaissance des spécificités de la traite portugaise et de quelques-unes de ses conséquences.

Avril 2006, **Richard Marin**

*Cahiers du Brésil contemporain* (Paris, Maison des sciences de l'homme), 57-58/59-60, 2004-2005 (publ. : janvier 2006), 352 p., ISSN : 0989-5191, dossier édité par Letícia CANÊDO et Marie-Claude MUÑOZ, « Le Brésil et le marché mondial de la coopération scientifique » : 5-302, rés. trilingues (fr., angl. port.) : 331-344 [CRBC-Centre de recherches sur le Brésil contemporain, 54 Bd Raspail, 75006 – Paris, France, <maubree@ehess.fr>, distribution gratuite, échanges souhaités].

Voici un numéro quadruple (3<sup>e</sup> et 4<sup>e</sup> trimestres 2004/1<sup>er</sup> et 2<sup>e</sup> trimestres 2005) qui s'est bien fait attendre, mais est notable. Il s'agit de la publication d'une partie des travaux élaborés dans le cadre des projets de recherche « Internationalisation des échanges scientifiques et recomposition des élites nationales (1970-2000) » (2001-2004) et « Circulation internationale des universitaires et transformation de l'espace culturel (1945-2004) » (2005-2007). Côté français, outre le CRBC, plusieurs autres équipes de l'École des hautes études en sciences sociales (Centre de sociologie européenne, Centre d'études des mouvements sociaux, Centre de recherches interdisciplinaires sur l'Allemagne) ou de l'université de Paris V (Centre de recherche sur les liens sociaux) ont été associées à la recherche ; côté brésilien, des chercheurs des universités, *estadual* de Campinas (Unicamp), et *federal* de São Carlos (UFS-CAR), du Rio Grande do Sul (UFRGS), de Minas gerais (UFMG), *fluminense* (UFF) et enfin de Rio de Janeiro (UFRJ) ont participé. L'objectif était de comprendre « le rôle joué par le séjour à l'étranger dans la formation intellectuelle des élites brésiliennes : comment cette forme spécifique et temporaire de migration internationale – celle de groupes sociaux à fort capital culturel qui vont se former et se perfectionner à l'étranger – contribue-t-elle au renouveau des élites intellectuelles et politiques, et aux transformations de l'espace public de la nation ? » (p. 5).

Les contributions du recueil traitent donc de la circulation internationale des étudiants vers les « puissances scientifiques et culturelles » d'Amérique du Nord et d'Europe (principalement la France), sur la base de séries statistiques complètes des étudiants brésiliens boursiers du CNPq, de la FAPESP et de la CAPES (les trois principales agences brésiliennes d'aide à la recherche). Elles sont classées en deux catégories : les premières traitent des trajectoires des doctorants, chercheurs et artistes stagiaires brésiliens à l'étranger (France, Europe, États-Unis) et les secondes étudient les effets de cette circulation internationale sur l'activité scientifique au retour au Brésil.

Dans son article d'« Introduction » (p. 9-17), Monique de SAINT-MARTIN tente une difficile synthèse des recherches menées. Difficile, parce qu'il « n'y a pas d'effet mécanique d'un processus d'internationalisation des activités scientifiques ou des échanges sur l'activité scientifique » (p. 14), qui peuvent aller d'une rupture avec le « narcissisme » brésilien à la production d'« une forme de nationalisme et de ressentiment à l'égard de [l']institution d'accueil » (p. 14). Déjà complexe, le tableau est encore alourdi par le fait que ce ne sont pas, statistiquement, des étudiants issus des mêmes milieux sociaux qui vont dans tel ou tel pays : les enfants des professions libérales moyennes ou supérieures vont plutôt en France, au Royaume-Uni ou aux États-Unis, tandis que les enfants d'agriculteurs petits ou moyens se dirigent plutôt vers l'Italie, l'Allemagne, la Belgique et le Portugal (p. 15).

La première partie du dossier (« Les doctorants brésiliens à l'étranger : politiques de soutien et politiques d'accueil » : 19-148) réunit cinq contributions. Celle de Leticia CANÊDO & Afrânio GARCIA (« Les boursiers brésiliens et l'accès aux formations d'excellence internationales » : 21-48) aborde les étudiants boursiers (du master au doctorat) de 1987 à 1998, mais replace la problématique dans la « formation de haut niveau à l'étranger comme question d'État » depuis le début des années 1950 et incluant les effets (non mécaniques) de la dictature militaire. L'évaluation des candidats a été de plus en plus le fait de la communauté scientifique, diminuant l'emprise du clientélisme politique (p. 33) : « la politique ininterrompue de soutien à la formation de nouveaux scientifiques pour plus d'un demi-siècle, malgré les contrecoups de l'hyper-inflation et les crises politiques de différents ordres, a sans doute permis la formation d'une nouvelle composante du champ du pouvoir brésilien, fondée sur les investissements intellectuels et la professionnalisation de la condition de chercheur » (p. 33). Dès 1951, la destination vers les États-Unis est la plus importante parmi les boursiers brésiliens des *instituições brésilienses* – boursiers brésiliens de fondations nord-américaines non inclus. De 31 % sur la période 1987-1991, la proportion passe à 39 % pour 1995-1998. Les destinations allemande, canadienne et japonaise croissent également au détriment de la Grande-Bretagne et de la France (p. 37), ces pourcentages variant avec les disciplines. Le Portugal ne reste notable qu'en histoire et, dans une moindre mesure, en droit et communication. En sciences sociales et humaines, la suprématie française des débuts des universités de São Paulo et de Rio de Janeiro a été balayée, le nombre des professeurs docteurs d'universités nord-américaines y étant supérieur à celui des « Français ». La France reste dominante dans le Nordeste et le Sud, c'est-à-dire hors du Sud-Est où se trouvent les centres « les plus performants ».

L'article de Marie-Claude MUÑOZ (« De la coopération Nord-Sud à la logique de marché. Les politiques françaises d'accueil des étudiants étrangers » : 49-74) part du fait que la formation des élites étrangères constitue un enjeu de la politique extérieure de la France. Le nombre d'étudiants étrangers en France a plus que doublé de 1976 à 2005, mais leur proportion sur le total n'a que faiblement cru (de 12 à 14,2 % entre ces deux dates, avec un creux à 8,5 en 1997-98 : 53). 51 % de ces étudiants sont originaires d'Afrique (Maghreb inclus) et 23,5 % d'Europe. L'évolution de la politique française, notamment sur le plan migratoire,

a fait diminuer, toutes nationalités d'origine confondues, la proportion des étudiants débutants et augmenter celle des étudiants de 3<sup>e</sup> cycle d'origine plus élitaire (p. 58).

L'évolution du cas brésilien ne confirme pas cette tendance générale, même si elle ne l'infirme pas non plus. Angela Xavier de BRITO (« Transformations institutionnelles et caractéristiques sociales des étudiants brésiliens en France » : 75-105) montre, en essayant de ne pas se restreindre aux boursiers, que les « étudiants » brésiliens en France dans les années 1980 étaient en réalité déjà des enseignants (titulaires d'un *mestrado* et au moins assistants en université), qui revenaient ainsi, parfois avec difficulté, à la catégorie d'étudiants pour préparer un doctorat. Ils étaient « pour la plupart le produit d'une stratégie de maintien ou d'ascension sociale par la voie scolaire » (p. 78). Depuis le développement des « bourses sandwichs », il y a eu un rajeunissement, notamment féminin, qui ne signifie pas pour autant formation initiale : mais la destination n'est plus seulement universitaire, les boursiers constituant un vivier pour les entreprises. Ceux qui sont universitaires n'envisagent pas de quitter le Brésil quatre années, afin de garder un pied dans leur université. La féminisation s'accroît, notamment parmi les non-boursier(e)s osant venir avec leurs seules économies. La proportion des étudiants originaires des régions moins favorisées (Nordeste) s'est accrue – même si São Paulo reste dominant –, en particulier vers des universités non parisiennes – même si Paris reste dominant. Certains Nordestins avaient déjà préalablement migré vers l'axe Rio-São Paulo. En 1975, près de 80 % des étudiants brésiliens étaient à Paris, il n'y en avait plus « que » 59 % en 1988 et probablement 45 % en 2004. Les non-boursiers, libres de tout accord interuniversitaire, se concentrent en revanche massivement à Paris. La majorité des étudiants ne forment plus vraiment une élite, seule une minorité étant rompue au contact avec l'étranger et s'intégrant à la communauté scientifique internationale.

Marie-Claude MUÑOZ & Afrânio GARCIA (« Les étudiants brésiliens en France (2000-2001). Parcours intellectuel et inscription académique » : 107-128) explorent les conditions matérielles du séjour en France. 57 % (88 % des boursiers) sont inscrits en 3<sup>e</sup> cycle et 60,5 % sont des femmes (p. 111). Les Lettres et Sciences humaines regroupent 40,2 % de l'effectif (64,7 % si l'on inclut le Droit et l'Économie), 38,5 % les Sciences et 6 % la Santé (p. 117).

Anita Clémens P. SABOIA (« Vingt ans de thèses françaises sur le Brésil. Normalisation et vitesse de croisière (1985-2004) » : 129-148) étudie les soutenances de thèses en sciences sociales et humaines sur le Brésil en France depuis... 1823. Le bond en avant est spectaculaire depuis 1975 et a grandement renforcé la vitalité des études brésilianistes en France (p. 133). Malgré une amorce de décentralisation, les soutenances restent fortement parisiennes (73,8 % en 1985-89, 66,5 % en 2000-2004 : 135). Au sein des sciences humaines et sociales, sur toute la période 1823-2004, l'économie/gestion domine, suivie de la géographie, de la sociologie, de la littérature et de l'histoire, les différences s'étant amoindries depuis 1985 (p. 141).

La seconde partie du dossier (« Recomposition des champs disciplinaires » : 149-302) est de nature très différente. Elle réunit six contributions qui, sans abandonner l'analyse des dossiers statistiques, relatent plutôt des trajectoires et histoires de vie scientifique. Maria Rita LOUREIRO (« Circulation internationale des écono-

mistes brésiliens » : 151-175) aborde les tenants d'une discipline particulièrement soumise au marché concurrentiel des diplômés. L'auteur suit les anciens étudiants économistes dans leurs carrières au sein des institutions fédérales (Banque nationale de développement économique, etc.), mais aussi régionales (Commission économique pour l'Amérique latine de l'ONU) ou internationales. Le passage par l'étranger semble bien avoir produit un effet de levier sur leur progression (p. 163) et constitué un atout dans les luttes internes (p. 167).

Fabiano ENGELMANN (« La redéfinition de l'enseignement et de l'espace juridique brésilien » : 177-201) présente une analyse sociologique de l'espace juridique brésilien dans les années 1990. Cette période est celle d'affrontements relativement aux conceptions du droit et de l'action professionnelle. Les *bacharéis*, héritiers des grandes familles de juristes et d'hommes politiques s'affrontent à une constellation hétérogène de juristes cherchant la légitimation dans l'affrontement même avec la tradition (p. 177). La proportion entre les deux groupes dépend aussi fortement de l'origine régionale (p. 191-192) et se retrouve dans les affiliations politiques (partis de droite ou du centre, ou PT). Le développement des formations doctorales a favorisé un nouvel espace de productions de définitions de droit, que certains dénoncent, ou encensent, comme « politisation du droit » ou « droit alternatif » (p. 199).

Maria Helena Bueno TRIGO (« Les chemins de l'internationalisation et les stratégies de légitimation des psychologues au Brésil » : 203-222) étudie le parcours de la psychologie au Brésil, depuis les préoccupations hygiénistes de la République naissante jusqu'à nos jours. Le dégagement à partir des départements de philosophie a été difficile (p. 209), se doublant d'une rivalité hommes (philosophes)-femmes (psychologues), les premiers cours apparaissant en 1957 même si la psychanalyse était implantée dans le pays depuis le début du siècle. (p. 213). Le champ « psy » reste très concentré à São Paulo, formé de gens aux trajectoires disciplinaires fort diverses (médecins psychiatres, neuropsychiatres, psychologues, psychanalystes), traversé de luttes pour des positions et dominé par les femmes (p. 222).

Odaci Luiz CORADINI (« Formation et insertion professionnelle des professeurs de sciences humaines et sociales au Rio Grande do Sul » : 223-259) montre que le diplôme obtenu à l'étranger est une « composante fondamentale des conditions d'existence des professeurs concernés » (p. 223) : plus de 57 % de l'échantillon étudié sont dans ce cas, avec de claires répercussions sur le cursus.

Ana Paula Cavalcanti SIMIONI (« Le voyage à Paris. L'Académie Julian et la formation des artistes peintres brésiliennes vers 1900 » : 261-281) revient sur l'histoire originale des femmes artistes brésiliennes formées à Paris au XIX<sup>e</sup> siècle et début du XX<sup>e</sup>. Ana Paula HEY (« Les débats sur l'enseignement supérieur. Disputes académiques ou querelles politiques » : 283-302) aborde les débats des vingt dernières années sur l'enseignement supérieur au Brésil. Elle constate que les lieux de recherche sur l'enseignement supérieur, comme le NUPES, centre de recherche sur l'enseignement supérieur, de São Paulo, ou le CEBRAP, Centre brésilien de recherches, de la même ville, ont produit des dirigeants politiques de tendance assez homogène (PMDB, PSDB) qui ont à leur tour influencé l'université et la CAPES (p. 288), notamment dans le cadre de colloques internationaux et de commissions de réforme (1985). À partir de 1995, un groupe concurrent, proche du PT, se développe, accusé par les premiers de donner trop de pouvoirs aux syndicats (p. 299). Mais l'« analyse des débats autour de l'évolution de l'enseignement

supérieur montre que les questions examinées sont complètement tributaires des polémiques proprement politiques, où la concurrence du monde universitaire n'est jamais autonome des projets de réforme et des modalités d'accumulation de reconnaissance politique » (p. 301).

À cet ensemble sur le Brésil, les éditeurs ont ajouté, à titre comparatif, une étude d'Abdoulaye GUEYE (Université d'Ottawa), « Sacre ou sacrifice. La condition des chercheurs africains dans la mondialisation universitaire » (p. 305-318), extrêmement intéressante. Cependant la comparaison est rendue difficile du fait que la réflexion n'est pas basée sur des données statistiques, tant sur le plan des origines géographiques (bien que l'auteur se restreigne aux Africains francophones), que des critères sociaux et des parcours ultérieurs. Il n'en reste pas moins que l'identité de l'étudiant africain en France est particulièrement contrainte, en particulier dans les Sciences humaines et sociales, au sein desquelles il paraît « évident » que ces étudiants doivent étudier leur continent, si ce n'est leur pays ou leur village. Ce « nationalisme méthodologique » serait renforcé par l'institution française, particulièrement fermée aux recrutements d'Africains, pour des raisons complexes et qui ont « fait l'objet d'un débat passionné dans le milieu africaniste français au milieu des années 1990 » (p. 311). L'Amérique du Nord serait bien plus accueillante : il reste à savoir si c'est en raison de son fonctionnement même, ou simplement de ses plus grands moyens. A. Gueye ne prend pas en compte le fait que les données ont été recueillies auprès d'Africains francophones ayant obtenu des positions dans les universités américaines, en nombre absolu effectivement croissant, et non point auprès de tous ceux qui n'ont pas obtenu ces positions. Les jeunes universitaires africains ont parfaitement raison de jouer la concurrence entre pays « développés » rivaux, mais le fait que les États-Unis attirent plus d'Africains francophones que la France relève d'abord de l'importance respective des deux pays et est plutôt bon signe : la vieille métropole coloniale s'éloigne . . . Il aurait, alors, été intéressant d'étudier l'entrée, modeste mais croissante, d'étudiants africains anglophones (nigériens, notamment) et lusophones, en France. A. Gueye ne décrit pas les États-Unis comme une destination idyllique : les études africaines y souffrent d'une marginalité parfaitement similaire à ce que l'on trouve en France relativement aux disciplines « centrales » (*cf.* une saisissante citation, p. 314). Il n'en reste pas moins des données brutes inquiétantes pour la France. Une étude du SSRC sur un échantillon de 541 Africains ayant soutenu leur doctorat aux États-Unis ou au Canada en 1986-96 indique que 35 % d'entre eux occupaient un poste universitaire dans ce pays (p. 317) : d'une part, je n'ai connaissance d'aucune étude similaire qui ait été tentée en France (ce qui est déjà une indication . . .), mais l'évidence indique que la proportion serait très considérablement inférieure : pourquoi ? Le déclassé de la France n'est pas que numérique et social, mais aussi symbolique : un universitaire africain formé en France cherche consécration et visibilité aux États-Unis. La crise des universités européennes (françaises, anglaises, belges, et j'ajouterai portugaises) dans le contexte néolibéral impose plus que jamais aux Africains de « consolider leur inscription dans la dynamique mondiale de recherche, pour autant qu'ils tiennent à la préservation de leur identité de chercheur ou aspirent à l'excellence », tous impératifs qui restent « encore déterminés hors de leur propre continent » (p. 318). On aurait quand même aimé que l'auteur aborde la question du type d'universités américaines où ces Africains trouvent, statistiquement parlant, le plus facilement

un poste : c'est évidemment plus facile à Howard qu'à Harvard. N'y aurait-il pas là une autre forme de marginalisation, interne mais efficace ? L'auteur n'aborde pas du tout cet aspect.

Dans le même ordre d'idées, ce dossier sur les étudiants brésiliens à l'étranger et notamment en France appelle d'autres questionnements. Par exemple, au moment même où le gouvernement de Lula a institué une politique de quotas pour favoriser l'accès à l'université d'étudiants noirs ou métis, la question de la proportion des étudiants brésiliens *noirs* en France était intéressante. Il n'était certainement pas facile d'y répondre (données statistiques probablement muettes), mais plusieurs articles sont fondés sur des échantillons construits et des entretiens approfondis : ils pouvaient donc inclure les données phénotypiques dans la recherche. Il est saisissant de constater qu'aucun auteur n'a pensé ne serait-ce qu'à poser la question de la discrimination de couleur. Le mythe de la démocratie raciale brésilienne aurait-il encore frappé ?

Par ailleurs, un article également comparatiste sur la présence d'étudiants étrangers (en particulier africains) au Brésil aurait été très intéressant. Dans l'attente d'une telle étude, on pourra se reporter au témoignage du Sénégalais Alain Pascal KALY : « O Ser Preto africano no "paraíso terrestre" brasileiro : Um sociólogo senegalês no Brasil », publié dans *Lusotopie 2001* : 105-121 (et disponible sur le site internet de la revue).

Terminons en rappelant que le site du CRBC contient la liste exhaustive des thèses sur le Brésil soutenues en France (<<http://web.www.ehess.fr/crbc>>).

Janvier 2006, Michel Cahen

**Latitudes. Cahiers lusophones** (Paris), 25, décembre 2005, 128 p., ISSN : 1285-0756 [75, rue de Bagnole, 75020 – Paris, France, <[latitudes.cl@wanadoo.fr](mailto:latitudes.cl@wanadoo.fr)>].

Ce volume inclut notamment un dossier « Regards sur le Mozambique » (p. 2-91), à la fois extrêmement diversifié et... limité dans ses approches. L'éditorial de Manuel dos Santos JORGE (p. 2) est aussi lyrique (et lusotropicaliste) que favorable au parti au pouvoir, le Frelimo. Le pays, « orienté à la brise d'un rêve jadis » et qui « déploie sa dignité devant les autres peuples, à l'aune de la langue portugaise commune », a certes connu une « guerre civile horrible » qui fut aussi une « grande épreuve, lors de l'adolescence identitaire nationale vers l'unité communautaire » mais bénéficierait aujourd'hui d'« assises fiables [...] vers le consensus ». Voici ainsi ignorées les graves tensions sociales, régionales et ethniques dans le pays provoquées notamment par une politique hypertrophiant l'extrême sud et la capitale, la perpétuation de la fusion État-parti, ainsi que les graves soupçons de fraude électorale en 1999 et 2004. Voici aussi validée la vision frelimiste de la construction de la nation homogène, fondée essentiellement sur la répression/résorption des identités ethniques des sociétés paysannes (ladite « adolescence identitaire »). Notons encore que, selon l'éditorialiste, l'« essor inventif d'une nation, récemment confirmée apparaît en contrepoint des mines déconfites [*souligné par moi*] ». Or, que s'est-il passé, « récemment », si ce n'est l'élection d'Armando Guebuza à la présidence de la République ? Si l'on avait encore quelque doute sur la nature de l'« essor inventif », la phrase suivante nous éclaire, relevant « au passage » que

sont publiés dans le dossier (mais c'est le premier article !) les « apports éclairés d'Armando Guebuza, actuel président de la République ». Bien que l'éditorial soit signé et n'engage donc pas entièrement la rédaction, *Latitudes* nous avait habitués, au long de ses numéros d'excellente vulgarisation et réflexion culturelles, à une indépendance plus sourcilleuse . . .

L'article de Armando GUEBUZA, « A nossa missão : o combate contra a pobreza » (p. 3-7) est présenté par la rédaction juste comme « *um discurso programático da sua acção* » alors qu'il s'agit de son discours-cadre de campagne électorale. Il est toujours tristement amusant de voir que le nouveau Président, immensément enrichi depuis son accession au ministère des Transports dans l'après-Nkomati (1984), axe son action sur le « combat contre la pauvreté ». Il est vrai que c'est l'orientation officielle de la Banque mondiale et du FMI . . .

Suit une intéressante entrevue avec l'historien Elikia M'BOKOLO (« Les problèmes de l'Afrique et du Mozambique dans la perspective d'Elikia M'Bokolo » : 7-11), qui nous ramène heureusement à une vraie réflexion sur le long terme et replace le Mozambique comme pays non point tant « ex-portugais », que, depuis toujours, africain et bantou ; un pays qui n'a pas encore réussi à enclencher un « cercle vertueux où les ressources humaines sont suffisamment fortes pour produire une économie moderne » (p. 9). Restera à définir la modernité . . . E. M'Bokolo parle aussi de la nation, mais dans une approche critique : « Il existe une espèce de discours national au Mozambique où les gens considèrent que le seul parti légitime est le Frelimo, [qui] conduit à décrédibiliser complètement les autres » (p. 10). Pour gérer la diversité, il se fait l'avocat d'un fédéralisme modéré. Il relève les potentialités du pays, et notamment de son université. On est cependant étonné de le voir espérer un essor de l'UFICS (*Unidade de formação e investigação em Ciências sociais*), alors que cette initiative universitaire a été dissoute depuis cinq ans . . . À noter enfin une erreur factuelle (mais courante) de F. de Mira et D. Lacerda interrogeant E. M'Bokolo : ils parlent sans nuance d'un « plus grand renforcement du Frelimo » en 2004. S'il est vrai que le Frelimo a vu son nombre de députés augmenter, en raison de la hausse de son pourcentage des suffrages validés, le trait le plus important est, qu'à l'inverse, il n'a jamais eu aussi peu de voix : moins qu'en 1999, moins qu'en 1994, pour ne point parler de la période du « parti de tout le peuple ». Sa victoire provient de la chute encore plus prononcée de l'électorat de la Renamo et d'un fort abstentionnisme dans les régions favorables à cette dernière. Victoire institutionnelle, mais fragilité de sa base sociale, telle est la contradiction, dangereuse pour la stabilité, dans laquelle se trouve placé le Frelimo.

Retour à une voix officielle, avec l'entrevue de Fernanda LICHALE, ambassadeuse du Mozambique à Paris (« Moçambique procura abrir novos horizontes através da acção diplomática » : 12-13), qui est, cependant, intelligemment « titillée » par les questions de Feliciano de Mira sur la coopération française. Puis on passe aux « vrais articles ». À noter principalement :

– Alfredo MARGARIDO « A sombra dos Moçambicanos na casa dos estudantes do Império » (p. 14-16), met en exergue l'activité de Mozambicains, moins connue que celle des Capverdiens ou Angolais, de la Maison des étudiants de l'Empire, dans les années cinquante et soixante.

– Feliciano de MIRA, « Processos de transição económica e responsabilidades políticas em Moçambique » (p. 17-20) brosse l'évolution économique du pays depuis le début du xx<sup>e</sup> siècle et jusqu'en 1992 (date des accords de paix), dans l'espoir du « *futuro melhor que merece* ». L'auteur reprend ainsi, sans doute au second degré, ce slogan électoral du Frelimo (« *Futuro melhor* ») pour terminer d'une manière aussi compliquée qu'ambiguë : « *Não duvido que a elite dirigente está consciente que, apesar do imperdoável tempo, fará tudo para [...] concretizar o bem comum* ». Ne « pas avoir de doute » sur le fait que l'élite dirigeante « est consciente » qu'« elle fera le bien commun », voilà une vision optimiste des choses. Dommage que, dans la bibliographie citée, soient ignorés les plus importants travaux sur la transition économique, surtout de langue anglaise mais aussi française (par exemple le dossier de *Lusotopie 1995* sur les « transitions libérales en Afrique lusophone »).

– Filimone MEIGOS, « Ensaio sobre a mentira e a inveja. O caso moçambicano » (p. 21-25), tente, à la manière d'un essayiste, une analyse de certaines tensions internes à l'intelligentsia mozambicaine.

– Manuel ROBERTO, « L'émigration des Capverdiens vers le Mozambique dans les années 40 » (p. 26-29) aborde l'aspect le moins connu de la diaspora capverdienne, s'appuyant notamment sur les travaux de Augusto Nascimento. On regrettera que soit abordée seulement l'émigration économique consécutive aux grandes famines des années 1940 dans l'archipel, et non point l'utilisation, par le colonisateur, de Capverdiens dans l'administration coloniale, notamment à la toute fin de la période. Un Capverdien ne fut-il pas maire de Nampula avec la bénédiction du parti salazariste ?

– Aníbal FRIAS « Les étudiants mozambicains à l'Université de Coimbra » (p. 30-35) aborde la difficile vie des étudiants africains aux bourses intermittentes . . .

– António GARCIA, « Por terras d'África : memórias do Chiveve » (p. 36-42), raconte la ville coloniale de Beira, par petites touches qui évitent le *saudosismo* colonial mais exprime la nostalgie de la terre africaine . . .

D'autres articles abordent prioritairement la littérature (António Jacinto PASCOAL, « Craveirinha : existência, literatura e culturas » : 51-56 ; Daniel LACERDA, « O conto, género superior da literatura moçambicana », à propos de la thèse récemment publiée de M. Fernanda Afonso : 84-86), y compris orale (Américo Correia de OLIVEIRA, « Acerca das adivinhas moçambicanas » : 45-50), ou dans une approche « genrée » (Paula FERRAZ, « A(s) voz (es) do feminino pelo feminino da voz » : 57-62) ; et enfin l'architecture et le patrimoine (Luís de Sousa MORAIS, « O património arquitectónico da cidade de Maputo » : 63-69 ; Antónia GENCHI, « Júlio Carrilho : entre poesia e arquitectura » : 70-71). Dommage que ne soit pas abordée la thèse de Maria-Benedita BASTO, *A guerra das escritas. Literatura e nação em Moçambique* (Lisbonne, Universidade Nova, 2004), sans doute l'analyse la plus approfondie sur le sujet depuis des années. Un index des articles publiés sur le Mozambique par *Latitudes* depuis sa création (p. 87) et un recueil de poésies mozambicaines terminent ce dossier. Le reste de la revue contient, comme d'habitude, une masse d'informations culturelles et critiques.

Outre un parti pris surprenant en faveur de la formation au pouvoir dans les premières pages du dossier (mais qui se dissipe par la suite), ce que l'on peut regretter est que *Latitudes* n'ait pas pris la mesure des déséquilibres du Mozambique.

Le Frelimo n'est pas qu'un parti, c'est un « monde social », la trajectoire d'une élite (surtout sudiste) et de la sphère de l'État moderne. Une partie de la population est intégrée à cette sphère, mais une autre ne l'est pas et c'est dans cette autre que se recrute principalement le « monde social » de la Renamo – que seul Elikia M'Bokolo aborde indirectement. On aurait aimé un ou des articles étudiant les 40 % de Mozambicains qui ne se reconnaissent pas dans le Frelimo, et, plus généralement, des textes portant plus sur le pays réel que sur le microcosme culturel de la capitale.

Il n'empêche : *Latitudes* occupe une place fort originale dans le paysage des publications « lusophones » : à mi-chemin entre activisme culturel, vulgarisation de bon niveau et recherche, la revue s'est affirmée comme le phare intellectuel de la communauté portugaise, et plus généralement des lusophiles, en France.

Janvier 2006, **Michel Cahen**

*Pôle Sud, Revue de Science politique de l'Europe méridionale*, n° 22, mai 2005, « Le Portugal du politique », dossier coordonné par Maria Manuela Tavares Ribeiro, 184 p., ISSN 1262-1676, rés. français et anglais.

Après « L'Espagne du politique » (n° 16, mai 2002), « La Grèce du politique » (n° 18, mai 2003) et « L'Italie du politique » (n° 19, nov. 2003), *Pôle Sud* nous livre, selon la même facture, dans son numéro 22 (mai 2005), un dossier en forme de numéro spécial sur « Le Portugal du politique ». Composé de dix articles exclusivement rédigés par des universitaires portugais – historiens, politologues, sociologues, économistes, juristes, géographes, urbanistes – et tous publiés en français, ce dossier coordonné par Maria Manuela Tavares Ribeiro aborde les principales mutations du Portugal contemporain, grâce notamment à la variété des points de vue et à l'approche interdisciplinaire. Pour autant, il ne s'agit pas toujours de nouveautés, certains articles étant, au sens strict ou à peu de choses près, des reprises de textes déjà publiés au Portugal. Certains débats, qui font l'objet de controverses sérieuses entre historiens sont par trop escamotés, comme celui sur la nature du régime politique portugais sous l'*Estado Novo*. Nul doute cependant que ce numéro spécial de *Pôle Sud* sera très utile au public francophone.

On y trouve les articles de Maria M. Tavares RIBEIRO, « Le Portugal entre l'Atlantique et l'Europe » (p. 3-9) ; Pedro Tavares de Almeida & António Costa PINTO, « Les ministres portugais, 1851-1999 : origines sociales et voies d'accès au pouvoir » (p. 11-37) ; Luís Reis TORRALBA, « L'État Nouveau portugais : esquisse d'interprétation » (p. 39-44) ; António REIS, « L'organisation du pouvoir politique » (p. 49-62) ; Nuno Severiano TEIXEIRA, « La politique extérieure de la démocratie portugaise » (p. 63-74) ; José Manuel PUREZA, « Le Portugal et le nouvel internationalisme : le cas de la commission indépendante pour les océans » (p. 75-88) ; João Gomes CRAVINHO, « Les relations post-coloniales portugaises » (p. 89-100) ; José REIS, « État, marché et communauté : l'économie portugaise dans les réseaux de la gouvernance contemporaine » (p. 101-114) ; Fernando RUIVO & Daniel FRANCISCO, « Entre centre et périphéries : pour une esquisse des pouvoirs locaux

au Portugal » (p. 115-125); Carlos FORTUNA & Paulo PEIXOTO, « Politiques patrimoniales et réhabilitation urbaine au Portugal » (p. 127-141); et enfin, Adriano MOREIRA, « Sur le réseau universitaire » (p. 143-156). Contact : *Pôle Sud*, 3 Bd Ledru-Rollin, 34000-Montpellier, France, courriel : <jfontaine@univ-monpt.fr>.

Mars 2006, Yves Léonard

*Revista lusófona de Ciência das Religiões* (Lisbonne, Universidade lusófona de Humanidades e Tecnologias), III (5-6), 2004, 336 p., ISSN : 1646-1630 [Centro de estudos em Teologia/Ciência das religiões, av. do Campo Grande n° 376, 1749-024 – Lisbonne, Portugal, <www.ulusofona.pt>].

Cette épaisse livraison de l'ancienne *Revista portuguesa de Ciência das Religiões*, dont le léger changement de titre indique une volonté plus marquée d'internationalisation, contient un dossier dont la thématique est quelque peu « ancienne » (chronologiquement, s'entend) pour une revue contemporanéiste comme *Lusotopie*, mais qu'il faut néanmoins citer en raison de son importance historique et historiographique : « Inquisição em África », sous la direction de FRANCISCO BETHENCOURT & Philip HAVIK (p. 21-173).

Quelques autres articles hors dossier sont également à noter par les contemporanéistes. À commencer par le premier, de Alfredo TEIXEIRA (« A ação religiosa. O contributo das etnografias para uma ciência das religiões » : 9-18) qui défend, loin de la traditionnelle « missiologie » portugaise, que l'approche scientifique du fait religieux exige des instruments d'observation directe qui appréhendent pour le champ épistémologique la « religion de tous les jours », la religiosité courante des institutions et les appropriations biographiques de la religion. L'orientation de la revue devient, si l'on comprend bien, similaire à celle des *Archives des sciences sociales des religions* (Paris) ou du *Fait Missionnaire* (Lausanne). Signalons également l'article de Joseph Abraham LEVI (« Identidades judaicas em terras alheias : o caso do Brasil » : 217-230, imp. bibliogr. : 226-230) sur la conjugaison de l'identité diasporique juive et de la brésiliennité contemporaine. Citons surtout l'étude d'Abdool Karim VAKIL (« Do outro ao diverso. Islão e Muçulmanos em Portugal : história, discursos, identidades » : 283-312). Le chercheur au King's College (Londres), suivant en cela Edward Saïd, dénonce la vision essentialiste et homogénéisante du concept « Islam » apposé en bloc à des musulmans fort hétérogènes (p. 284). Le sentiment d'appartenir à la *umma* n'est pas contestable, mais cela n'enlève rien, en Occident, à la prégnance d'une structuration en « minorités musulmanes » articulant le global et le local (p. 288). Il faut cependant distinguer ces minorités religieuses des minorités ethniques, avec lesquelles on les confond souvent, du fait de l'essor d'un islam proprement européen (p. 292). L'auteur brosse ensuite un historique des diverses composantes de l'islam au Portugal, notamment lors du tournant de 1974 (p. 301) et de l'accroissement numérique postérieur : de 500 en 1974, le nombre des musulmans au Portugal serait passé à plus de 30 000 aujourd'hui (p. 307). Cette croissance implique une pluralisation et une redéfinition identitaire, mais souligne aussi l'effacement dont l'histoire arabo-islamique a souffert

dans l'imaginaire national portugais (p. 311). Une question cependant : pourquoi utiliser le mot « islamique » au lieu de « musulman » ? N'est-ce pas là une concession inutile à l'air du temps ?

Dans le dossier « Inquisição em África », F. BETHENCOURT et P. HAVIK (« A África e a Inquisição portuguesa : novas perspectivas » : 21-27) soulignent la spécificité de l'Inquisition en Afrique portugaise, dont l'histoire est très différente de celles de Goa ou même du Brésil. Certaines accusations de sorcelleries sont cependant tombées dans ses griffes, les accusés étant en général des Portugais (plus que des indigènes), ou des indigènes ayant voulu protéger leurs maîtres grâce à des procédés magiques, ou accusés par leurs maîtres d'ensorceler les familles de ces derniers... Divers articles du dossier abordent en réalité les Africains au Portugal ou au Brésil, à la période moderne et jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle, ou des soldats africains éparpillés dans les forteresses portugaises. Ainsi, Didier LAHON étudie « Les archives de l'Inquisition portugaises : sources pour une approche anthropologique et historique de la condition des esclaves d'origines africaines et de leurs descendants dans la métropole (XVI<sup>e</sup>-XIX<sup>e</sup>) » (p. 29-45). Daniela BUONO CALAINHO étudie la répression des Africains lors de leur transport transatlantique puis au Brésil et au Portugal (« Africanos penitenciados pela Inquisição portuguesa » : 47-63). Ainsi les procès permettent de saisir un peu de ce qui faisait la religiosité des Africains déracinés. Beatriz Alonso ACERO aborde « L'Inquisition espagnole à la frontière de Berbérie. Oran-Mazalquivir, XVI<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles » (p. 65-82). Timothy WALKER étudie 26 procès inquisitoriaux contre des Africains (libres ou esclaves), au Portugal, entre 1690 et 1784, tous accusés de magie (« Sorcerers and folkhealers : Africans and the Inquisition in Portugal (1680-1800) » : 83-98). Philip HAVIK aborde la répression plus spécifique dont souffrirent des femmes « portugaises » de Guinée, en fait très acculturées et africanisées, alors que les hommes accusés étaient en général des étrangers. Leurs procès permettent de pénétrer la vie de ces très petites communautés luso-créoles à Cacheu ou autres bourgades, ce qui est tout à fait passionnant (« La sorcellerie, l'acculturation et le genre : la persécution religieuse de l'Inquisition portugaise contre les femmes africaines converties en Haute-Guinée (XVII<sup>e</sup> siècle) » : 99-116). Selma PANTOJA étudie les déportations de Portugais en Angola, du fait de l'Inquisition, et la répression de cette dernière contre des Portugais, blancs ou souvent métis (« Inquisição, degredo e mestiçagem em Angola no século XVIII » : 117-136). António de Almeida MENDES aborde le cas plus spécifique des *Tangomãos*, descendants créoles de Portugais, souvent juifs, et de Juifs (notamment hollandais) de passage en Afrique (« Le rôle de l'Inquisition en Guinée : vicissitudes des présences juives sur la Petite Côte (XV<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles) » : 137-155). Enfin, Filipa Ribeiro da SILVA étudie l'organisation de l'Inquisition en Afrique (« A Inquisição na Guiné, nas ilhas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe » : 157-173). Toute cette « vieille histoire » suggère la nécessité d'une étude sur l'héritage juif en Afrique lusophone aujourd'hui.

En tout cas, un excellent dossier, dans une revue désormais ouverte à l'internationalisation et pleine de promesses.

Janvier 2006, Michel Cahen

*Themis. Revista de Direito* (Lisbonne, Faculté de Droit de l'Université nouvelle – Coimbra, Almedina), III (5), 2002, 296 p., pas d'ISSN, ISBN : 972-40-1825-3 [la revue, diffusée par le réseau des librairies Almedina n'indique aucune adresse postale ni aucun moyen de s'abonner . . . ; consulter éventuellement le site de l'éditeur : <www.almedina.net>].

La revue dirigée par António Manuel Hespanha porte le défi lancé aux traditionnelles facultés de droit portugaise par la plus récente d'entre elles. Parmi ses principes fondateurs, on trouve l'attention au « droit vivant » et pas seulement au « droit des lois et codes », l'attention aux disciplines juridiques émergentes, l'ouverture aux nouvelles méthodologies d'analyse du droit, l'ouverture aux disciplines non juridiques afin de donner aux futurs juristes une meilleure connaissance du monde dans lequel ils vont agir, etc. (p. 285).

Parmi les divers articles publiés dans cette livraison, signalons ceux d'utilité évidente pour l'analyse du fait politique ou l'histoire politique dans les espaces lusophones :

– Maria Lúcia AMARAL, « Sociedade civil e constituição, ou do uso jurídico da noção de sociedade civil » : 5-18 (rés. anglais : 5)

– Jorge Bacelar GOUVEIA, « A lei da anti-discriminação racial no novo direito português da iguladade social : breves reflexões sobre o sentido e a estrutura da Lei n° 134/99, de 28 de Agosto » : 19-42 (rés. anglais : 19)

– Cristina Nogueira da SILVA, « Nação, territórios e populações nos textos constitucionais portugueses do século XIX » : 43-86 (rés. anglais : 43). Cet article extrêmement intéressant analyse la situation, dans le droit, des catégories non libres de la population (esclaves, *libertos* et « sauvages »), à une époque où, automatiquement, tous les habitants (et non seulement les citoyens ou sujets) d'un territoire du royaume devaient être « portugais ». Cela posait d'insolubles problèmes à l'imaginaire national . . . L'article permet de mieux comprendre la grande facilité que fournit l'invention de l'indigénat et la norme internationale post-Congrès de Berlin selon laquelle, dans les Empires, il ne saurait plus être question d'appliquer le droit européen . . .

Janvier 2006, Michel Cahen

### Reuves reçues qui pourront faire l'objet d'un compte rendu

*Africana Studia, Revista Internacional de Estudos Africanos, International Journal Studies* (Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto), n° 7, janv.-déc. 2004, 346 p., ISSN : 0874-2375 [Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto, Portugal].

*Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa* (Lisbonne, Faculdade de Arquitectura), n° 5, mai 2005, 190 p., pas d'ISSN [Rua Prof. Cid dos Santos, Pólo Universitário – Alto da Ajuda, 1349-055, Lisbonne, Portugal].

*Cahiers des Amériques latines* (Paris, Institut des Hautes Études de l'Amérique latine), ISSN : 1141-7161 [28 rue Saint-Guillaume – 75007 Paris, France] :

- n° 40, 2002/2, 187 p., « Agricultures et marchés nationaux en Amérique latine », – ISBN : 2-907163-89-2.
- n° 42, 2003/1, 173 p., « Terrains d'enquête », ISBN : 2-915310-35-1.
- Campos, Revista de Antropologia Social** (Curitiba, Universidade Federal do Paraná), VI (1-2), 2005, 243 p., ISSN :1519-5538 [Rua General Carneiro, 460 – 6° andar, 80.060-150 Curitiba – Paraná, Brésil].
- Ellipsis, Journal of the American Portuguese Studies Association** (New Brunswick, Rutgers University), n° 3, 2005 [Dpt of Spanish and Portuguese, Rutgers University, 10 George Street, New Brunswick, NJ 08901-1414, EUA].
- Le Fait Missionnaire, Missions et sciences sociales, Social Sciences & Missions** (Dorigny, Faculté de Théologie), ISSN : 1420-2018 [Faculté de Théologie, BFSH2, Université de Lausanne, 1015 Dorigny, Suisse] :
  - n° 13, octobre 2003, 160 p., « War, Peace and Religion, Religion, guerre et paix : Senegal, Guatemala, Angola ».
  - n° 14, juillet 2004, 155 p., « Catholicism in Southern Africa, Le catholicisme en Afrique australe : Namibia, Zimbabwe, Mozambique ».
  - n° 15, décembre 2004, 160 p., « Language, Ethnicity, Landscape. Au cœur de l'histoire : Klauspeter Blaser ».
  - n° 16, juillet 2005, 147 p., « Women and Missions, Femmes et missions » (Deborah GARTSKELL, ed.).
  - n° 17, décembre 2005, 159 p., « Mozambique ».
- Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social** (Lisbonne, CEAS), ISSN : 0873-6561 [Edifício ISCTE, Av. Forças Armadas – 1600-083 Lisbonne, Portugal] :
  - X (1), 2006, 211 p., « Social Movements in Islamic Contexts ».
  - n° spécial, 2006, 136 p., « Campo/Contra Campo : 10 anos de etnográfica, 20 anos de CEAS ».
- Géographie, Économie, Société** (Paris, Elsevier), V (2), 2003, 274 p., ISSN 1295-926X [« Le Portugal : territoires en mutation » (Jorge GASPAS ed.)] [Université Panthéon-Sorbonne, 191 rue Saint-Jacques – 75005 Paris].
- Portuguese Studies Review** (Peterborough, The Portuguese Studies Review at Trent University), semestrielle, XII (2), 2004-2500, 226 p., ISSN : 1057-1515 [Lady Eaton College, Trent University, Peterborough, Ontario, K9J 7B8, Canada].
- Problèmes d'Amérique latine** (Paris, Institut européen de géoéconomie), n° 48, printemps 2003, 144 p., ISSN : 2-914997-03-5, ISBN : 0765-1333 [« Politiques et paradoxes de l'ethnicité en Amérique latine »] [16 rue de la Grange Batelière, 75009-Paris].
- Pro-posições** (Campinas, Universidad Estadual de Campinas), XV (2/44), mai-août 2004, 240 p., ISSN : 0103-7307 [« A expansão da escolarização »] [Faculdade de Educação – Unicamp, rua Bertrand Russell, 801 Cidade Universitária – Campinas – SP, Brésil].
- Recherches en Anthropologie du Portugal** (Paris, Groupe d'anthropologie du Portugal), ISSN : 1240-3474 [Maison des Sciences de l'Homme, 54 Bd Raspail, 75006-Paris, France] :
  - n° 9, 2003, 184 p., « Lusodescendance : représentations, pratiques et enjeux » (Irène Strijdhorst dos SANTOS, ed.).
  - n° 10, 2004, 211 p., « Itinéraire d'un anthropologue : João de Pina Cabral » (Antónia Pedroso de LIMA & Fabienne WATEAU, eds).
- Revista Científica, Revista de Estudos Cabo-verdianos** (Praia, CNI-UniCV), Publication trimestrielle, n° 1, juillet 2500, 103 p., pas d'ISSN [« Cidades africanas »] [Avenida Cidade de Lisboa-CP.379-C, Praia-Santiago, Îles du Cap-Vert].